

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

THAINÁ PENHA BAIMA VIANA NUNES

**ENTRE ATAQUE E DEFESA: INTERVENÇÕES MILITARES RUSSAS NO  
SÉCULO XXI**

UBERLÂNDIA

2019

THAINÁ PENHA BAIMA VIANA NUNES

**ENTRE ATAQUE E DEFESA: INTERVENÇÕES MILITARES RUSSAS NO  
SÉCULO XXI**

Dissertação apresentada ao Programa em Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (PPGRI/UFU) como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestra em Relações Internacionais.

UBERLÂNDIA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

N972e  
2019 Nunes, Thainá Penha Baima Viana, 1995-  
Entre ataque e defesa [recurso eletrônico] : intervenções russas no  
século XXI / Thainá Penha Baima Viana Nunes. - 2019.

Orientador: Flávio Pedroso Mendes.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.697>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Relações Internacionais. I. Mendes, Flávio Pedroso, 1982-  
(Orient.) II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-  
graduação em Relações Internacionais. III. Título.

---

CDU: 327

Gerlaine Araújo Silva - CRB-6/1408



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

**ATA DE DEFESA**

|                                    |   |                 |       |                       |       |
|------------------------------------|---|-----------------|-------|-----------------------|-------|
| Programa de Pós-Graduação em:      | Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais PPGRI-UFU                      |                 |       |                       |       |
| Defesa de:                         | Dissertação de Mestrado Acadêmico, número 30, sigla do PPGRI                        |                 |       |                       |       |
| Data:                              | 28 de junho de 2019   | Hora de início: | 14:00 | Hora de encerramento: | 16:00 |
| Matrícula do Discente:             | 11712RIT012   |                 |       |                       |       |
| Nome do Discente:                  | Thainá Penha Baima Viana Nunes  |                 |       |                       |       |
| Título do Trabalho:                | Entre defesa e ofensa: internções russas no século XXI                              |                 |       |                       |       |
| Área de concentração:              | Política Internacional  |                 |       |                       |       |
| Linha de pesquisa:                 | Segurança Internacional   |                 |       |                       |       |
| Projeto de Pesquisa de vinculação: | O Comando do Mar no Século XXI: implicações para os Estados Unidos e para o Brasil. |                 |       |                       |       |

Reuniu-se no sala 1J232 bloco J, Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, assim composta: Professores Doutores: Aureo Toledo Gomes (UFU); Augusto Wagner Menezes Teixeira Júnior (UFPB); Flávio Pedroso Mendes (UFU) orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Flávio Pedroso Mendes (UFU) , apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Flavio Pedroso Mendes, Professor(a) do Magistério Superior**, em 04/07/2019, às 13:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Aureo de Toledo Gomes, Professor(a) do Magistério**



**Superior**, em 05/07/2019, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Augusto Wagner Menezes Teixeira Júnior, Usuário Externo**, em 08/07/2019, às 13:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1347831** e o código CRC **1A1A0A25**.

---

THAINÁ PENHA BAIMA VIANA NUNES

**ENTRE ATAQUE E DEFESA: INTERVENÇÕES MILITARES RUSSAS NO  
SÉCULO XXI**

Dissertação apresentada ao Programa em Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (PPGRI/UFU) como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestra em Relações Internacionais.

Banca examinadora formada por:

---

Prof. Dr. Flávio Pedroso Mendes  
Universidade Federal de Uberlândia

---

Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes  
Universidade Federal de Uberlândia

---

Prof. Dr. Augusto Wagner Menezes Teixeira Júnior  
Universidade Federal da Paraíba

UBERLÂNDIA

2019

Aos meus anjos na Terra e meus anjos no Céu.

## AGRADECIMENTOS

A aventura de uma pós-graduação tão distante de casa não teria sido a mesma se eu não tivesse a quem agradecer.

À minha família, sempre em apoio, que embarca comigo nos meus sonhos e propósitos.

Ao meu amor, que aguentou os deslizes psicológicos e as euforias das conclusões das etapas.

Aos meus amigos que, perto ou longe, estiveram dispostos a sorrir e a chorar nos momentos bons e ruins, sempre com palavras de carinho e incentivo.

Ao meu orientador Flávio, pela disposição, atenção e insistência, e à Mayane, professora importante e disposta a me auxiliar nesta fase de muitas dúvidas.

Ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, na figura representativa do professor Áureo, sempre disposto a ouvir e ajudar nos encontros formais na coordenação e informais pelos corredores.

A Deus, que sonhou isso para mim e me permitiu ter forças para superar os momentos de dificuldade.

A mim mesma, que fui forte e capaz, na paixão pela ciência e no entusiasmo pela Rússia.

“If you compress the spring, it will snap back hard”.

(Putin, 2014).

## RESUMO

A importância de pesquisar a motivação das intervenções militares russas no século XXI não está apenas no propósito de entender os “porquês”, mas vai além ao provar a possibilidade de enxergá-los a partir das lentes russas. Para tal, buscou-se responder se as intervenções militares da Rússia nos casos da Geórgia, da Ucrânia e da Síria carregam a índole de uma Rússia ofensiva ou defensiva, partindo da hipótese de que a Rússia buscou se defender das investidas ocidentais na sua zona de influência onde estão inseridos seus interesses vitais. Para a realização da pesquisa utilizou-se o método dedutivo por meio do estudo de casos. Contou-se com a inserção da teoria realista das relações internacionais em sua forma defensiva, proveniente dos estudos de Kenneth Waltz, além da ideia de balanço de ameaça de Stephen Walt e do realismo em sua forma ofensiva, originária dos esforços de John Mearsheimer. Como resultado, confirmou-se a hipótese que sustentou a pesquisa a partir da compreensão de uma Rússia ameaçada pela variação na balanço de ameaça consequente das investidas ocidentais nos três casos, e temerosa da mutação do seu nível de influência e segurança.

Palavras-chave: Rússia. Intervenção Militar. Ocidente. Realismo.

## **ABSTRACT**

The importance of researching the motivation of Russian military interventions in the twenty-first century is not only intended to understand the “whys”, but goes beyond proving the possibility of seeing them from the Russian lens. To this end, it was sought to answer whether Russia's military intervention in the cases of Georgia, Ukraine and Syria proceeded from the nature of an offensive or defensive Russia, assuming that Russia sought to defend itself from Western attacks in its area of influence, where their main Russian vital interests are inserted. In order to carry out the research, the inductive method was used by means of the case study. Counting on the insertion of the theory of realism of international relations in its defensive form by Kenneth Waltz, implementing the idea of threat balancing of Stephen Walt and in its offensive form, originating of the efforts of John Mearsheimer. As a result, the hypothesis that underpinned the research was confirmed from the understanding of a Russia threatened by the variation in the balance of threat resulting from the western invaders in the three cases, and fearful of the change of its level of influence and security.

Keywords: Russia. Military intervention. West. Realism.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|   |    |
|---|----|
| Mapa 1 – Mapa geopolítico da região do Cáucaso.....                             | 43 |
| Mapa 2 – Donbass e Crimeia.....   | 60 |
| Mapa 3 – Bases russas na Síria.....   | 74 |
| Gráfico 1 – Investimento militar da Rússia em milhões de dólares 1992-2017..... | 83 |
| Figura 1 – Membros da OTAN e União Europeia.....                                | 86 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|         |   |
|---------|---|
| CSNU    | Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas                    |
| CSTO    | Organização do Tratado de Segurança Coletiva                              |
| EUA     | Estados Unidos da América   |
| FMI     | Mundo Monetário Internacional   |
| FSA     | Free Syrian Army  |
| IIFFMCG | Independent International Fact-Finding Mission on the Conflict in Georgia |
| ISIS    | Estado Islâmico do Iraque e da Síria                                      |
| JCC     | Comissão de Controle Conjunto   |
| KGB     | Comitê de Segurança do Estado   |
| ONU     | Organização das Nações Unidas   |
| OSCE    | Organization for Security and Co-operation in Europe                      |
| OTAN    | Organização do Tratado Atlântico Norte                                    |
| PCA     | Acordo de Parceria e Cooperação   |
| PIB     | Produto Interno Bruto   |
| RSSG    | República Socialista Soviética da Geórgia                                 |
| SCO     | Organização para Cooperação de Xangai                                     |
| UE      | União Europeia  |
| UEE     | União Econômica Euroasiática  |
| EUA     | Estados Unidos da América   |
| URSS    | União das Repúblicas Socialistas Soviéticas                               |

## SUMÁRIO

|         |  |     |
|---------|--|-----|
| 1       | <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | 12  |
| 2       | <b>REALISMO DEFENSIVO E REALISMO OFENSIVO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS</b> .....                    | 17  |
| 2.1     | <b>O núcleo da teoria realista das Relações Internacionais</b> .....                               | 17  |
| 2.2     | <b>A teoria realista estrutural de Kenneth Waltz</b> .....   | 21  |
| 2.3     | <b>A teoria realista ofensiva de John Mearsheimer</b> .....  | 31  |
| 2.4     | <b>A teoria do equilíbrio de ameaça de Stephen Walt</b> .....                                      | 35  |
| 2.5     | <b>Ofensa <i>versus</i> defesa</b> .....   | 37  |
| 3       | <b>INTERVENÇÕES RUSSAS EM TERRITÓRIOS INTERNACIONAIS NO SÉCULO XXI</b> .....                       | 41  |
| 3.1     | <b>Geórgia (2008)</b> .....  | 41  |
| 3.1.1   | <i>As relações internacionais de Rússia e Geórgia</i> .....  | 41  |
| 3.1.2   | <i>A intervenção militar russa na Geórgia</i> .....  | 45  |
| 3.1.2.1 | <i>A versão da Geórgia</i> .....   | 47  |
| 3.1.2.2 | <i>A versão da Rússia</i> .....  | 48  |
| 3.1.2.3 | <i>A versão da Ossétia do Sul</i> .....  | 49  |
| 3.1.2.4 | <i>A conclusão do relatório</i> .....  | 50  |
| 3.2     | <b>Ucrânia (2014)</b> .....  | 53  |
| 3.2.1   | <i>As relações internacionais de Rússia e Ucrânia</i> .....  | 53  |
| 3.2.2   | <i>A intervenção militar russa no leste e sudeste da Ucrânia</i> .....                             | 60  |
| 3.2.3   | <i>Motivações russas para intervir na Ucrânia</i> .....  | 64  |
| 3.3     | <b>Síria (2015)</b> .....  | 66  |
| 3.3.1   | <i>As relações internacionais de Rússia e Síria</i> .....  | 66  |
| 3.3.2   | <i>Intervenção militar russa na Síria</i> .....  | 67  |
| 3.3.3   | <i>Motivações russas para intervir na Síria</i> .....  | 72  |
| 4       | <b>ENTRE ATAQUE E DEFESA: O QUE MOTIVA AS INTERVENÇÕES MILITARES RUSSAS PÓS-GUERRA FRIA?</b> ..... | 76  |
| 4.1     | <b>O aparato militar da Rússia pós Guerra Fria</b> .....   | 76  |
| 4.2     | <b>O que predomina nas ações militares russas: defesa ou ataque?</b> .....                         | 84  |
| 5       | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | 98  |
|         | <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | 100 |

## 1 INTRODUÇÃO

A inserção militar russa em conflitos nos últimos anos é muito questionada. A busca pela caracterização das motivações e objetivos é frequentemente encontrada tanto no meio científico quanto no jornalístico, como uma tentativa de chegar mais próximo da maneira russa de enxergar o sistema internacional.

Desde o fim da Guerra Fria, a Federação Russa passou por fases de queda e ascensão, todas consideradas imprescindíveis para a construção da Rússia atual. Logo após o desmantelamento, três presidentes passaram pelo Kremlin: Boris Iéltsin (1991-1999), Vladimir Putin (1999-2008), Dmitri Medvedev (2008-2012) e, novamente, Vladimir Putin, desde (2012).

Muitas foram as diferenças entre eles, o que os tornou únicos na história da Federação. Iéltsin é conhecido por sua política pró-Occidente, instaurada logo após a independência da Rússia, além de tentativas frustradas de reerguimento nacional e internacional do país; Medvedev, embora tenha cumprido seu mandato, é visto pela maioria como “fantoche” de Putin, já que este último tornou-se Primeiro Ministro e tomava grande parte das decisões, e; Putin, que desde o início se mostrou predominantemente revisionista a fim de buscar melhores resultados para a Rússia nos mais diversos âmbitos (MAZAT; SERRANO, 2012).

Apesar da importância dos acontecimentos da década de 1990, o período histórico estudado tem como foco principal o século XXI. Os marcos nas relações entre a Rússia e o Occidente<sup>1</sup> se mostram ponto significativo para o real entendimento dos porquês das intervenções militares russas: na Geórgia, em 2008; na Ucrânia, em 2014, e; na Síria, em 2015.

No entanto, não se pode ignorar as relações internacionais entre a Rússia e estes três Estados. Geórgia e Ucrânia fazem parte do que os russos entendem por Exterior Próximo<sup>2</sup>, compreendido como parte dos interesses estratégicos e vitais da Federação. Quanto à Síria, a base naval de Tartus é de supra importância para a movimentação da Marinha russa.

Ademais, entende-se que a ressignificação da Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN), após a queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), contou com a

---

<sup>1</sup> Tem-se uma visão de Occidente como a defendida por Huntington (1997, p. 20), que considera a “Grã-Bretanha, França, Espanha, Áustria, Prússia, Alemanha, Estados Unidos e outros” como seus integrantes.

<sup>2</sup> Segundo Quadros e Machado (2015), o Exterior Próximo é a ex-zona soviética, ainda considerada zona de influência russa, dotada dos seguintes países: Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Estônia, Geórgia, Letônia, Lituânia, Moldávia, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia, Uzbequistão e Quirguistão.

expansão seus objetivos e sua zona de influência à Europa Oriental, a leste. Somado a isso, tem-se que a grande influência ocidental sobre o sistema internacional é motivo de resistência de muitos Estados, majoritariamente localizados na Europa Leste e na Ásia, fazendo com que instaurem políticas antiocidentais.

No entanto, da mesma maneira que a OTAN se mostrava uma ameaça para os novos objetivos russos, o inverso também acontecia. A Rússia, que se enxerga como aspirante a grande potência, se viu adormecida na última década do século XX; em paralelo, a OTAN se reestruturava em fóruns que reuniam seus membros para discutir seu novo ordenamento. Logo, entende-se que os dois atores buscam sua reestruturação por meio de objetivos que se chocam, não tornando possível o aproveitamento desejado. O Exterior Próximo russo se tornou o grande problema deste cenário (GUIMARÃES, 2017).

Apesar das diferenças, Rússia e Ocidente não deixariam de se relacionar e buscar uma reinserção conjunta na nova ordem internacional. Porém, é inevitável notar os percalços que surgiram entre eles.

A partir disso, busca-se explicar o motivo da inserção militar russa nos casos apresentados a partir da pergunta problema: as intervenções militares da Rússia no século XXI tiveram caráter defensivo ou ofensivo? Para encontrar a resposta, procurou-se apresentar as abordagens realista defensiva e realista ofensiva das Relações Internacionais, como: assimilar as intervenções militares russas na Geórgia, na Ucrânia e na Síria, e; analisar se as intervenções russas seguiram características defensivas ou ofensivas.

Quanto ao método de abordagem, foi feito o uso do método dedutivo, segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 106), “partindo das teorias e leis, na maioria das vezes prediz a ocorrência dos fenômenos particulares (conexão descendente)”, ou seja, as premissas das teorias serão testadas utilizando fatos históricos, logo empíricos, para explicar quais mecanismos causais agiram sobre os casos analisados, para que eles se concretizassem.

Dada a necessidade metodológica para a realização do trabalho, pontua-se que foi utilizada documentação proveniente de estudo bibliográfico: livros e artigos científicos; documentos retirados tanto do portal governamental da Rússia, quanto de portais institucionais como da União Europeia (UE) e da Organização das Nações Unidas (ONU). Ainda, foram acessadas notícias vinculadas em portais informativos como tentativa de aproximação cada vez

maior dos fatos, o que caracteriza uma pesquisa *ex-post-facto* (FARIAS FILHO; ARRUDA FILHO, 2013), além de entrevistas em vídeo com líderes relevantes.

A pesquisa tem enfoque interdisciplinar, por haver interação de partes científicas, abordando tanto a área das Relações Internacionais quanto da História, correlacionando, assim, os fatos entre as disciplinas. O seu caráter é básico, pois tem como finalidade a discussão de teorias já existentes no campo das Relações Internacionais; explicativa, pois busca explicar intervenções russas, seus motivos e como ocorreram; e qualitativa, ao buscar conexão entre a conjuntura do sistema e as relações entre os atores (FARIAS FILHO; ARRUDA FILHO, 2013).

Realizou-se uma reflexão cuidadosa dos casos, cujos resultados são parte de uma análise descritiva (descrição histórica e pragmática sobre os casos em que a Rússia interveio militarmente fora de seu limite territorial, tendo cuidado com o recorte temporal), e comparativa (se a intervenção russa é aplicável à teoria do realismo ofensivo ou do realismo defensivo).

São consideradas duas variáveis: uma variável independente, definida como “aquela que influencia, determina ou afeta outras variáveis” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 138), entendida como a tentativa de expansão da influência ocidental na região da Ucrânia, Geórgia e Síria, e uma variável dependente, que “consiste naqueles valores (fenômenos, fatores) a serem influenciados, determinados ou afetados pela variável independente” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 138), ou seja, o efeito foi entendido pelas intervenções militares da Rússia.

Como modalidade de pesquisa, utilizou-se o estudo de caso somado à estratégia *small-n<sup>3</sup>* como procedimento técnico, que consiste em analisar como os processos específicos se deram dentro do caso geral, haja vista a possibilidade de os atos russos fazerem parte de um fenômeno (VENTURA, 2007). Para tanto, propôs-se fazer ampla investigação das intervenções militares russas na Geórgia, na Ucrânia e na Síria, delimitando os casos conforme espaço e tempo para que assim pudesse ser feita uma análise concreta do posicionamento russo segundo as informações coletadas.

Devido ao fato de o estudo dos casos nesta dissertação ser qualitativo, pode ser caracterizado, também, como naturalístico. Neste contexto, deu-se tamanha atenção para as mais variadas fontes e pontos de vistas dos casos, buscando assim maior aproximação da realidade. Segundo Ventura (2007), tal situação se dá quando:

---

<sup>3</sup> “Análise qualitativa a partir da utilização de uma quantidade reduzida de casos” (REZENDE, 2011, p. 279).

[prioriza-se] a abordagem qualitativa da pesquisa, as características consideradas fundamentais são a interpretação dos dados feita no contexto; a busca constante de novas respostas e indagações; a retratação completa e profunda da realidade; o uso de uma variedade de fontes de informação; a possibilidade de generalizações naturalísticas e a revelação dos diferentes pontos de vista sobre o objeto de estudo (VENTURA, 2007, p. 384).

Os casos foram escolhidos levando em consideração o recorte temporal, que diz respeito ao século XXI, assim como o critério de casos baseados essencialmente na inserção militar da Rússia no exterior. Portanto, deixa-se de fora, por exemplo, casos em que a Rússia interveio militarmente dentro de seu território, como a questão chechena, assim como casos em que a Rússia se utilizou de poderes diplomáticos próprios, apenas, para intervir em outros Estados, como diversas ações no Conselho de Segurança da ONU.

Diante da eleição do critério, vale ressaltar que, a distinção das fontes encontradas fez com que a descrição factual dos casos analisados seguissem escopos diferentes, como poderá ser notado no capítulo histórico. Ainda assim, houve esforços para que os casos não fossem descritos de maneira absurdamente distintas, buscando assim uma equidade quanto ao contexto histórico em que se inserem as relações de Geórgia, Ucrânia e Síria com a Rússia, além de questões internas dos três primeiros Estados e as diversas versões dos fatos narrados pelos Estados.

Quanto à estratégia geral, baseou-se em proposições teóricas da teoria neorrealista a partir do caso da Geórgia, da Ucrânia e da Síria, fazendo seu papel de guia para o estudo dos casos. A partir desta perspectiva, pôde-se eleger os dados relevantes para a análise, parte imprescindível para os estudos de caso segundo Yin (2001). Desta maneira, sugere-se proposições causais baseadas em teorias considerando as ações constrangedoras do Ocidente, o que leva o mecanismo causal a ser caracterizado pela variação na balança de poder regional russa e sendo o resultado a intervenção militar russa ante ao exposto.

Desta maneira, a análise partirá do nível teórico para o empírico, para verificar se as evidências provam que a partes do mecanismo causal são manifestadas no caso, e se funcionam como o previsto na hipótese que a Rússia buscou defender-se das investidas ocidentais na sua zona de influência. Através desse método será possível elucidar a natureza das intervenções militares da Rússia no presente século.

Portanto, no primeiro capítulo buscou-se apresentar a teoria realista das Relações Internacionais como forma de limitar a análise dos fatos. Para isso, foi descrito o realismo

estrutural com a inserção da teoria de balança de ameaça, além da explanação dos pontos-chave da teoria realista ofensiva e de profunda diferenciação entre o realismo ofensivo e o defensivo.

O segundo capítulo ficou responsável por expor tanto as relações internacionais da Rússia com a Geórgia, com a Ucrânia e com a Síria, como a história dos conflitos inseridos nesses países, os quais contaram com intervenção militar maciça da Rússia, tendo, inclusive, anexado uma parte da Ucrânia ao seu território.

Ao terceiro reservou-se a tarefa de descrever a evolução dos investimentos militares feitos pelo Ministério da Defesa da Rússia desde a década de 1990, com o fim de auxiliar na análise da motivação ofensiva ou defensiva das intervenções russas no século XXI.

Por fim, conclui-se que as reações russas são motivadas pelas variações sentidas na balança de ameaça causadas pelas decisões interventivas do Ocidente, que deixaram a Rússia insegura na proteção de seus interesse vitais. Assim, há a confirmação da hipótese de que a Rússia procurou defender-se nos casos supracitados.

## 2 REALISMO DEFENSIVO E REALISMO OFENSIVO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Procura-se aqui apresentar as abordagens realistas estruturais ofensiva e defensiva das Relações Internacionais a partir de um histórico concreto e conciso da teoria Realista, a fim de chegar aos estudos de Kenneth Waltz e John Mearsheimer. Além disso, insere-se a contribuição de Stephen Walt sobre balança de ameaça.

De maneira breve, serão apresentadas as origens do núcleo da teoria Realista das Relações Internacionais, dando atenção às questões como da importância da anarquia para o realismo, o dilema de segurança e a balança de poder.

Foi realizada profunda apresentação da teoria realista estrutural, aprofundando-se no realismo defensivo, tendo inserido escritos sobre a teoria de balança de ameaça. Ademais, redigiu-se sobre o realismo ofensivo, tendo como tópico principal a quantidade de poder que um Estado necessita para se sentir seguro em um sistema anárquico. Por fim, foram pontuadas as distinções e semelhanças entre o realismo ofensivo e o realismo defensivo.

### 2.1 O núcleo da teoria realista das Relações Internacionais

Há muitas teorias que contêm o arcabouço da teoria realista das Relações Internacionais. Por serem uma derivação, essas variações compartilham princípios e suposições inerentes à teoria realista. Segundo Schweller (2003), a base realista é compreendida a partir da crença no pessimismo da natureza humana, no progresso moral e na capacidade de o mundo ser um lugar pacífico e harmonioso.

Assim, propõe-se apresentar aqui o que caracteriza a base da teoria realista para que, posteriormente, se possa compreender onde se encaixam o realismo ofensivo e o realismo defensivo.

Nascida em meados do século XX, autores como Edward Carr, Hans Morgenthau, Kenneth Waltz e John Mearsheimer, entre muitos outros, construíram a teoria realista de maneira a perdurar em muitas discussões até os dias atuais. Apesar de terem em comum o mesmo “guarda-chuva” teórico, aqueles que para ela contribuem não concordam em tudo, fazendo apontamentos que diferem os tipos de subteorias existentes dentro do núcleo duro do realismo.

Apesar de muito criticado no meio científico, Imre Lakatos foi peça-chave do desenvolvimento de muitos trabalhos de viés realista. Autores como Walt (1997), Schweller (2003) e Mendes (2013) buscam defender seus pontos de vista a partir do arcabouço teórico proposto por Lakatos. Não se busca aqui, porém, fazer uma discussão acerca da validade ou invalidade destes, mas sim explicar brevemente do que se trata o núcleo duro da teoria realista à luz de Lakatos, para então poder avançar ao que realmente importa: conhecer a fundo o realismo ofensivo e defensivo das Relações Internacionais.

Walt (1997) e Schweller (2003) escrevem seus textos como forma de rebater as provocações provenientes de Vasquez (1997), o qual relacionou alguns textos de viés realista com a base teórica lakatosiana, a fim de provar que a teoria realista estava caminhando para uma degeneração. Apesar de seus posicionamentos serem puramente contra a proposta de Lakatos, Walt (1997) e Schweller (2003) fizeram contribuições claras e objetivas sobre os ensinamentos do primeiro, o que os trouxe até aqui.

Assim, entende-se que o programa de pesquisa de Lakatos consiste em três pontos: um núcleo duro, onde se encontra todas as proposições básicas da teoria, que deve ser considerado acima de todos os outros pontos singulares que serão adicionados pelos autores que buscarem desenvolver seu ponto de vista a partir da teoria em questão; uma heurística negativa, que busca desviar críticas possíveis ao núcleo duro, protegendo-o, e; uma heurística positiva, preocupada em identificar o legítimo da teoria e definir sua agenda de pesquisa (WALT, 1997).

Apesar de muito claro, Walt (1997) não cita outro ponto aqui considerado indispensável: o cinturão de proteção, entendido como parte flexível do programa de pesquisa que pode ser ajustada com as evoluções teóricas necessariamente realizadas por seus contribuintes, com o propósito de proteger o núcleo duro que, por sua vez, pode ser compreendido como os pressupostos invioláveis de uma teoria (MENDES, 2013).

Para Walt (1997) e Schweller (2003), o realismo possui três pressupostos irremediáveis entre os realistas: (1) os Estados são os atores principais do sistema internacional; (2) o sistema internacional é anárquico; (3) poder é o tópico mais importante para a política. Apesar de essas assertivas serem compartilhadas, não é correto afirmar que todos os autores realistas a enxergam da mesma maneira:

Hans Morgenthau assume que a competição entre Estados surge da luxúria humana por poder (o que ele denomina como *animus dominandi*), enquanto Kenneth Waltz ignora a natureza humana e assume que Estados apenas visam sobreviver

(Morgenthau 1946, Waltz 1979). Realistas “ofensivos”, como Mearsheimer (1994-95), argumentam que grandes poderes buscam maximizar a segurança maximizando seu poder relativo, enquanto realistas “defensivos”, como Jack Snyder (1991) ou Charles Glaser (1994-95), argumentam que grandes poderes são geralmente mais seguros quando eles abstêm-se de maximizar poder e buscam defender o status quo. Realistas também discordam sobre a importância relativa das causas domésticas versus sistêmicas, a estabilidade relativa do mundo bipolar versus multipolar e a importância das intenções em moldar os cálculos dos líderes nacionais (WALT, 1997, p. 932-933, tradução nossa).

Como teoria normativa do comportamento do Estado, os primeiros princípios realistas compartilham entre si questões ligadas intrinsecamente ao poder. Estes são enumerados por Schweller (2003), com o fim de colocar o arcabouço realista entre paredes:

(1) a humanidade não pode transcender o conflito através do poder progressivo da razão para descobrir uma ciência da paz; realistas de todos os tipos “compartilham uma atitude cética em relação a esquemas de ordem internacional pacífica”; (2) a política não é uma função da ética - a moralidade é, ao contrário, produto de poder e interesses materiais; e (3) necessidade e razão de estado. Trunfam moralidade e ética quando esses valores conflitam (SCHWELLER, 2003, p. 323, tradução nossa).

Tão importante que é, o poder como centro da política internacional é considerado um dos pressupostos da teoria realista, sendo unânime a sua presença nas subteorias, apesar de os diferentes entendimentos sobre ele serem o principal ponto diferenciador das teorias dela derivadas. Essa ideia é corroborada por Mearsheimer (2006), ao afirmar que os realistas entendem o poder como moeda na política internacional, respaldando a ideia de Waltz (1979), de que a política internacional é equivalente à política de poder.

Outro pressuposto realista é a percepção dos Estados como principais atores da política mundial, o que causou muitas das críticas proferidas. Por fim, mas não menos importante, está o pressuposto de que a natureza da política internacional é essencialmente conflituosa (SCHWELLER, 2003).

Assim como Schweller (2003), Donnelly (2000) considera que a unanimidade entre os teóricos realistas está no entendimento de que a natureza humana é egoísta e que isso é o que sustenta o pilar principal da política internacional. Apesar disso, Donnelly (2000) advoga que realistas podem ser divididos em dois grupos: aqueles que enfatizam as proposições do egoísmo e da anarquia, e aqueles que se concentram em uma análise rigorosa exclusivamente realista. Esses dois grupos são representados pelos realistas estruturais e pelos realistas biológicos (clássicos), respectivamente.

Na subcategoria estrutural há, ainda, mais três divisões baseadas na ênfase dada às premissas realistas (anarquia, egoísmo e política de poder): (1) realistas radicais são extremistas; (2) realistas fortes costumam reservar um pequeno espaço para assuntos que não se inserem no realismo em si, além de enquadrá-lo como uma teoria positiva; (3) realistas protegidos assumem o entendimento do realismo do que causa conflito nas relações internacionais (egoísmo e anarquia), mas não escondem o desconforto com soluções relacionadas à política de poder (DONNELLY, 2000).

De acordo com Donnelly (2000), o realismo possui seis paradigmas: (1) as ideias de Thomas Hobbes sobre a natureza humana e conseqüente necessidade de um Leviatã; (2) Hans Morgenthau com seu realismo clássico tomado de afirmações enfáticas como, por exemplo, a aceitação da natureza humana como fator principal das leis políticas, interesses que podem variar de acordo com o espaço e tempo, autonomia da esfera política, entre outros; (3) Kenneth Waltz com o realismo baseado essencialmente na estrutura do sistema internacional; (4) o dilema do prisioneiro, quando este molda as ações estratégica dos Estados e o auxiliam a prever o comportamento de outro ator; (5) Tucídides e sua percepção da Guerra do Peloponeso, que o fez trazer a ideia de hegemonia; (6) Nicolau Maquiavel, com seus escritos sobre poder, segurança e a figura do príncipe.

Ainda, são três fases realistas: sua primeira geração surgiu após a Primeira Guerra Mundial, paralela ao surgimento das Relações Internacionais como matéria. Para sustentar o ideal realista, os teóricos utilizaram a “razão humana e ingenuidade organizacional”, a fim de tentar compreender a nova ordem baseada nos interesses dos Estados. Com o abismo deixado pela crise internacional de meados de 1930, Edward Carr inseriu-se na história da teoria realista enfatizando o poder e a história por meio de análises sobre a Liga das Nações (DONNELLY, 2000, p. 26).

A segunda geração realista compreende meados de 1950 a 1960, a partir do foco em problemas relacionados ao interesse nacional e balança de poder. Nesta altura, Morgenthau já sofria com as primeiras críticas. Donnelly (2000) pontua, ainda, que as décadas de 1960 e 1970 foram altamente desafiadoras para a teoria devido ao Primeiro Debate das Relações Internacionais, com a ascensão da teoria idealista de Joseph Nye e Robert Keohane nos Estados Unidos da América (EUA), o aumento da interdependência entre os Estados e o surgimento de atores não-estatais.

O realismo volta a dominar a partir da terceira geração, liderada principalmente por Kenneth Waltz, em meados de 1980. Seus escritos sobre a inutilidade da interdependência entre os Estados e a conotação das relações internacionais a partir da microeconomia trouxeram aos leitores maior aceitação do realismo (DONNELLY, 2000).

Continuando a desenvolver a ideia de Lakatos, Walt (1997) afirma que um programa de pesquisa pode ser progressivo ou pode degenerar-se. Dependendo das evoluções ou involuções que são notadas na teoria, sendo progressivo, caso sejam notadas evoluções progressivas nos refinamentos teóricos adicionados ao núcleo duro ou em processo de degeneração; e degenerativas, caso essas evoluções sejam apenas ajustes *ad hoc* ou semânticos que buscam, assim, justificar anomalias notadas na teoria sem antecipar novos fatos.

Logo, o núcleo duro da teoria realista é composto pelos pressupostos supracitados, possuindo variações no seu cinturão de proteção quando se considera a existência de várias subteorias, como o realismo clássico (MORGENTHAU, 1948), neoclássico (SCHWELLER, 1994; ROSE, 1998), e estrutural, sendo este último subdividido em ofensivo (MEARSHEIMER, 2001) e defensivo (WALTZ, 1979; SNYDER, 1991; GLASER, 1997). Estes buscam, portanto, fazer contribuições valiosas a fim de engrandecer a teoria realista, produzindo conhecimento cumulativo.

## 2.2 A teoria realista estrutural de Kenneth Waltz

O realismo estrutural nasceu da sede de Kenneth Waltz, por propor a constituição ideal de uma teoria de Relações Internacionais, adicionando então suas contribuições à teoria realista. O primeiro grande passo foi dado quando lançou sua tese de doutorado como livro no ano de 1959, intitulado “*Man, the State, and War*”. Nele, Waltz (1959) analisou as três imagens (níveis) responsáveis por causar a guerra nas relações internacionais. Vale pontuar que neste livro estariam apenas os sustentáculos necessários para a posterior criação de uma teoria – ainda não caracterizando a teoria em si.

A primeira imagem ilustrada por Waltz (1959), relativa ao homem, ilustra que a natureza humana é má por buscar dominar o poder para sua benfeitoria a partir de características como o egoísmo e estupidez, sendo assim a natureza do comportamento humano causa da guerra. Claramente, essa é a visão principal do realismo clássico de Morgenthau (1948), porém, Waltz (1959) refuta esta ideia por considerá-la insuficiente: seria necessário utilizar de uma

análise política mais profunda, somada à análise psicológica sugerida; a segunda imagem é referente ao Estado. Tem-se na organização interna deste, nos seus defeitos e funcionamentos, os motivos essenciais da guerra. Esta visão é sustentada pelas teorias liberais, as quais Waltz (1959) profere duras críticas; por fim, a terceira imagem é o sistema internacional de Estados, sendo analisada profundamente a anarquia internacional como princípio de ordenação do sistema em questão.

Ao analisar esta última imagem, Waltz (1959) fecha o arcabouço necessário para a posterior construção da teoria neorrealista: a natureza humana não possibilita análises por estar sempre em transmutação, sendo assim impossível chegar a conclusões fechadas sobre a mesma; o Estado é uma unidade com vontade própria e, assim, com propósitos efêmeros; o Estado é, portanto, ator unitário no sistema internacional.

A casa da teoria neorrealista ou Estrutural de Kenneth Waltz é o livro *Theory of International Politics*, de 1979. Imprescindível tanto para a teoria realista como para todo o âmbito das Relações Internacionais, a obra traz consigo pontos que até hoje rendem muitos estudos científicos, debates e considerações.

Assim, defende as teorias em dois grandes grupos: reducionistas, quando a teoria é condicionada aos dois primeiros níveis de análise: o homem e o Estado; sistêmicas ou estruturais, quando o sistema internacional é identificado como principal, sendo assim referente ao terceiro nível. O que as diferencia, também, é que os reducionistas compreendem que as resultantes externas ao Estado são produzidas pelas forças internas, ou seja, o sistema internacional se torna uma resultante do que sucede dentro dos Estados; enquanto os sistêmicos compreendem o contrário: o sistema que influencia os acontecimentos domésticos (WALTZ, 1979).

Os níveis de análise (imagens) desenvolvidos por Waltz (1959) retornam em Waltz (1979) quando busca “explicar o comportamento dos Estados enquanto atores imersos em um meio que os constrange e influencia”, colocando-se, assim, na responsabilidade de analisar a estrutura do sistema internacional (CEPIK; SCHNEIDER, 2010, p. 96).

Entende-se que o equívoco criado pelos críticos ao realismo estrutural está principalmente na impercepção das diferenças, significados e espaço que cada elemento possui na teoria, o que levou com que críticas fossem proferidas erroneamente. Com vistas disso, é necessário diferenciar estrutura, unidade e sistema, para então compreender a relação entre eles.

Waltz (1979) não tarda em afirmar que a estrutura está contida no sistema, assim como as unidades em interação. A estrutura é o que dá essência ao sistema e que faz possível que o enxergue da maneira como ele se coloca, sendo as diferentes combinações de unidades capazes de produzir diversas estruturas. A estrutura é independente da interação das unidades: ou seja, quando se olha para a estrutura não se deve levar em consideração as características individuais das unidades contidas nela, o que faz com que a estrutura não seja afetada por mutações sofridas nas interações entre as unidades:

Abstrair-se dos atributos das unidades significa deixar de lado questões sobre os tipos de líderes políticos, instituições sociais e econômicas e compromissos ideológicos que os estados podem ter. Abstrair-se das relações significa deixar de lado questões sobre as interações culturais, econômicas, políticas e militares dos estados (WALTZ, 1979, p. 80, tradução nossa).

Assevera Waltz (1979), que a estrutura é dotada de três elementos sustentadores: (1) princípio de ordenação, subdividido em hierarquia e anarquia; (2) precisão das funções das unidades, capaz de ditar quais os efeitos do sistema sobre a unidade: “existem funções restritas e específicas a determinadas unidades, enquanto outras desempenham funções distintas, igualmente restritas e específicas” (MENDES, 2013, p. 69); (3) distribuição dos recursos entre as unidades.

Quanto ao primeiro, Waltz (1979) entende que existem dois possíveis princípios ordenadores para uma estrutura sistêmica. Este é chamado por Diniz (2007) de subordinação, e ocorre quando há hierarquia entre os Estados, tendo cada um sua função definida, a partir de relações de subordinação e superioridade; o segundo, chamado por Diniz (2007) de “coordenação”, é nomeado como anárquico, em que não há uma entidade superior aos Estados, não havendo, assim, atividades centralizadas em unidades específicas.

O último elemento, referente à distribuição de recursos entre as unidades, auxilia na mensuração da capacidade destas unidades ao levar em consideração pontos como tamanho de território, recursos naturais, economia, política, entre outros. Portanto, em um sistema estruturalmente anárquico, as regras são baseadas nas interações entre as principais unidades e de acordo com a capacidade das mesmas em utilizar seus recursos para coagir suas semelhantes em aceitarem suas predileções (WALTZ, 1979; DINIZ, 2007).

Assevera Mendes (2013) que, porém, há uma ressalva quanto à importância dos três elementos da estrutura, que acaba por desqualificar o segundo princípio ordenador: o fato da divisão de funções entre as unidades existir não significa, automaticamente, que as mesmas as

exercerão com excelência, fazendo com que este último fator dependa intrinsecamente do terceiro elemento, como corrobora:

Se um sistema é anárquico, o segundo elemento da definição de estrutura não é importante e pode ser ignorado [... pois] apesar de sua semelhança formal na realização de funções, as unidades de um sistema anárquico podem apresentar diferentes capacidades para exercer essas funções, o que leva necessariamente à consideração do terceiro elemento estrutural (MENDES, 2013, p. 72).

Desta maneira, Waltz (1979) compreende que sendo o sistema internacional estruturalmente anárquico, a guerra é uma possibilidade constante. Devido a isso, os Estados jogam um jogo de soma zero entre si, consequência de desconfianças e incertezas entre eles, além de poderes e capacidades relativas. Ainda, considera que a anarquia internacional possui três virtudes: (1) os Estados não precisam se responsabilizar por altos custos organizacionais que teria uma organização supranacional; (2) a quantidade de poder de uma organização supranacional seria muito elevada, fazendo com que os Estados precisassem perder grande parte de sua soberania; (3) o controle dessa organização seria disputado de maneira latente pelos Estados, ocasionando uma guerra civil mundial pelo governo (MENDES, 2013).

Waltz (1979) compreende as unidades do sistema internacional como os Estados nele contidos. Essa visão waltziana é muito contestada pelos críticos ao assumirem que a importância dos Estados tem declinado nas últimas décadas, e que por isso os mesmos não podem ser considerados os únicos atores no sistema. Todavia, a afirmação de Waltz (1979) não significa que os demais organismos internacionais não são importantes. Ao contrário, é reconhecido que estes são de extrema importância para a cooperação entre os Estados. Porém, é fato que quaisquer organismos que possam existir no sistema internacional são regidos a partir das vontades e objetivos dos Estados que deles fazem parte:

Embora possam optar por interferir pouco nos assuntos dos atores não estatais por longos períodos de tempo, os estados, no entanto, estabelecem os termos do intercurso, seja permitindo passivamente que regras informais se desenvolvam ou intervindo ativamente para mudar as regras que não mais lhes convêm (WALTZ, 1979, p. 94, tradução nossa).

É feita uma analogia econômica, o que deixa ainda mais claro o posicionamento de Waltz (1979) quando afirma que:

A taxa de mortalidade entre os estados é notavelmente baixa. Poucos estados morrem; muitas empresas o fazem. Quem é provável que ainda esteja aqui daqui a 100 anos – os Estados Unidos, a União Soviética, a França, o Egito, a Tailândia e o Uganda? Ou

a Ford, a IBM, a Shell, a Unilever e a Massey-Ferguson? Eu apostaria nos estados, talvez mesmo no Uganda (WALTZ, 1979, p. 95, tradução nossa).

À vista disso, entende-se que a mudança da disposição de uma unidade em relação à outra é o que resulta em mudança estrutural, podendo esta ocorrer a partir da alteração de suas capacidades relativas. Assim, Waltz (1979) lista três proposições sobre o posicionamento das unidades: (1) as estruturas não são efêmeras como as interações entre as unidades e suas personalidades, que baseiam tais interações; (2) uma vez que a disposição das unidades são similares, a definição de estrutura pode ser aplicada a substâncias diferentes entre si; (3) devido às duas primeiras proposições, pequenas mudanças na teoria não serão sentidas, pois conserva-se seu domínio inicial. Portanto, se não muda a disposição das unidades, não há mudança de estrutura.

Logo, o que importa no realismo estrutural é como as unidades estão organizadas umas em relação as outras, ou seja, a diferenciação está no fato de que a relação entre as unidades é da alçada delas, mas o posicionamento delas no sistema é peculiaridade do próprio sistema.

Outro ponto de Waltz (1979) muito criticado é de que os Estados são semelhantes perante o sistema internacional. Isso quer dizer, em verdade, que os Estados possuem as mesmas funções e direitos no sistema (soberania); porém, é fato que o que os diferencia é a quantidade de poder (recursos) que cada um possui, o que resulta no fato de que “Estados são semelhantes e também são diferentes” (WALTZ, 1979, p. 96, tradução nossa). Ou seja, a diferença não está nas funções dos Estados, mas sim nas suas capacidades de exercê-las.

Já foi elucidada a preocupação da teoria realista estrutural em mostrar as diferenças entre os níveis sistêmico e o nível das unidades. Essa preocupação se dá devido a um dos pontos-chave da teoria ser o fato de ela ser considerada sistêmica. Waltz (1979) defende que o realismo estrutural omite as diferenças entre as unidades, considerando-as semelhantes, e ignorando, assim, as relações das unidades e seus atributos: o que importa, na verdade, é como os Estados estão posicionados e organizados, ou seja, a maneira como as unidades se dispõem no sistema. Isso justifica, por outro lado, o fato de o autor afirmar que as relações internacionais só poderiam ser entendidas por meio de uma teoria sistêmica.

Teorias sistêmicas são caracterizadas, também, por um conjunto de constrangimentos prescritos pela estrutura aos seus agentes. Isso significa que aqueles que não se ajustam ao que é cobrado não prosperarão, enquanto quem segue seus padrões ficarão no topo. Por este motivo, os realistas estruturais defendem que a definição de poder para os Estados é a luta pela

sobrevivência, já que a definição para tais constrangimentos é o fato incontestável da anarquia. Ora, se o sistema internacional é anárquico, entende-se que não há uma instituição supranacional capaz de defender quem está certo e quem está errado – essa função, logo, não existe entre os Estados. Por outro lado, não há como definir se o “Estado B”, que se alia ao “Estado A” em dado momento, não buscará atacá-lo tão logo quando precisar. E se ele atacar, quem vai julgá-lo? Assim, com o advento da anarquia vem a busca pela sobrevivência e, conseqüentemente, pelo poder (MEARSHEIMER, 2006; WALTZ, 1979).

Logo, ter mais poder significa ser mais relevante em um sistema de autoajuda, em que todos os Estados possuem certa capacidade militar ofensiva e não confiam nas intenções uns dos outros. Fica claro que a intenção dos Estados é sobreviver no sistema, utilizando-se de sua racionalidade, o que se parece muito mais palpável tendo mais poder do que os demais (MEARSHEIMER, 2006). Para Waltz (1979, p. 72, tradução nossa): “na política internacional, como em qualquer sistema de autoajuda, as unidades com maiores capacidades definem a cena de ação para os outros, assim como para si”.

A assunção de que os Estados buscam assegurar sua sobrevivência é um dos pontos altos da teoria waltziana, sendo incontestável tanto quando o objetivo do Estado é conquistar o mundo, quanto quando almeja simplesmente ficar em paz. Isso acontece devido ao ambiente anárquico do sistema não assegurar a seguridade dos Estados, ficando esses últimos confiados nos constrangimentos expressos pelo sistema e na sua capacidade de autoproteção baseada na autoajuda (WALTZ, 1979).

Devido ao fato citado, Waltz (1979) entende que os Estados buscam maximizar sua segurança para manter seu *status quo* encorajados pelo sistema anárquico, tornando secundárias questões como poder e lucro. Desta maneira, os Estados não buscam maximizar seu poder, mas sim equilibrá-lo. Porém, é fato que o sistema é dotado de Estados maiores e menores e, decorrente disso, há o *bandwagon*, que ocorre quando Estados menores se aliam a Estados mais fortes para garantir sua segurança e, logo, sua sobrevivência.

O autor afirma, ainda, que os mais fortes não se aliam entre si para aumentar seu poder sobre os mais fracos: ao invés disso, os Estados fortes aliam-se a Estados mais fracos, dominando-os. Seguindo o raciocínio, afirma que, se há duas coligações, os Estados fracos tendem a escolher aquela coligação que consideram mais fraca, pois se sentem ameaçados pela coligação mais forte. Logo, o realismo estrutural entende que o *bandwagon* é desencorajado

pela estrutura, haja vista a periculosidade de dar mais poder ao lado mais forte, aumentando sua capacidade relativa (WALTZ, 1979).

Aqui está o motivo da problemática da cooperação e interdependência entre os Estados criada por Waltz (1979). Ao alegar que a interdependência cedo ou tarde resultará em conflito entre as partes por ser caracterizada por uma vulnerabilidade mútua, entende que custaria muito caro às partes caso quebrassem sua relação. Tal caso fica ainda mais claro quando se analisa a funcionalidade dos casos de cooperação dentro de um ambiente anárquico: cooperando entre si, o “Estado A” e o “Estado B” acordam dividir os lucros da cooperação. Apesar de os lucros serem de 50% para cada Estado (o que é raro, segundo o autor), o “Estado A” pode utilizar seus lucros para minimamente prejudicar o Estado B, ou destruí-lo.

Entende-se, portanto, que a estrutura limita a cooperação entre os Estados de duas formas: por meio da preocupação com a divisão de ganhos que podem favorecer mais um Estado do que outro, e por meio do medo da dependência que pode ser criada entre eles. Ainda que os ganhos sejam iguais para ambos, a insegurança do “Estado B” no que o “Estado A” fará com os ganhos provenientes da cooperação é levado à risca, o que leva a elucidação conceitual da importância dos ganhos relativos na teoria waltziana (WALTZ, 1979).

Muito do que engloba o poder cai na corrente neorrealista das Relações Internacionais: como ganhar, como medir as consequências de perdê-lo e a quantidade de poder suficiente para um Estado se manter seguro, por exemplo, são pontos corriqueiramente discutidos. Logo, o que seria a política internacional senão uma política de poder? Sendo assim, os Estados se põem atentos às movimentações de poder que ocorrem no sistema internacional, o que define, a grosso modo, o significado de balança de poder, imprescindível na teoria realista: “a teoria do equilíbrio de poder pretende explicar os resultados das ações dos Estados, sob determinadas condições, e esses resultados não podem ser renunciados em nenhuma das motivações dos atores ou ser contidos como objetivos em suas políticas” (WALTZ, 1979, p. 118).

O equilíbrio de poder é a garantia mais exata de segurança e de paz. A teoria da balança do poder parte, primeiramente, do pressuposto que os Estados são atores unitários que se comportam a partir de constrangimentos ditados pela estrutura do sistema internacional, onde o objetivo máximo é o domínio universal e, o mínimo, a sua preservação (WALTZ, 1979).

A condição mínima para a existência de uma balança de poder é “que dois ou mais estados coexistam em um sistema de autoajuda, sem agente superior para auxiliar Estados que

possam estar enfraquecendo ou para negar a qualquer um deles o uso de quaisquer instrumentos que achem que servirão aos seus propósitos” (WALTZ, 1979, p. 118, tradução nossa), e ela só existe devido ao estado de natureza entre os Estados ser de guerra, ou seja, o entendimento se deve ou não usar a força é atributo particular dos Estados, sendo assim a violência uma possibilidade constante. Portanto, entende-se que o objetivo da balança de poder é estabilizar o sistema internacional sem prejudicá-lo.

No entanto, equilíbrio de poder não é feito a qualquer maneira. Waltz (1979) leciona que há apenas duas maneiras de equilibrar poder: por meio de esforços internos, onde o Estado cuida de seus assuntos internos (por exemplo, economia e força militar), para aumentar seu poder relativo aos demais Estados do sistema ou por meio de esforços externos, caracterizado pelo alinhamento ou realinhamento a outros Estados.

Chega-se, então, ao penúltimo tópico a ser elucidado para entendimento geral do realismo estrutural: o dilema de segurança. Muitos autores se dispuseram a discutir tal dilema desde a obra de John Herz, de 1950. Porém, é importante atentar-se à definição de seu vanguardista:

Onde quer que essa sociedade anárquica tenha existido – e tem existido na maioria dos períodos da história conhecida em algum nível –, surgiu o que pode ser chamado de ‘dilema de segurança’ dos homens ou grupos, ou seus líderes. Grupos ou indivíduos que vivem em tal constelação devem estar, e geralmente estão, preocupados com sua segurança de serem atacados, submetidos, dominados ou aniquilados por outros grupos e indivíduos. Esforçando-se para obter segurança de tal ataque, eles são levados a adquirir mais e mais poder para escapar do impacto do poder alheio. Isso, por sua vez, torna os outros mais inseguros e os compele a se preparar para o pior. Como ninguém pode se sentir totalmente seguro em tal mundo de unidades concorrentes, a competição pelo poder segue, e o círculo vicioso de segurança e acumulação de poder continua (HERZ, 1950, p. 157, tradução nossa).

O dilema de segurança foi levado para o nível dos Estados a partir do momento que se entende que os Estados vivem num sistema anárquico que lhes cobra autoproteção. A título de exemplo, considera-se que os Estados A e B são vizinhos. A partir do momento que o “Estado A” investe nos seus aparatos militares, ainda que justifique que seja por defesa e não por ataque, o “Estado B” se sente ameaçado e busca investir em sua segurança também. Isso gera um ciclo vicioso baseado na insegurança e desconfiança entre os atores, características da anarquia.

Sendo, então, o sistema internacional anárquico e o principal objetivo estatal a sobrevivência, ao se sentir ameaçado é compreensível que um Estado busque incrementar sua força material com o objetivo de aumentar também sua capacidade relativa e, logo, seu poder.

Como corrobora Mendes (2013, p. 92): “o principal fator material que o realismo estrutural traz à mesa para a apreensão do dilema da segurança é a distribuição de capacidades no interior do sistema internacional”.

Haja vista todos os conceitos esclarecidos acima, entende-se que com a distribuição de capacidades entre as unidades dá-se a polaridade do sistema. A polaridade pode ser vista de diversas maneiras, porém, para Waltz (1979), só existem dois ordenamentos possíveis: bipolar, quando o sistema é regido por duas grandes potências; ou multipolar, à medida que várias potências o maneiam.

A polaridade de um sistema pode ser efêmera. Isso ocorre devido ao incômodo de certos Estados com o ordenamento vigente, o que faz com que tentem a (re)equilibrar a balança de poder. Isso foi o que ocorreu, por exemplo, após a Guerra Fria, em que o entendimento do sistema como bipolar (regido por Estados Unidos e União Soviética) era praticamente unânime entre os teóricos. Superada esta fase, iniciou-se uma profunda discussão sobre a sua polaridade entre os teóricos variando entre multipolar – haja vista as várias unidades imprescindíveis para seu funcionamento – e unipolar – considerando a histórica ascensão estadunidense.

Waltz (1979) afirma que a polaridade é identificada a partir da medição das capacidades dos Estados. Após citar vários métodos e variantes comumente utilizadas pelos teóricos, advoga que devido ao fato de os Estados viverem em um sistema de autoajuda, não seria válido analisar suas capacidades de maneira individual, que seja, sua economia, força material e influência política – já que, se o fizesse, certamente teria muitas potências especializadas em capacidades singulares: potência econômica, potência política, potência militar. O que se torna válido, então, é a avaliação das capacidades de maneira combinada, sem dividi-las por setores. A combinação se dá, conseqüentemente, a partir do “tamanho de sua população e do território, dotação de recursos, capacidade econômica, força militar, estabilidade política e competência” (WALTZ, 1979, p. 131, tradução nossa).

Waltz (1979) propõe defender qual o número de potências ideal para que se tenha uma estabilidade no sistema e, mais apropriadamente, a paz, ao alegar que:

Os sistemas menores são mais estáveis, e os seus membros são mais capazes de gerir os assuntos para o seu benefício mútuo. Além do mais, os sistemas estáveis são auto consolidados, porque entender o comportamento dos outros, fazer acordos com eles, e policiar os acordos torna-se mais fácil através da experiência continuada (WALTZ, 1979, p. 136, tradução nossa).

Apesar de uma longa hesitação para afirmar, logo entende-se que, para Waltz (1979), sistemas bipolares são mais efetivos e estáveis do que multipolares. Conforme Mendes (2013), Kenneth Waltz advoga que na comparação entre sistemas bipolar e multipolar, a interdependência tende a ser mais baixa no primeiro; que o alinhamento entre os Estados se torna menos provável; que a gestão dos recursos por duas potências é mais fácil do que a gestão dos mesmos por mais potências, tornando o balanceamento mais eficiente e; que há menor espaço para erros de cálculos entre duas potências.

Uma vez apresentada a teoria realista estrutural, vê-se como fundamental fazer uma breve diferenciação do realismo clássico de Morgenthau. A partir da leitura de Waltz (1979) e Mendes (2013), o realismo estrutural de Waltz se diferencia do realismo clássico de Morgenthau, principalmente devido a: (1) diferenciação no entendimento do que é poder: para Waltz, determina-se poder basicamente a partir da mensuração das capacidades materiais, considerando que os Estados buscam-no devido à estrutura do sistema, para sobreviver. Para Morgenthau, os Estados anseiam por poder devido à natureza humana ser má. Ademais, entende que poder está na capacidade de persuasão psicológica do Estado; (2) Waltz entende que poder é um meio e não um fim, como defende Morgenthau, o que leva a diferenciação de que para Waltz os Estados buscam maximizar a segurança para garantir sua sobrevivência, enquanto para Morgenthau, buscam maximizar poder; (3) para Waltz, sistemas bipolares são mais estáveis, e para Morgenthau, os multipolares o são; por fim, (4) para os dois teóricos, a balança de poder tem papéis distintos:

Ao contrário de importantes abordagens anteriores [...] a balança de poder não é, no realismo estrutural, uma política (*policy*) selecionada e aplicada, mas sim um resultado espontâneo de determinadas condições políticas (*politics*). De fato, a partir da lógica de Waltz é possível conceber a formação de balanças de poder mesmo que todos os Estados envolvidos sejam individualmente contrários à ideia (MENDES, 2013, p. 83-84, grifo do autor).

Ao construir o realismo estrutural na década de 1970, Kenneth Waltz buscou defender seus escritos a partir do momento que o sistema internacional sofreu marcos históricos, como o fim da Guerra Fria. A principal crítica à teoria waltziana está exatamente no questionamento da aplicabilidade da teoria a este fato histórico.

Waltz (2000a) defendeu que mudanças podem acontecer de maneira constante – cada uma com seu nível de importância – e que as ocorridas com o fim da Guerra Fria não são, em momento algum, excluídas de sua teoria. O que os críticos não levaram em consideração é que, após 1989, as mudanças foram essencialmente no nível das unidades, não do sistema. Desta

maneira, afirma que alterações de polaridade podem até afetar de alguma maneira as características do sistema, mas, de maneira alguma, afetariam seu princípio ordenador.

Se faz clara a abordagem waltziana, assim, a partir da definição de suas três imagens, análise geral da função e constituição da estrutura, assim como das unidades e do sistema. Além disso, abordou-se a sobrevivência como objetivo principal dos Estados, tendo em vista sua inserção em um sistema internacional anárquico. Também, por isso, casos como o de cooperação são influenciados a inexistirem devido à preocupação com os ganhos que podem ocorrer advindos dos lucros da cooperação em questão. Ainda, que os Estados buscam equilibrar poder, explanado a partir da importante teoria da balança de poder. O dilema de segurança também foi aqui abordado como forma de compreender a movimentação dos Estados para aumento de sua capacidade. Por fim, dissertou-se sobre a polaridade do sistema, que carrega em si todos os conceitos acima compreendidos.

### 2.3 A teoria realista ofensiva de John Mearsheimer

Na busca por engrandecer a teoria realista das Relações Internacionais, John Mearsheimer não mediu esforços para fazer notar sua contribuição. Com o livro *The tragedy of Great Power Politics* publicado em 2001, Mearsheimer (2001) objetivou apresentar como as relações entre as grandes potências se dão em meio ao sistema internacional anárquico. Profundo em sua análise, contribuiu com questões até então exclusivas, ainda não apresentadas no âmbito da teoria até então.

Antes de buscar diferenciar o realismo estrutural (defensivo) de Waltz (1979) do realismo ofensivo de Mearsheimer (2001), é necessário assimilar do que é feita esta última teoria. Para tal, busca-se responder às questões-chave colocadas por Mearsheimer (2001): o que motiva os Estados a competirem pelo poder e qual a quantidade suficiente de poder que os Estados devem ter para se sentirem seguros. Muitos dos conceitos explanados no tópico anterior voltarão a ser expostos aqui, porém, de forma breve, a fim de evitar repetições.

Inicia-se afirmando que o realismo ofensivo é uma teoria estrutural. Essa afirmativa é concreta, pois Mearsheimer (2001) parte da ideia de que a estrutura do sistema internacional, em sua forma anárquica, influencia no comportamento e nas decisões dos Estados, obrigando-os a agir de maneira ofensiva. Assim, dá três características ao sistema internacional: (1) não

há uma autoridade central; (2) todos os Estados possuem alguma capacidade militar ofensiva, e; (3) Estados nunca estão seguros sobre as intenções dos outros (MEARSHEIMER, 2001).

Assim, destaca-se os cinco pressupostos de Mearsheimer (2001) que, em conjunto, motivam os Estados a maximizar poder: (1) sistema internacional anárquico; (2) grandes potências possuem, sem exceção, alguma capacidade ofensiva de poder; (3) Estados nunca confiam nas intenções uns dos outros, pois todo e qualquer Estado é um inimigo potencial; (4) o principal objetivo dos Estados é sobreviver, defendendo a integridade de seu território e sua autonomia de poder; (5) grandes potências são atores racionais, tendo sempre consciência do ambiente que lhes rodeia.

A estrutura, deste modo, influencia os Estados a buscarem sempre maximizar sua cota de poder mundial, assim, maximizando a sua segurança. A ideia de maximização é obviamente oposta à ideia de conservação da balança de poder: se um Estado está sempre buscando aumentar sua cota de poder, significa que ele é revisionista, pois usa a força para alterar o equilíbrio da balança de poder a seu favor (MEARSHEIMER, 2001).

A diferença-chave da teoria de Mearsheimer (2001) diz respeito ao tratamento especial dado às grandes potências, já que entende que, mais que maximizar poder, elas lutam para ser um Estado hegemônico, ou seja, a única grande potência do sistema. Essa luta não se dá de maneira negligente, sendo sempre calculados os custos para a conquista desse objetivo. Caso o emprego de forças tenha custos razoáveis, a missão é concretizada; caso contrário, são aguardadas circunstâncias favoráveis para sua execução.

A ideia de maximização de poder é claramente semelhante à de Morgenthau (1948). Porém, é importante ter atenção no que as diferencia: Morgenthau (1948) parte da ideia de que Estados buscam maximizar poder devido à natureza humana ser egoísta e afoita por poder; Mearsheimer (2001), por sua vez, entende que esta maximização se dá devido à estrutura anárquica do sistema internacional. Logo, há uma fonte tímida da ideia de Morgenthau (1948) em Mearsheimer (2001).

A partir do incentivo estrutural anárquico, Estados buscam prover sua própria segurança por meio da autoajuda com o único objetivo de sobreviver. Portanto, entende-se que o comportamento dos Estados se dá a partir do medo que têm das intenções uns dos outros; da autoajuda, a partir do pressuposto do sistema internacional anárquico, sem uma autoridade central disposta a ordenar o sistema e defender a segurança dos Estados, e; pela busca da

maximização do poder relativo. Logo, para sobreviver, os Estados buscam ser o maior poderio do sistema:

Quanto mais forte for um estado em relação a seus rivais em potencial, menor é a probabilidade de que qualquer um desses rivais ataca e ameça sua sobrevivência. Estados mais fracos relutam em buscar lutas com estados mais poderosos porque os países mais fracos provavelmente sofrerão uma derrota militar (MEARSHEIMER, 2001, p. 33, tradução nossa).

O entendimento de poder para Mearsheimer (2001) é baseado na quantidade de poder material que possui o Estado. Mas há um porém: o Estado pode ter uma economia notável, uma grande população, um território bem localizado e extenso, e ser o número um em tecnologia; mas deve, sem falhas, transformar todos esses meios de obtenção de poder em capacidade militar. Logo, não basta ser rico, tem que ser racional para transformar riqueza em poder. Essa relação entre riqueza e transformação é o que caracteriza as grandes potências do sistema internacional.

Ainda, Mearsheimer (2001) advoga que a quantidade de poder relativo é inerente não só à capacidade de transformar recursos em meios militares, mas também para a relação dessa capacidade, a fim de possibilitar a luta contra o Estado mais poderoso do sistema, tendo como sucesso mínimo o enfraquecimento deste último, e máximo a derrota dele. Logo, antes de serem objetivados a tornarem-se hegemonia, Estados são incentivados a serem uma grande potência.

Importante destacar que o autor diferencia os meios militares de acordo com a sua relevância. A partir da compreensão da existência de três meios – terrestre, naval e aéreo –, Mearsheimer (2001) prestigia a supremacia do poder terrestre como fator-chave de poder do Estado. Assim, os meios naval e aéreo agem como coadjuvantes, na função de apoiar o meio terrestre, aumentando as chances de sucesso da missão. Essa visão do autor influencia diretamente sua asserção sobre o poder paralisante da água, que consiste no entendimento de que a água é a barreira para a existência da hegemonia mundial, impondo limites à projeção da força, já que a água separa, em larga escala, os continentes da Terra.

A questão nuclear também tem seu espaço, ainda que de maneira breve, quando se fala em equilíbrio de poder. Mearsheimer (2001) confere o poder nuclear como determinante no equilíbrio de poder, haja vista a alta capacidade de destruição das armas nucleares. Para tanto, afirma que tendo um Estado atingido a superioridade nuclear, este se torna, de maneira automática, hegemônico, já que nenhuma outra potência tem poder capaz de abatê-lo. Mas e se

duas ou mais grandes potências tiverem poderes nucleares semelhantes? Neste caso, garante o autor, a competição entre elas será estabelecida com base no poder terrestre.

Haja vista que a hegemonia mundial é o objeto final da teoria e que, ainda assim, esteja provado que ela é muito improvável, para não dizer impossível, então em que posição se encontram Estados como os Estados Unidos dentro da teoria de John Mearsheimer? Ainda que o objetivo final seja a hegemonia mundial, deve-se objetivar, primeiramente, a hegemonia regional.

Nesse sentido, os Estados estão sempre atentos à distribuição de poder entre eles e concentrados em maximizar seu poder relativamente aos outros Estados. Se isso é verdade, Mearsheimer (2001) afirma que é também verdade que os Estados tendem a raciocinar de maneira ofensiva, pois estão sempre dedicados a aproveitar oportunidades de alterar o equilíbrio de poder a seu favor. Se o “Estado A” ganha poder, conseqüentemente o “Estado B” perde poder: não há como os dois ganharem, já que essa relação de perda e de ganho tem soma zero.

Já foi dado o espaço para perceber que o importante na teoria de Mearsheimer (2001) não são os ganhos absolutos, mas sim os relativos. Relacionado a este entendimento está o fato de a cooperação ser desincentivada pelo ambiente anárquico do sistema, já que a proporção de ganhos entre Estados que cooperam dificilmente será igualitária. Tal diferenciação possui influência significativa na balança de poder, e, logo, na possibilidade de sobrevivência.

Quando se fala em possibilidade de sobrevivência, deve-se falar também em dilema de segurança. Mearsheimer (2001) infere que a ameaça leva à competição e à insegurança, e que a maneira de superar esse clima é aumentando a capacidade ofensiva. Porém, ao fazê-lo, o Estado faz com que os outros Estados se sintam inseguros. Reafirma-se, aqui, a ambigüidade do investimento nas capacidades do Estado, que, apesar de afirmar ser puramente defensiva, tem, para os demais Estados, valor ofensivo.

Tendo Mearsheimer (2001) considerado o Estado revisionista, o próprio afirma que há apenas uma possibilidade de ele tornar-se conservador: ao atingir a posição de hegemonia regional, passando a preocupar-se automaticamente com a manutenção da balança de poder não só na sua região, mas também de outras. Essa ocorrência se dá devido à impraticabilidade de uma hegemonia mundial, única possibilidade de o Estado sentir-se de fato seguro, já que nem mesmo a união dos Estados contra a sua hegemonia seria suficiente para lhe derrubar.

Aos Estados não basta maximizar seu poder de maneira relativa: há também que cuidar em mantê-lo. Para isso, Mearsheimer (2001) dá duas opções de estratégias: a primeira opção é voltada ao próprio Estado, objetivado aprimorar sua posição relativa. A maneira mais afamada de fazê-lo é por meio de guerras, em que os Estados têm a oportunidade de conquistar mais recursos, assim como territórios.

A segunda estratégia se dá a partir da impedição do aprimoramento da posição relativa dos outros Estados. Esta é dividida em duas partes: a partir do balanceamento, a fim de conter uma ameaça à variação da balança de poder que não favoreça ao Estado ameaçado, havendo a diferenciação de dois tipos de balanceamento, externo e interno; ou por meio do *buckpassing*, quando o Estado ameaçado faz com que outros Estados, também ameaçados, assumam os custos da repressão da ameaça. Importante ressaltar que Mearsheimer (2001) considera o *buckpassing* preferível ao balanceamento.

Outro ponto do realismo ofensivo é a diferenciação da importância da bipolaridade e da multipolaridade. Ao afirmar que a bipolaridade é mais estável, Mearsheimer (2001) utiliza como exemplo a Guerra Fria, afirmando que os dois polos de poder passaram décadas em guerra sem enfrentar-se de maneira direta. Ao falar da multipolaridade, alega que essa pode ser equilibrada – quando as várias grandes potências possuem quantidade de poder semelhantes –, ou desequilibrada – quando há uma grande potência, entre as várias outras, com maior poder relativo. Esta última modalidade faz com que o sistema se torne mais instável e propenso à guerra, já que nele consta um *hegemon* potencial capaz de intensificar o medo nas demais grandes potências.

Dada a visão geral da teoria de Mearsheimer (2001) neste subtópico, torna-se de suma importância fazer a diferenciação de suas opiniões com a de Waltz (1979). Apenas por este meio se fará possível o entendimento completo das distinções que serão palco de análises no último capítulo desta dissertação.

#### 2.4 A teoria do equilíbrio de ameaça de Stephen Walt

A teoria do equilíbrio da ameaça, de Walt (1985), é uma reformulação da teoria de equilíbrio de poder onde, ao inverso do “poder”, entende-se que a ameaça é um fator crucial de balanceamento ou adesismo. Em vista do fim da Guerra Fria, Walt (1985) listou cinco questões que se mostrariam relevantes a partir deste marco histórico: difusão de ameaças; dificuldade da

detecção de quais Estados representariam ameaças reais; transformação dos alinhamentos entre os Estados, com novas características como o aumento de suas ambiguidades e a diminuição das suas durações; as percepções das intenções dos Estados se tornariam ainda mais importantes, haja vista a nova distribuição de capacidades, e; a geografia se tornaria, mais que nunca, a base para as orientações aos Estados.

Para enfrentar a nova configuração das relações entre os Estados, Walt (1985) considera a sua teoria ainda mais relevante ao reafirmar seu principal argumento: Estados preferem formar alianças para equilibrarem-se contra o ameaçador a unirem-se a ele. O equilíbrio, portanto, é entendido pela ação estatal de se unir aos opositores do perigo, ou seja, aos Estados menos ameaçadores que, como ele, sofrem com as ameaças do Estado mais forte.

Para o teórico, o balanceamento é o comportamento mais comum entre os Estados, dado o fato que a imposição do Estado ameaçador sobre os ameaçados colocaria em risco suas sobrevivências. Assim, os Estados ameaçados buscam formar alianças contra o ameaçador que possui recursos tão superiores que poderiam figurar uma ameaça (WALT, 1985).

O movimento de unir-se ao lado menos ameaçador, como aponta Walt (1985), é preferencial, pois, além de somar recursos para garantir sua sobrevivência, o Estado ameaçado consegue ter mais influência na aliança formada. A possibilidade de unir-se à ameaça também existe (*bandwagoning*); no entanto, o Estado ameaçado que se une ao ameaçador tem pouca influência nessa relação, além de se mostrar ainda mais vulnerável. Apesar de essa ser uma escolha muito arriscada, muito provavelmente é movida por interesses no compartilhamento de prêmios vindouros com a vitória do Estado ameaçador.

Além dos pontos supracitados, outro ponto alto da teoria do equilíbrio da ameaça de Walt (1985) são os quatro fatores igualmente importantes que afetam o nível de ameaça, ou seja, que auxiliam o Estado a mensurar a grandeza da ameaça, portanto, a necessidade ou não de equilíbrio.

Primeiramente, o autor fala sobre poder agregado do Estado, entendido pela proporção direta entre a quantidade de recursos de um Estado e entre ameaça potencial que este representa: ou seja, quanto mais recursos o “Estado A” tiver, maiores as chances de ele representar uma ameaça potencial para os demais Estados. Em segundo lugar está o fator da proximidade geográfica que, interpretada em seu sentido literal, significa que quanto mais próxima a ameaça, maior a probabilidade de os Estados se alinharem em resposta a ela (WALT, 1985).

Terceiro, a capacidade ofensiva, compreendida pela proporção direta entre a dimensão da capacidade ofensiva do Estado ameaçador e a probabilidade de provocar a formação de uma aliança balanceadora contra ele; ou seja, se o “Estado A” possui alta capacidade ofensiva, a probabilidade da formação de uma aliança para balancear a ameaça é maior (WALT, 1985).

Por último, mas não menos importante, estão as intenções ofensivas do ameaçador, isto é, quanto mais o Estado se mostra agressivo ou expansionista, mais provável a necessidade dos Estados ameaçados se unirem para se equilibrarem contra ele. Um ponto de atenção mencionado neste caso é que o Estado não precisa ter capacidades suficientes para tal, basta demonstrar-se agressivo (WALT, 1985). Vale pontuar que este ponto em especial é inconsistente com o realismo estrutural, pois este último não considera as intenções dos Estados por tê-las como fator incerto.

## 2.5 **Ofensa *versus* defesa**

Inicia-se aqui a constatação das diferenças entre as teorias realistas ofensiva e defensiva das Relações Internacionais. Será notado que, apesar de semelhantes, as teorias discordam em pontos específicos, responsáveis por diferenciá-las uma da outra e as encaixarem em discussões distintas.

Importante pontuar, de pronto, que os rótulos teóricos – defensivo e ofensivo – surgiram a partir dos escritos de Snyder (1991), ao considerá-las teorias que competem entre si. Ao afirmar que os mitos dos impérios por ele discutidos nem sempre são tidos como mitos para os realistas, o autor diferencia as duas vertentes do realismo, como se nota:

[...] duas variantes do argumento Realista. Ambas aceitam que a segurança é normalmente a motivação mais forte dos Estados na anarquia internacional, mas elas têm visões opostas sobre o caminho mais efetivo para alcançá-la. Uma variante, que pode ser chamada de “Realismo agressivo”, defende que a ação ofensiva contribui para a segurança; outra, “Realismo defensivo” argumenta que não (SNYDER, 1991, p. 11-12, tradução nossa).

Segundo Mendes (2013, p. 106), as duas teorias podem ser vistas de diversas maneiras:

Tornou-se lugar comum considerar as teorias de Waltz e de Mearsheimer, chamando a primeira de realismo defensivo e a segunda de realismo ofensivo, como teorias distintas e competidoras, com maior ou menor grau de compatibilidade. Nesta linha, Taliaferro pôde afirmar que os realismos ofensivo e defensivo competem teoricamente porque geram previsões e prescrições políticas distintas. (Taliaferro, 2000, p. 134). Schweller vai além e afirma que, mais do que a duas teorias distintas, os dois autores dão origem a dois PPC [Programas de Pesquisa Científica]

independentes que sofrem, para ele, de excessivo sucesso. (Schweller, 2003, p. 345). De acordo com Rosecrance, haveria ainda uma diferença essencial na variável dependente: distintamente de Waltz, Mearsheimer também busca oferecer uma teoria de política externa para complementar uma teoria de relações internacionais. (Rosecrance, 2002, p. 138) E mesmos comentadores que percebem uma complementaridade teoricamente produtiva entre as duas abordagens (p. ex. Snyder, 2002; e Toft, 2005) as enxergam de forma independente e à parte de um empreendimento comum.

Apesar das diferenciações por ele citadas, presta-se a seguir o entendimento de que o realismo ofensivo está inserido no programa de pesquisa científico do realismo estrutural, tal qual propõe Mendes (2013).

É uma tarefa dificultosa afirmar qual a diferenciação principal entre as teorias. Seguindo o entendimento de Snyder (1991), por exemplo, pode-se considerar que as duas vertentes compartilham o fato de o sistema internacional ser anárquico. Logo, a segurança do Estado, aqui ilustrada como sobrevivência a partir da autoajuda, é seu principal objetivo. A dissemelhança está em como garantir a segurança e a sobrevivência: para os realistas ofensivos, “o ataque é a melhor defesa” (SNYDER, 1991, p. 4, tradução nossa), enquanto para os defensivos, a posição de defesa deve ser preservada.

Outro ponto importante é que a teoria de Mearsheimer (2001) se direciona para grandes potências, consideradas por ele como principais atores do sistema; enquanto Waltz (1979) direciona sua teoria para os atores principais do sistema internacional, por ele considerados os Estados. Assim, Waltz (1979) não foca em um grupo específico de Estados, como faz Mearsheimer (2001).

Há a necessidade de falar sobre poder para ambas. Fator importante para os realistas estruturais em geral, apesar de ambos considerarem que a medição de poder de um Estado deve ser feita a partir da quantidade de recursos, a discordância surge quando se remete à quantidade de poder suficiente para um Estado se sentir seguro. Para os realistas ofensivos, os Estados devem procurar maximizar seu poder sempre que possível, sendo a hegemonia seu ponto máximo; os realistas defensivos, por sua vez, entendem que é imprudente lutar para ser hegemonia. Por isso, os Estados devem unicamente buscar a quantidade apropriada de poder para garantir sua sobrevivência e, posteriormente, conservar seus *status quo* (MEARSHEIMER, 2006; DINIZ, 2007).

Para Mearsheimer (2001), quanto mais poderoso é o Estado, menos provável que o ataquem e ameacem sua sobrevivência; para Waltz (1979), ocorre exatamente o contrário:

quanto mais poder se tem, mais atenção se chama para si e mais Estados se unirão para derrubar a grande envergadura de poder que o grande Estado possui, pois se sentem por ele ameaçados. Essa percepção ilustra que no realismo defensivo, o Estado é conservador e no ofensivo, revisionista (MENDES, 2013; MEARSHEIMER, 2006).

Em comum, os realistas ofensivo e defensivo têm a percepção de que os Estados devem sempre enxergar suas perdas e ganhos de maneira relativa, devido à anarquia do sistema internacional. Logo, não se mede o poder que se possui de maneira isolada, mas sim em comparação com os outros Estados, respeitando a lógica do equilíbrio de poder (SCHWELLER, 2003; MEARSHEIMER, 2001).

Ainda, concordam que as armas nucleares não têm propósitos ofensivos, e sim defensivos, com uma exceção: quando, num conflito, apenas um lado as possui. Assim, torna-se improvável uma guerra armada entre Estados armados nuclearmente, devido à periculosidade de uma escalada a nível nuclear (MEARSHEIMER, 2006).

Quanto às polaridades possíveis ao sistema, tanto Waltz (1979) quanto Mearsheimer (2001) reconhecem a multipolaridade e a bipolaridade. Concordam que a multipolaridade traz consigo maior iminência de conflitos e de guerra, enquanto a bipolaridade é por eles considerada mais segura. Mearsheimer (2001) ainda evolui o estudo sobre multipolaridade ao diferenciá-la em equilibrada e desequilibrada, como explicado no tópico anterior.

Consequentemente, ambos entendem que o balanceamento é mais eficiente em um sistema bipolar devido ao fato de os dois lados saberem exatamente a quem confrontar. Mearsheimer (2001) complementa que os Estados mais poderosos, considerados potenciais hegêmonas, devem ser considerados os mais perigosos.

Mearsheimer (2006) afirma que certos realistas defensivos propõem a existência de uma balança ataque-defesa, capaz de mensurar a possibilidade de derrotar um defensor ou conquistar um território. Sendo o autor cético em relação à existência de um balanço entre ataque e defesa, afirma que a ideia da existência de uma balança ataque-defesa só é válida se vista pelo lado do defensor, pois Estados que buscam conquistar uma grande quantidade de poder de uma vez só estão propensos a perdê-lo:

Alguns realistas defensivos argumentam que há um equilíbrio defesa-ofensa, que indica quão fácil ou difícil é conquistar território ou derrotar um defensor em batalha. Em outras palavras, ele diz se a ofensa se paga ou não. **Os realistas defensivos sustentam que o equilíbrio defesa-defesa geralmente é fortemente ponderado a**

**favor do defensor, e assim qualquer estado que tente ganhar grandes quantidades de poder adicional provavelmente acabará lutando uma série de guerras perdidas.** Consequentemente, os estados reconhecerão a futilidade da ofensa e se concentrarão em manter sua posição no equilíbrio de poder. Se eles forem para a ofensiva, seus objetivos serão limitados. **Os realistas defensivos argumentam ainda que, mesmo quando a conquista é viável, ela não se paga: os custos superam os benefícios.** [...] Em suma, não apenas a conquista é difícil, mas, mesmo naqueles raros casos em que grandes potências conquistam outro estado, elas obtêm poucos benefícios e muitos problemas. De acordo com o realismo defensivo, esses fatos básicos sobre a vida no sistema internacional devem ser aparentes para todos os estados e devem limitar seu apetite por mais poder. Caso contrário, eles correm o risco de ameaçar sua própria sobrevivência. Se todos os estados reconhecerem essa lógica - e deveriam, se forem atores racionais - a competição pela segurança não deveria ser particularmente intensa, e haveria poucas grandes guerras de poder e certamente nenhuma guerra central (conflitos envolvendo todas ou quase todas as grandes potências). **Os realistas ofensivos não compram esses argumentos.** Eles entendem que os Estados ameaçados normalmente equilibram-se contra inimigos perigosos, mas afirmam que o equilíbrio é muitas vezes ineficiente, especialmente quando se trata de formar coalizões de equilíbrio, e que essa ineficiência fornece oportunidades para um agressor inteligente tirar proveito de seus adversários. Além disso, estados ameaçados às vezes optam por ultrapassar o limite em vez de aderir a uma coalizão de equilíbrio. Em outras palavras, eles tentam fazer com que outros estados assumam o ônus de checar um oponente poderoso enquanto eles permanecem à margem. Esse tipo de comportamento, que é comum entre as grandes potências, também cria oportunidades de agressão. **Os realistas ofensivos também discordam da afirmação de que o defensor tem uma vantagem significativa sobre o atacante e, portanto, a ofensa raramente é paga** (MEARSHEIMER, 2006, p. 76, tradução nossa, grifo nosso).

Por outro lado, afirma que, mesmo que os Estados ameaçados busquem balancear poder com os ameaçadores, tal balanceamento se torna ineficiente, especialmente se essa tentativa for feita a partir da criação de coalizões balanceadoras. Assim, compreende que tal tentativa dá ao Estado ameaçador maiores vantagens de ter sucesso num eventual ataque. Apesar da discordância, Mearsheimer (2006) ainda assume que, antes de entrar em um conflito, o Estado tem que mensurar se vale ou não a pena agir ofensivamente a partir do levantamento de custos e benefícios, não sendo negligentes a ponto de entrar em guerras perdidas.

### 3 INTERVENÇÕES RUSSAS EM TERRITÓRIOS INTERNACIONAIS NO SÉCULO XXI

Adentra-se ao capítulo reservado para descrever as intervenções militares internacionais realizadas pela Federação Russa no século XXI, mais especificamente: os casos da Geórgia, ocorrido em 2008, da Ucrânia, em 2014, e da Síria, em 2015.

Foram consultadas fontes importantes, a fim de chegar o mais próximo possível da verdadeira história. Porém, há de se pontuar aqui que há versões diferentes sobre os conflitos, restando à autora fazer a mediação entre as versões, direcionando a pesquisa para a realidade dos fatos.

#### 3.1 Geórgia (2008)

O primeiro caso de intervenção da Federação Russa a ser analisado é o da Geórgia, ocorrido no ano de 2008. No entanto, antes disso é necessário a compreensão dos antecedentes históricos, como será feito a seguir.

##### 3.1.1 *As relações internacionais de Rússia e Geórgia*

Neste caso será utilizado o produto proveniente da marcante decisão do Conselho da União Europeia, de 2 de dezembro de 2008, em que foi estabelecida a *Independent International Fact-Finding Mission on the Conflict in Georgia* (IIFFMCG), baseada nos artigos 13 e 23 do Tratado da União Europeia<sup>4</sup>, e nos acontecimentos ocorridos na Geórgia em 2008. O adjetivo enfático dado à decisão é sustentado pelo fato de ter sido a primeira vez que a União Europeia julgou imprescindível envolver-se em um conflito armado (IIFFMCG, 2009a).

Primeiramente, é importante ressaltar que Asmus (2010) considera que o conflito de 2008 foi grave, porém, ao contrário de outros autores como Bertonha (2008), entende que a história que envolve as relações entre Rússia e Geórgia antes de 2008 é consideravelmente menos importante do que a manipulação de poder que a primeira tem sobre a segunda. Asmus (2010) afirma que, se pudesse resumir em poucas palavras o que ocorreu, diria que “foi sobre

---

<sup>4</sup> O artigo terceiro do Tratado da União Europeia institui o Conselho como parte dos órgãos da União responsáveis por promover os valores da instituição. O artigo 23, por sua vez, descreve os tipos de decisões a serem arbitradas pelo Conselho (EUROPEAN UNION, 2012).

a Geórgia tentando ir pro lado do Ocidente e a Rússia determinada a pará-la” (ASMUS, 2010, p. 54, tradução nossa).

No entanto, ao fazer uma afirmação tão enfática como essa, acaba por se tornar contraditório, já que reserva uma grande parte de seu livro para explicar os ocorridos na região desde antes do fim da Guerra Fria, onde o conflito ocorrido no século XXI já começava a ser plantado, tendo iniciado seu despertar com a Revolução Rosa no ano de 2003.

A intervenção russa na Geórgia em agosto de 2008 pode ser entendida como a primeira interferência em conflitos congelados realizada pela Federação no século XXI. O contexto da intervenção pode parecer simples, mas quando estudado a fundo se mostra extremamente complexo, por ser uma faísca de um fogo que está aceso há séculos. Por isso, é necessário aprofundamento na história conflituosa das relações dos dois Estados.

A primeira conquista da Rússia na Geórgia ocorreu no século XVIII, quando o Império Russo disputou com persas e turcos a influência na região. Já no século XX, poucos anos após o fim da Primeira Guerra Mundial, a Geórgia conquista uma breve independência e funda a República Democrática da Geórgia, incorporando a si a região que correspondia à Ossétia do Sul.

Porém, a independência duraria pouco, já que Bolcheviques retomaram o poder da região em 1921, nomeando no mesmo ano a “Ossétia do Norte” e a “Ossétia do Sul”, e criando a República Federativa Socialista Transcaucasiana. Com a instauração da URSS no ano seguinte, a Ossétia se torna uma região autônoma dentro da República Socialista Soviética da Geórgia (RSSG). A criação dos bolcheviques findaria no ano de 1936, com a divisão da região em três repúblicas: Abcásia, Adjara e Ossétia do Sul (ASMUS, 2010; MIELNICZUK, 2013).

A Geórgia então passou setenta anos sob o controle da União Soviética. Tendo iniciado o planejamento de se autoproclamar independente nos anos de 1980, conquistou sua independência de maneira brusca em 1991, devido aos gargalos econômicos, sociais, políticos e militares provenientes do fim da Era Soviética, responsáveis por motivar movimentos nacionalistas dentro do Estado georgiano. Este fato foi, inclusive, o motivo principal da reivindicação da independência pela Ossétia do Sul, já que os ossetas sulistas possuem suas raízes na região russa (Mapa 1) (ASMUS, 2010; MIELNICZUK, 2013).

Mapa 1 – Mapa geopolítico da região do Cáucaso



Gorbachev, na tentativa de aumentar sua notoriedade perante a população da quase findada URSS, convocou eleições multipartidárias em 1989. Nessa ocasião, o ultranacionalista Zviad Gamsakhurdia foi eleito e deu início ao aquecimento das relações entre Rússia e Geórgia de 1989 a 1992. O grande desafio do novo presidente georgiano já era esperado: tendo a Geórgia se emancipado da URSS, ossetas não aceitaram tal separação e, por isso, declararam a criação da República Socialista Soviética da Ossétia. Furioso, Gamsakhurdia invalidou a autoproclamação da Ossétia do Sul e instaurou fortes medidas a fim de controlar a região (MIELNICZUK, 2013; IIFFMCG, 2009a).

A essa época, Boris Iéltsin já havia sido eleito presidente russo, paralelo ao mandato de Gorbachev como líder soviético. Devido a isso, o primeiro não deu muita atenção ao caso osseta, preocupado com a legitimidade que Gorbachev ainda possuía. Na tentativa de tornar a Rússia livre do controle soviético, Iéltsin apoiava os demais Estados a buscarem emancipação. Porém, não demorou muito para que houvesse uma grande virada em seu posicionamento.

O Partido Comunista Conservador da URSS tentou aplicar um golpe de Estado em Gorbachev, nomeado por Mielniczuk (2013) como “golpe da linha dura”, fazendo com que

Iéltsin se aliasse ao antigo oponente. Assim, em 1991, a URSS aplicou um golpe de Estado na Geórgia, que teve como consequência a deposição do presidente Gamsakhurdia que, em 1993, mesmo refugiado na Chechênia, liderou uma grave guerra civil.

O fim da URSS logo chegaria. Asmus (2010) e Sobral (2005) afirmam que para muitos russos perder a Geórgia foi das maiores dores devido aos laços profundos que criaram entre si. A afirmação pode ser sustentada a partir do apoio cedido tanto pela inteligência russa quanto de seus militares, a movimentos de secessão na Abcásia e na Ossétia do Sul no início dos anos 1990. A questão ainda se agravou após as Guerras da Chechênia, em 1994 e 1996, pois muitos rebeldes se abrigaram em Pankisi<sup>5</sup> ao fugirem da guerra.

Com o fim da União Soviética, a Rússia fez várias tentativas para manter boas relações com o Ocidente. Ao mesmo tempo, a Geórgia lutava com forças nacionalistas apoiadas pelos ocidentais, na tentativa de retomar a qualquer custo o controle sob a Ossétia do Sul. Porém, houve um momento que a Rússia passou a se incomodar com a situação devido ao alto refúgio de civis para a Ossétia do Norte (MIELNICZUK, 2013).

As relações entre Rússia e Geórgia se complicaram um pouco mais desde então, com ações russas na região caucasiana que enfatizavam seu apoio aos movimentos separatistas: o embargo de visto aos georgianos, com exceção dos ossetas e dos abecásios; a interferência nas eleições; a obstrução das missões da *Organization for Security and Co-operation in Europe* (OSCE) nas fronteiras russas com a Geórgia; o não cumprimento do acordo assinado em 1999 em Istambul, de retirar as bases militares de Batumi, na Adjara, e de Akhalkalaki, em Javakheti, ambas em território georgiano (SOBRAL, 2005).

O incômodo russo gerou forte pressão nos georgianos para a resolução do conflito, resultando no Acordo de Sochi<sup>6</sup>, assinado por Geórgia, Rússia, e acordado pela Ossétia do Sul em junho de 1992. A partir de então, forças de manutenção de paz dos três responsáveis se instalaram na região osseta para estabilizá-la. Segundo Mielniczuk (2013), em 1992 o saldo de refugiados somava de 70 a 100 mil, enquanto o de mortos foi de cerca de 1 mil. Sobral (2005)

---

<sup>5</sup> Pankisi é uma região localizada no nordeste da Geórgia que, apesar de estar dentro do território georgiano, não se submete as suas leis, tendo sua própria estrutura de poder controlada por temidas milícias (SOBRAL, 2005).

<sup>6</sup> O acordo foi firmado em Sochi no dia 24 de junho de 1992. Nesta ocasião, Geórgia, Rússia e a também representada Ossétia do Sul acordaram o cessar-fogo do conflito entre ossetas e georgianos, responsabilizando-se, também, com o estabelecimento e manutenção da ordem por meio da restauração econômica e criação de condições para que os refugiados pudessem retornar as suas casas (RUSSIA; GEÓRGIA, 1992).

traz dados ainda mais alarmantes: em 1995, a região caucasiana somou 20.000 mortos e 300.000 refugiados.

Após essa fase, a região osseta passou por mais 10 anos de paz, que findaram após a eleição de Mikheil Saakashvili. Eleito presidente da Geórgia em 2005, com 96% dos votos, foi um dos principais nomes da Revolução Rosa de 2003. A conquista da presidência certamente se deu por defender planos relacionados aos interesses da Revolução: reunificar a Geórgia e fazer renascer o nacionalismo, o que pode ser resumido basicamente em libertar a Geórgia do controle russo e conquistar a confiança e parceria do Ocidente (Estados Unidos, OTAN e União Europeia) (MIELNICZUK, 2013; ASMUS, 2010).

### 3.1.2 *A intervenção militar russa na Geórgia*

Conforme o relatório da IIFFMCG (2009a), o conflito na Ossétia do Sul foi precedido de vários casos de tensão, tanto no território da Ossétia do Sul quanto da Abecásia, ambos localizados na região do Cáucaso. Essas tensões fizeram com que as atividades militares nessas zonas se aflorassem ainda mais a partir dos esforços dos lados do conflito para reforçar suas tropas, desde o mês de julho de 2008.

Bombardeios foram feitos à Abecásia ainda na primavera de 2008, tendo a zona de conflito posteriormente remanejada para a Ossétia do Sul. No já citado mês de julho, as relações estavam “à beira de um surto”, fazendo com que ações diplomáticas entre as partes se tornassem ainda mais constantes. Do dia 15 julho ao dia 2 de agosto, os Estados Unidos lideraram um exercício militar em território georgiano, próximo à fronteira russo-georgiana e no Mar Negro, nomeado “Resposta Imediata”, contando também com soldados da Armênia, Ucrânia e Azerbaijão.

Este fato certamente abriu mais precedentes para o agravamento do conflito e a posterior inserção russa. Prevendo a gravidade que o conflito tomaria, os sul-ossetas passaram a evacuar a região ainda no início de agosto, antes da eclosão geral do conflito, preparando o palco para a guerra (IIFFMCG, 2009a).

Por isso, Mielniczuk (2013) advoga que o entendimento do conflito georgiano deve ser realizado levando em consideração as relações entre Rússia e OTAN. Depois de anos de tentativa, a Rússia já havia entendido que não era bem-vinda na organização e, em paralelo, a Geórgia focava em aprofundar cada vez mais seus laços com a organização, levando até mesmo

seus oficiais para treinamento no Ocidente. Ainda, o posicionamento estratégico do Estado georgiano permitiria que o transporte de hidrocarbonetos para a Europa pudesse ser feito contornando o território russo, o que era de interesse ocidental.

A essa altura, Saakashvili enxergava a importância do território estatal, tendo em vista os olhares internacionais direcionados à Geórgia, principalmente devido às reservas de petróleo e gás natural ainda não exploradas no Cáucaso e a posição estratégica do país, já que se localiza entre o Mar Cáspio e o Mar Negro. Ao analisar as questões singulares de Rússia e Estados Unidos – a primeira interessada em manter o controle no Cáucaso por considerá-lo um cinturão de segurança fronteiriço ao seu território, e o segundo com interesses energéticos na região, considerando-a uma alternativa à sua sujeição ao Oriente Médio –, o presidente não teve dúvidas de que o estreitamento com os Estados Unidos se mostrava mais propenso ao sucesso (SOBRAL, 2005).

Para o presidente georgiano, Geórgia e Estados Unidos podiam ser considerados fortes aliados, podendo contar um com o outro em casos extremos. A visão romântica do presidente se tornou frustrada a partir do momento em que se viram sozinhos na intervenção à Ossétia do Sul. Assevera Mielniczuk (2013), que a Geórgia errou em não analisar o cenário ocidental antes de ao menos cogitar um conflito desta magnitude, pois em 2008 os Estados Unidos começavam a enfrentar grave crise. Por outro lado, no ano de 2008, a Federação Russa se considerava reerguida das heranças soviéticas, inclusive dos conflitos chechenos. Além disso, os ganhos com petróleo e armas estavam em alta:

Em 2008, como decorrência da política unilateral norte-americana, os ganhos com as duas principais fontes de receita da Rússia (petróleo e armas) tinham disparado e o bom ambiente econômico garantia mais de 70% de aprovação para Putin no final de seu segundo mandato. Nesse contexto, faria sentido que uma ação da Geórgia contasse com uma reação da Rússia e com a inação dos Estados Unidos (MIELCNIZUK, 2013, p. 164).

Saakashvili decretou a intervenção com o objetivo de retomar o controle da região do Cáucaso do Sul. Apostou tanto na fraqueza militar que a Rússia vinha enfrentando como na ausência de Putin na presidência da Federação, pressupondo que isso frearia a reação da Federação devido ao temor que a Rússia tinha da aproximação ocidental ao seu território. Além disso, o presidente georgiano tinha absoluta certeza de que seus esforços para se aproximar do Ocidente seriam suficientes para que este último prestasse à Geórgia todo o apoio necessário, caso um conflito mais sério se instaurasse (BERTONHA, 2008).

Por outro lado, Asmus (2010) entende que o problema conflitante de 2008 iniciou com o Acordo de Sochi, quando as partes acordaram medidas de monitoramento para manutenção da paz no território osseta: “um princípio fundamental da resolução eficaz de conflitos e da manutenção da paz é que uma força de manutenção da paz deve ser neutra e ter a confiança de ambos os lados. Este princípio foi descartado no caso georgiano” (ASMUS, 2010, p. 76, tradução nossa). A situação se mostra ainda mais grave quando o autor afirma que as tropas russas só eram mantenedoras da paz no nome, pois as ações não deveriam ser interpretadas por este viés.

Apesar de se mostrar um trabalho singular que vai contra a maioria dos escritos sobre a guerra, não se pode ignorar a produção de Asmus (2010). Ao escrever uma obra tão impactante com sérias acusações ao governo russo, o autor ignorou o relatório da IIFFMCG. Devido à importância de um documento como este, ele será a principal referência para narrar os fatos ocorridos na Geórgia em 2008. Deste modo, será colocado primeiramente as versões das partes sobre o conflito, com a posterior conclusão que os relatores obtiveram.

### 3.1.2.1 *A versão da Geórgia*

Conta a Geórgia que fora invadida por grande contingente militar russo em 7 de agosto de 2008, o que resultou em um embate entre os dois Estados no dia seguinte. A Geórgia apresenta essa versão e nega a existência de um confronto militar entre georgianos e oficiais da manutenção de paz russos antes do dia 8 do mesmo mês. Por outro lado, afirma que atacou a base russa de maneira física, não tendo atingido nenhum de seus oficiais. Porém, no mesmo dia, uma pequena parte da tropa georgiana teria sido atacada pelos russos. Esclarece, ainda, que o contingente militar utilizado pela Geórgia foi proporcional ao que o conflito reivindicava, e que exerceu o seu direito incontestável de autodefesa (IIFFMCG, 2009b).

Assim, a Geórgia declara: que a Rússia adentrou seu território sem autorização de quaisquer meios coletivos como o Conselho de Segurança; que não foi convidada por autoridades locais para fazê-lo; e nem mesmo caberia dizer que foi por autodefesa, já que em momento algum os georgianos deram quaisquer motivos para tal. Por isso, a presença russa é considerada ilegal e injustificada, por violar a soberania e integridade georgiana e, sobretudo, o princípio de não-intervenção (IIFFMCG, 2009b).

A justificativa de intervenção humanitária e de responsabilidade de proteger, alegada pela Rússia em seu memorando, é refutada pela Geórgia ao afirmar que nenhuma das duas alegações podem ser realizadas unilateralmente. O Estado georgiano reconhece que houve o agravamento da situação conflituosa na Ossétia do Sul, e afirma que esforços não foram medidos para resolver o problema de maneira diplomática, embora sem sucesso nas diversas tentativas (IIFFMCG, 2009b).

Mesmo reconhecendo que usou a força, a Geórgia nega veementemente que tenha ocorrido o genocídio étnico dos ossetas ou assassinatos em massa, em resposta à acusação russa. Ademais, pontua que invasões motivadas a proteger civis nacionais, como também foi utilizado como justificativa pela Rússia, não é uma norma reconhecida, e a ação não é sequer aceita pela comunidade internacional. Convém pontuar que o memorando georgiano não deixa de lembrar da distribuição de passaportes russos para a população osseta, o que configura crime internacional (IIFFMCG, 2009b).

Sem citar de forma direta o Acordo de Sochi, a Geórgia afirma que o pressuposto de proteção dos russos que estavam em território osseta para a manutenção da paz também não é válido, e que nenhuma manutenção de paz pode ser utilizada como pretexto para qualquer tipo de agressão (IIFFMCG, 2009b).

### 3.1.2.2 *A versão da Rússia*

A versão russa inicia negando o título dado por muitos ao conflito, de “guerra russo-georgiana”. Imputa à Geórgia ônus do conflito, afirmando que este se deu devido às suas intenções agressivas, e que por isso a Rússia não temeu em rebater as forças georgianas, estando fundamentada no princípio de legítima defesa (IIFFMCG, 2009b).

A Rússia assegura que as forças usadas foram proporcionais aos ataques provenientes dos oficiais da Geórgia, e que tinham o único objetivo de “proteger a população civil e o contingente russo de manutenção da paz da agressão georgiana e impedir ataques armados contra eles no futuro” (IIFFMCG, 2009b, p. 188-189, tradução nossa).

Nega de forma veemente que tenha iniciado o conflito, afirmando que este foi alvo de discussão no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CNSU) no dia 7 de agosto de 2008, por meio da resolução nº 5951, assim que a Geórgia lançou sua operação na Ossétia do Sul, como meio de obter autorização para agir em autodefesa (IIFFMCG, 2009b).

Afirma que o governo de Saakashvili agiu de maneira oportunista ao atacar a região osseta, exatamente no dia da abertura dos Jogos Olímpicos que aconteciam em Pequim, quando tradicionalmente as ações militares são interrompidas. Reforça que a Geórgia recusou vários meios possíveis de resolução do conflito, como a própria OSCE e as Nações Unidas, que por anos não mediram esforços para encontrar medidas pacíficas (IIFMCG, 2009b).

O memorando russo ainda se mostra de acordo com Putin (2017), ao afirmar que houve conversas diretas dos líderes russos com o presidente Saakashvili, em que foi dito de maneira nítida que “qualquer tentativa de recorrer a uma solução contundente inevitavelmente prejudicaria o processo de negociações e levaria ao reconhecimento da Rússia da independência da Abecásia e da Ossétia do Sul” (IIFMCG, 2009b, p. 189).

A Rússia não hesita em acusar os Estados Unidos, a Ucrânia e outros países da OTAN de terem apoiado a ação georgiana, assim como fortalecido seu exército para tal. Por fim, afirma que Medvedev reconheceu a independência da Abcásia e da Ossétia do Sul como forma de salvar a vida dos cidadãos, para que assim pudessem gozar da liberdade (IIFMCG, 2009b).

### 3.1.2.3 *A versão da Ossétia do Sul*

O memorando fornecido pela Ossétia do Sul não nega as raízes do conflito em meador de 1980, com o colapso da União Soviética. Afirma que, de tão óbvio, se torna desnecessário destacar a impossibilidade osseta de permanecer sendo parte da Geórgia, quando esta última se desvencilhou da URSS. Segue lembrando do processo complicado que foram as tentativas de independência do Estado georgiano, com sua reação nada amigável, motivo das guerras civis que tomaram a região (IIFMCG, 2009b).

Com seu direito de liberdade negado pelo Estado georgiano, os sul-ossetas advogam que a paz parecia ter se instaurado a partir do cessar-fogo de junho de 1992, com posterior estipulação da Comissão de Controle Conjunto (JCC) em reunião na OSCE. Porém, em 2005, o conflito reacendeu a partir da posse de Saakashvili e seu plano de reintegração territorial da Geórgia. Desde então, as forças georgianas passaram a ocupar a capital osseta de maneira estratégica, tendo as forças ossetas e russas se portado de maneira defensiva nesta ocasião:

As unidades russas de manutenção da paz que mantiveram a presença na área de conflito nunca participaram da operação militar, no entanto, tentaram separar as partes envolvidas no conflito e garantir a segurança e a proteção da população local de acordo com seu mandato [JCC] (IIFMCG, 2009b, p. 192, tradução nossa).

Ainda segundo a Ossétia do Sul, a Geórgia lançou um novo plano para recapturá-la em sete dias e bloquear o túnel de Roki em 2006, mas sem sucesso. A partir daí, a Geórgia deu muitos sinais de militarização, entre eles: tentativas emergenciais de ingressar na OTAN, aumento no orçamento militar, aquisição de armas militares provenientes do lado ocidental, recebimento de doações de equipamentos militares e atividades parlamentares que buscavam tomar sérias medidas:

Em 18 de Julho de 2006, o Parlamento da Geórgia adotou uma resolução que encerrava as operações de manutenção da paz em curso nas áreas de conflito georgiano-ossetas e georgiano-abecásia e ordenava a retirada das unidades russas de manutenção da paz das respectivas áreas de conflito (IIFFMCG, 2009b, p. 194, tradução nossa).

Já no ano de 2008, o presidente sul-osseta Kokoity teria enviado uma carta a Saakashvili convocando uma reunião, em conjunto com a OSCE, a fim de proibir o uso de forças e assim evitar qualquer conflito entre as duas partes. Porém, o presidente da Geórgia ignorou as várias tentativas de comunicação do osseta, e em março do mesmo ano admitiu que “a Geórgia não tinha intenção de assumir quaisquer obrigações que descartassem o uso da força e reiterou que a solução militar para o conflito georgiano-osseta em favor da Geórgia era vista pelo governo como a única opção viável” (IIFFMCG, 2009b, p. 194, tradução nossa), anunciando o desinteresse georgiano em uma possível mediação do conflito.

Por fim, o memorando osseta afirma que a situação se deteriorou de vez no verão de 2008, a partir de ataques terroristas em sua capital Tskhinvali e outros assentamentos da região, vitimando sul-ossetas e russos. Em uma contínua preparação, a Geórgia realizou até mesmo exercício militar a fim de simular uma operação contra a Ossétia do Sul, tendo enviado os oficiais treinados para servir na fronteira osseta (IIFFMCG, 2009b).

#### 3.1.2.4 *A conclusão do relatório*

O relatório da IIFFMCG (2009a) chegou a conclusões deveras relevantes para a realização deste trabalho. De pronto, entende-se que o conflito possui raízes históricas, de acordo com o que já foi explicitado. Nesse contexto, são citados os laços soviéticos que a Ossétia do Sul possui com Rússia, os interesses desses últimos sobre os primeiros, somados às políticas de unificação propostas desde a Revolução Rosa de 2003:

**O conflito tem raízes profundas na história da região, nas tradições e aspirações nacionais das pessoas, bem como nas percepções antigas ou, antes, nas percepções equivocadas, que nunca foram reparadas e, às vezes, exploradas. [...] A onda de autoconsciência recém-descoberta que seguiu as mudanças políticas na Geórgia desde o final de 2003 colidiu com outra onda de assertividade emanada da Federação Russa, que tentou estabelecer uma zona privilegiada de interesse em seu “país vizinho”, onde desenvolvimentos e eventos considerados prejudiciais aos interesses da Rússia não foram facilmente aceitos. Ao mesmo tempo, os acordos de manutenção da paz que foram estabelecidos com a ajuda da comunidade internacional foram cada vez mais superados por novos e mais ameaçadores desdobramentos na situação política e militar. Eles foram criados na década de 1990 após os conflitos armados na Abkhazia e na Ossétia do Sul, na esteira da independência da Geórgia e, desde então, permaneceram mais ou menos inalterados. Sem os ajustes e apoio político que as organizações internacionais presentes na região precisariam, eles finalmente perderam o controle e não puderam mais cumprir suas funções (IIFFMCG, 2009a, p. 11-12, tradução nossa, grifo nosso).**

Sobre a fase inicial do conflito, o relatório da IIFFMCG conclui que:

**Pelo menos no que diz respeito à fase inicial do conflito [...] não houve nenhum ataque armado da Rússia antes do início da operação na Geórgia. As reivindicações georgianas de uma presença em grande escala das forças armadas russas na Ossétia do Sul antes da ofensiva georgiana em 7/8 de agosto não puderam ser justificadas pela Missão. Também não se pôde verificar se a Rússia estava à beira de um ataque tão importante, apesar de certos elementos e equipamentos terem sido disponibilizados prontamente. Também não há evidências que apoiem quaisquer alegações de que as unidades russas de manutenção da paz na Ossétia do Sul tenham violado flagrantemente suas obrigações sob acordos internacionais relevantes, como o Acordo de Sochi e, portanto, possam ter perdido seu status legal internacional (IIFFMCG, 2009a, p. 23, tradução nossa, grifo nosso).**

A identificação de quem de fato iniciou o conflito na Ossétia do Sul é ponto-chave para guiar a descrição do ocorrido. Sobre isso, o relatório é enfático ao afirmar que:

**As hostilidades abertas começaram com uma operação militar georgiana em larga escala contra a cidade de Tskhinvali e as áreas vizinhas, lançada na noite de 7 a 8 de agosto de 2008. As operações começaram com um massivo ataque de artilharia georgiano. Logo no início da operação, o comandante do contingente georgiano das Forças Conjuntas de Manutenção da Paz (JPKF), brigadeiro-general Mamuka Kurashvili, declarou que a operação visava restaurar a ordem constitucional no território da Ossétia do Sul. Algum tempo depois, o lado georgiano refutou a afirmação de Mamuka Kurashvili como não autorizada e invocou o contra-ataque de uma suposta invasão russa como justificativa da operação. A informação oficial georgiana fornecida à Missão diz a esse respeito que “para proteger a soberania e integridade territorial da Geórgia, bem como a segurança dos cidadãos da Geórgia, às 23h35 de 7 de agosto, o Presidente da Geórgia emitiu uma ordem para iniciar uma operação defensiva. Com os seguintes objetivos: proteção de civis na região de Tskhinvali/Ossétia do Sul; neutralização das posições de tiro das quais se originaram os disparos contra civis, unidades de manutenção de paz georgianas e policiais; interrompendo o movimento de unidades regulares da Federação Russa através do túnel Roki dentro da região de Tskhinvali/Ossétia do Sul (IIFFMCG, 2009a, p. 19-20, tradução nossa, grifo nosso).**

Putin (2017), em importantes entrevistas ao jornalista Oliver Stone, afirmou com segurança que jornalistas e estudiosos estadunidenses tentaram a todo custo culpabilizar a Rússia como agressora, assim ignorando a realidade de que o presidente georgiano que iniciou a ofensiva. Ainda, enfatiza que por muitas vezes aconselhou Saakashvili a medir cautelosamente suas ações na Ossétia do Sul e na Abecásia, devido à sensibilidade conflituosa daquela região:

Muitas vezes eu disse a Saakashvili que se ele quisesse restaurar a integridade territorial teria de ser muito cauteloso em relação à população da Abecásia e da Ossétia do Sul. Também lhe falei que estávamos dispostos a ajudá-lo. Acho que George [Bush] pode confirmar isso. Eu o adverti de que ele precisava evitar possíveis agressões, porque, se fosse iniciar hostilidades contra a Abecásia e a Ossétia do Sul, então a composição étnica do Cáucaso, sendo o que era - pessoas vivendo em regiões adjacentes da Federação Russa -, não poderia ficar fora desse conflito. Nós não teríamos sido capazes de impedi-los de se envolver nesse conflito. Considere a Ossétia do Sul uma república pequena. No Norte fica a Ossétia do Norte, como ente constituinte da Federação Russa. O mesmo povo vive tanto na Ossétia do Sul como na Ossétia do Norte. Teria sido impossível impedi-los de ajudar seus compatriotas. Nós, russos, também não teríamos podido ficar de fora desse conflito. Os nossos parceiros norte-americanos nos dizem: “Sim, entendemos isso.” **Tudo conduzia à guerra, que foi deflagrada por Saakashvili. Suas ações representaram um grande golpe contra o Estado georgiano** (PUTIN, 2017, p. 76, grifo nosso).

Em outro momento, Putin (2017, p. 218, grifo nosso) afirma:

Em diversas oportunidades, eu disse a Saakashvili que entendia como era difícil a reconstrução de relações, mas também lhe disse que ele tinha de ter paciência e que jamais deveria tomar aquela terrível medida de agravar a situação e convertê-la em um conflito militar. Saakashvili respondeu afirmativamente; entendeu o que eu falei e garantiu que jamais tomaria aquela medida, mas tomou. Os Estados Unidos falaram disso 100 vezes, e eu lhes disse que tínhamos de impedir um conflito militar, e também retificar a situação e reconstruir relações. Porém, eles não nos escutaram, e o que aconteceu, aconteceu. Então, tivemos de responder, porque, **uma das primeiras ações que a Geórgia promoveu foi matar nossos soldados das forças de paz das Nações Unidas. Foi por causa disso que tivemos de reagir. Se isso não tivesse acontecido, não precisaríamos de nenhuma provocação ou exercício militar.**

Os números decorrentes do conflito são alarmantes, principalmente se levado em consideração a sua pouca duração: entre georgianos, russos e ossetas, foram cerca de 850 mortos, entre militares, policiais e civis. Contando desaparecidos e feridos, o número sobe para mais de 3 mil casos. No quesito refugiados, o montante é de mais de 100.000 civis, sendo que um ano depois, cerca de 65% ainda não havia conseguido voltar para casa, pois apesar do cessar-fogo, muitas tensões políticas ainda eram sentidas (IIFMCG, 2009a).

A legalidade das reações intervencionistas, apesar de não ser objeto deste trabalho, também merece ser brevemente citada. Na interpretação dos relatores, a intervenção inicial

georgiana foi ilegal, enquanto a primeira fase da intervenção russa foi legal. Isso porque a primeira fase se deu a fim de defender os mantenedores de paz russos que estavam em missão na Ossétia do Sul. No entanto, a ilegalidade das ações da Rússia se deu a partir do momento que os oficiais russos cruzaram a fronteira administrativa da Ossétia do Sul com a Geórgia (IIFFMCG, 2009a).

Ainda, a Rússia deixou de ter razão legal ao tomar proporções desnecessárias ao empregar uma campanha militar que foi além dos limites razoáveis ideais para a sua defesa. A partir disso, a conduta georgiana tornou-se legal, pois considera-se que agiram em legítima defesa: “em questão de poucos dias, o padrão de ação militar legítima e ilegítima se inverteu entre os dois principais atores, a Geórgia e a Rússia” (IIFFMCG, 2009a, p. 24).

Portanto, a conclusão do relatório é: o conflito foi iniciado pela Geórgia; há bases legais e ilegais tanto para o lado da Geórgia quanto para o lado da Rússia; não houve provas fatídicas que georgianos tenham cometido genocídios e/ou limpeza étnica na região como alegava a Rússia, mas foram encontrados elementos concretos de que houve limpeza étnica dos georgianos que viviam na Ossétia do Sul durante e após o conflito de agosto; não se pode querer culpabilizar a ocorrência do conflito só pelos fatos ocorridos em agosto, há de se fazer um estudo mais profundo de seus precedentes, principalmente questões políticas e diplomáticas entre as partes do conflito, e; não há vencedores, haja vista o agravamento das relações entre as partes.

### 3.2 **Ucrânia (2014)**

O segundo caso a ser analisado neste capítulo é o da Ucrânia, que traz consigo elevada relevância no tabuleiro político internacional.

#### 3.2.1 *As relações internacionais de Rússia e Ucrânia*

Assim como o caso da Geórgia, as raízes do conflito ucraniano não são recentes. Com o fim da União Soviética, a Ucrânia se declarou como país independente. As problemáticas da transição foram fortemente sentidas, afinal, a instauração de um novo modelo político e econômico de sucesso não viria da noite para o dia. Prova disso foi a queda substancial de quase 50% do Produto Interno Bruto (PIB) da Ucrânia nos primeiros anos de independência (BARATA, 2014).

Por outro lado, a dependência ucraniana da Rússia nunca foi negada, principalmente se levados em consideração os casos em que temeram a perda do fornecimento de energia proveniente da vizinha ex-soviética. Certamente, essa sempre foi a “carta na manga” dos russos para manter os ucranianos sob sua esfera de influência, tornando-se, assim, ponto-chave das medidas econômicas e diplomáticas russas (GÖTZ, 2015).

Desde então, a Ucrânia se mostrou geopolítica e geo-estrategicamente importante, não só para a remanescente Rússia, mas também para os Estados Unidos e a União Europeia. Por isso, desde então demonstrou optar por uma política alternativa que ora agradava o lado ocidental, ora agradava o lado oriental. Porém, esse posicionamento certamente não duraria muito, pois os líderes dos dois lados vez ou outra pressionavam o governo ucraniano para pender para lado que os convinha (DIAS, 2015).

A crescente parceria bilateral ucraniana-europeia, por exemplo, ganharia mais força a partir do Acordo de Parceria e Cooperação (PCA) no ano de 1998, como forma de auxiliar a Ucrânia a reerguer-se por meio de acordos comerciais, econômicos e reformas estatais propostas pela União. A partir daí, encontros anuais entre os dois parceiros seriam realizados a fim de aproximá-los ainda mais (BARATA, 2014).

Apesar das parcerias crescentes, não se pode negar que a Ucrânia ainda passava por instabilidades. Em 2004, Leonid Kushma, que governava o país há 10 anos, deixou o poder. Sua política não agradava os ucranianos, pois foi responsável pela instalação de um sistema oligárquico certamente responsável por dificultar o desenvolvimento do país (BARATA, 2014). Putin (2017, p. 89) corrobora com essa visão sobre o Estado georgiano:

Você quer saber o que estava havendo na Ucrânia desde o início da década de 1990? O que vinha acontecendo lá era o roubo sistemático do povo ucraniano. Logo após a independência, a Ucrânia passou por um selvagem processo de privatização e roubo da propriedade estatal, que levou à deterioração do padrão de vida [...] o povo estava farto de todas aquelas medidas arbitrárias e de toda aquela corrupção absurda, do empobrecimento e do enriquecimento ilegal de alguns.

Quanto a isso, Dias (2015) culpabiliza os líderes georgianos por não conseguirem modernizar de maneira eficiente e eficaz a política e economia do país, aumentando casos graves e piorando relações exteriores do país: “a corrupção e a desigualdade socioeconômica atingiram níveis alarmantes e as lutas entre pró-europeus e pró-russos aumentou” (DIAS, 2015, p. 46).

As eleições presidenciais de 2004 trariam novos ares para a política ucraniana. Concorreram à presidência Viktor Yanukovich, pró-Leste, e Viktor Yushchenko, ex-primeiro-ministro ucraniano à época de Kuchma, e presidente do Banco Central do país, com ideias voltadas para o Ocidente. Após dois turnos, Yanukovich se elegeu presidente. Porém, foi constatada uma fraude no sistema de votação, o que levaria os dois candidatos a um “terceiro turno” ordenado pela Suprema Corte do Estado (PUTIN, 2017; BARATA, 2014; TSYGANKOV, 2015).

A constatação da fraude deu início à Revolução Laranja no mesmo ano, objetivada a recriminar as fraudes eleitorais. Yushchenko e Yulia Tymoshenko lideraram o movimento e, com sucesso, tornaram-se respectivamente presidente e primeira-ministra no ano de 2005. A nomeação de Yulia foi uma das primeiras decisões do novo presidente. Porém, as decisões de Yushchenko e Tymoshenko por diversas vezes não eram congruentes, o que motivou a demissão da primeira-ministra no ano seguinte, com a consequente ascensão do antigo concorrente à presidência, Yanukovich, ao cargo (PUTIN, 2017; BARATA, 2014; TSYGANKOV, 2015).

A aproximação do Ocidente à Ucrânia, tanto na figura da OTAN como na figura da União Europeia, por muitas vezes colocou a Rússia em posições delicadas. A partir de 2004, o maior parceiro comercial ucraniano era a UE, deixando, assim, a Rússia figurar em segundo lugar (BARATA, 2014). Ainda assim, Putin (2017) afirmou que a Rússia manteve a cooperação com o Estado ucraniano no esforço de implementar planos bilaterais.

Outros fatos foram marcantes nesse processo: em 2005, quando o ministro de relações exteriores da Ucrânia afirmou que estava esperançoso em iniciar as discussões sobre a inserção de seu Estado na OTAN até 2008; em 2006, na 19ª Cúpula da OTAN que aconteceu em Riga, capital da Letônia, o ministro da defesa ucraniano Anatoliy Hrytsenko avaliou que as políticas da Ucrânia inevitavelmente a levariam à adesão da OTAN, e; também, em 2006, o ministro das relações exteriores russo Sergei Lavrov anunciou que a adesão da Geórgia ou da Ucrânia à OTAN causaria grande reviravolta na geopolítica mundial (TSYGANKOV, 2015).

O temor russo da adesão da Ucrânia a alguma das organizações ocidentais é motivado pelo que Götz (2015) chama de “cavalo de Tróia”, já que a adesão à OTAN traria consigo maiores possibilidades de adesão à União Europeia, sendo o contrário também verdadeiro. Putin (2017, p. 104-105) contribui com seu temor sobre a ameaça da adesão de seus vizinhos à OTAN:

Quando um país se torna membro da OTAN, as conversas bilaterais são realizadas nesse país, o que torna muito fácil lidar com esse país numa base bilateral, incluindo a colocação de sistemas de armamento que estão ameaçando nossa segurança. Depois que o país se torna membro da OTAN, é difícil resistir à pressão de uma presença tão esmagadora quanto a dos Estados Unidos. Então, de repente, quaisquer sistemas de armamento podem ser instalados nesse país, como um sistema de mísseis antibalísticos, novas bases militares e, se for necessário, novos sistemas ofensivos.

Cerca de 80% do gás russo entregue à Europa passa por território ucraniano, o que faz da Rússia dependente dos gasodutos instalados na Ucrânia. Por outro lado, a Ucrânia depende do gás russo para sua matriz energética. Esses dois pontos são discutidos com muita frequência entre os Estados, causando novos percalços nas relações entre ambos no ano de 2009 (BARATA, 2014; TSYGANKOV, 2015).

A solução veio a partir do acordo firmado entre os dois países no mesmo ano, com validade até o ano de 2019. Essa foi mais uma ocasião em que a Rússia usou da dependência ucraniana como forma de politizar sua energia e firmar seus interesses no país vizinho, influenciando, dessa forma, nas eleições do ano seguinte (BARATA, 2014; TSYGANKOV, 2015).

A nova década trouxe muitas mudanças na Ucrânia. Em 2010, Viktor Yanukovich volta a concorrer à presidência e vence as eleições. O governo russo se encheu de esperança de um futuro melhor das relações com sua vizinha, corroborada com o Acordo de Kharkiv. O acordo foi assinado apenas dois meses após a eleição do novo presidente da Ucrânia, com o objetivo de prolongar a permissão da manutenção da base de Sebastopol, localizada na Crimeia, até 2042. Em contrapartida, a Rússia reduziria em 30% o preço do gás exportado para Ucrânia. Ainda, Yanukovich presenteou os russos com o arquivamento dos planos que a Ucrânia tinha para se voltar para o Ocidente (BARATA, 2014; TSYGANKOV, 2015; GÖTZ, 2015).

Apesar dos ventos ucranianos soprarem para a Rússia, Yanukovich sabia que precisava jogar com maestria para conseguir melhores resultados para o seu país. Por isso, também disse “não” à sua vizinha. Prova disso foi que no ano de 2011, a Rússia propôs a União Econômica Euroasiática (UEE) como forma de estreitar laços com os Estados localizados na Eurásia, incluindo em seu escopo uma união aduaneira que proporcionaria, entre outros benefícios, mais descontos no preço do gás natural à Ucrânia. Outro caso sem sucesso foi a tentativa da compra de ativos da Naftogaz, empresa estatal de gás ucraniana, pela Gazprom, estatal russa do mesmo seguimento. O “não” da Ucrânia à Rússia tinha um motivo muito

concreto: juntar-se à UEE significaria limitar as relações ucranianas com a OTAN e com a União Europeia, pois permaneceria na zona de influência russa (TSYGANKOV, 2015).

O segundo semestre do ano de 2013, em especial, se mostrou muito conturbado. O ex-presidente ucraniano Yanukovich, em entrevista no documentário *Ukraine on fire*, buscou deixar o público interessado a par da sua versão do que aconteceu. Afirmou que a Ucrânia realizou tentativas sem sucesso de um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), pois tinha noção de que, ao assinar o Acordo de Cooperação com a UE, seria necessário fazer algumas reformas que custariam caro (UKRAINE, 2017).

Paralelo a isso, há de ser lembrado que, em 2013, a Ucrânia passava por uma crise econômica, devido, principalmente, à guerra comercial recorrente com a Rússia, que ocasionou o bloqueio de importações de produtos ucranianos no país vizinho (GÖTZ, 2015). De acordo com Putin (2017), esse cenário se deu porque a Rússia previa a inibição comercial com sua irmã ex-soviética, que se daria a partir da assinatura do acordo entre Ucrânia e União Europeia, o que fez com que a Rússia tentasse implementar um acordo trilateral.

Com o insucesso da tentativa do acordo trilateral, os russos colocariam em prática medidas de proteção com o intuito de pressionar a Ucrânia, focadas na retirada das preferências aos produtos ucranianos do mercado russo. Desta feita, a Rússia focou no objetivo de assegurar a permanência do país em sua esfera de influência. Para tal, Moscou tinha muito claro que teria que reverter as situações políticas pró-Occidente que vinham tomando cada vez mais espaço no governo ucraniano.

No dia 21 de novembro, Yanukovich decidiu adiar a assinatura do Acordo de Associação com a União Europeia<sup>7</sup>, a ser concretizado na Terceira Cúpula da Parceria Oriental em Vilnius, capital da Lituânia. No dia 1 de dezembro, os ucranianos tomaram as ruas de Kiev. O movimento ficou conhecido como *Euromaidan*, e aconteceu motivado pelo descontentamento com variados setores, como “o combate à corrupção, ao abuso de poder, ao nepotismo, à desigualdade socioeconômica e à violação de direitos humanos” (DIAS, 2015, p. 45).

---

<sup>7</sup> Ucrânia e União Europeia já flertavam uma aproximação há alguns anos, baseadas em interesses comuns, como no âmbito comercial. Em 2009, a União Europeia lançou um programa chamado Parceria Oriental, parte da Política Europeia de Vizinhança, objetivada a auxiliar a transição de alguns países ex-soviéticos e fomentar a cooperação econômica e política desses Estados com a instituição. Em 2012, foram assinalados os pré-requisitos para a assinatura do Acordo de Associação e, então, caso os requisitos tivessem sido atingidos, o Acordo seria firmado por Ucrânia e UE no final de 2013 (BARATA, 2014; CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, 2018).

A situação se tornou ainda pior quinze dias após o início do movimento, quando a Rússia ofereceu \$15 bilhões a juros baixos aos ucranianos, e desconto de 33% no preço do metro cúbico de gás (PUTIN, 2017; GÖTZ, 2015; DIAS, 2015). Caso a Ucrânia ainda assim não desse prioridade aos interesses russos, o destino já estava traçado: teriam que arcar com as dívidas que têm com os russos e pagar antecipadamente pelo gás por eles fornecido (BARATA, 2014).

Os motivos que reuniram manifestantes em Kiev levavam a um fim comum: a população ucraniana clamava por uma maior aproximação com a União Europeia, afinal, havia uma “associação da integração europeia à democracia, primazia do direito, direitos humanos e boa governação” (DIAS, 2015, p. 47). Conseqüentemente, pediam a maturação de uma consciência particular da Ucrânia, sem dependências e fortes laços com a Rússia.

O que surpreendeu não só o presidente Yanukovych, mas também a comunidade internacional, foram os caminhos que o movimento *Euromaiden* tomou. Inicialmente, acreditava-se que o movimento usaria de fins pacíficos para chegar aos seus objetivos; porém, não foi o que se viu. De acordo com Tsygankov (2015), o *Euromaiden* contava com o apoio da oposição do governo, além do apoio dos ocidentais.

Em um movimento contra quem está no poder, a oposição certamente se faria presente. No entanto, quanto à segunda acusação do autor, há de se buscar evidências. Algumas intrusões ocidentais no movimento buscaram ser discretas; outras, nem tanto. A título de exemplo, a Secretária de Estado Adjunto para Assuntos Europeus e Eurásicos, Victoria Nuland, distribuiu lanches para os manifestantes ucranianos em praça pública. Enquanto isso, os senadores estadunidenses, como Chris Murphy e John McCain, além do membro do Parlamento Europeu Elmar Brok, foram à Ucrânia durante os protestos, chegando a discursar em praça pública a favor dos manifestantes e da aproximação do Estado ucraniano ao Ocidente (UKRAINE, 2017; ENGLUND, 2013).

Na Conferência da Fundação Estados Unidos-Ucrânia, ocorrida em 13 dezembro de 2013, Nuland discursou afirmando que o povo ucraniano tem identidade europeia, e que por isso, qualquer pessoa que esteja à frente do poder ucraniano deve levar em consideração esse desejo. Afirmou que esteve por algumas semanas em Kiev, capital da Ucrânia, junto com outras figuras de poder da União Europeia como Catherine Ashton, e que cabia a Yanukovych tomar as decisões corretas para uma contenção pacífica dos manifestantes (NULAND, 2013).

É importante explicitar, ainda, sobre a violência que se instaurou entre os manifestantes e oficiais da Ucrânia. Segundo Putin (2017), e o próprio Yanukovich, o presidente ucraniano não teria autorizado que as forças militares e policiais da Ucrânia abrissem fogo contra os manifestantes. Assim, ambos confirmam a presença de franco-atiradores entre os manifestantes, objetivados a atacarem tanto os oficiais ucranianos quanto os manifestantes, com a intenção de instaurar o caos.

A confirmação sobre a violência no conflito veio a partir de uma conversa telefônica vazada entre o ministro das relações exteriores da Estônia, Urmas Paet, e a vice-presidente da Comissão Europeia, Catherine Ashton. Nessa ocasião, Paet informa a Ashton que franco-atiradores estariam provocando maiores desentendimentos e matando tanto oficiais ucranianos quanto manifestantes. Paet afirmou, ainda, ter evidências a partir de informações de uma médica que atendia em Kiev, e confirma a fortificação do entendimento de que Yanukovich não estaria por trás de tanta violência, mas sim alguém da “nova coalizão” (MACASKILL, 2014).

Depois de tantas baixas, todos os lados buscavam uma saída para a crise civil que havia se instaurado. Tendo isso em vista, o presidente Yanukovich se reuniu com representantes ocidentais e russos no dia 21 de fevereiro de 2014, para assinar um termo encarregado por tomar algumas medidas importantes, a fim de cessar o conflito, dentre elas: a) antecipação das eleições presidenciais até o fim de 2014; b) regresso da Constituição de 2004; c) entrega de armas ilegais para o Ministério das Autoridades da Ucrânia; d) formação de um governo de unidade nacional no início de março do mesmo ano; e) contenção da violência tanto do governo quanto da oposição; f) investigação formada por autoridades ucranianas, pela oposição e pelo Conselho da União Europeia (PUTIN, 2017; DIAS, 2015; BARATA, 2014; GÖTZ, 2015; TSYGANKOV, 2015).

No dia seguinte à assinatura do acordo, Yanukovich viajou para uma conferência regional na Carcóvia, no leste ucraniano. Alguns autores e líderes ocidentais afirmaram, na ocasião, que o presidente georgiano havia fugido para fora do país. Assim, dois dias depois de sua viagem, foi implementado seu *impeachment*, tendo Oleksandr Turchynov subido ao poder como presidente interino, no qual permaneceu até junho de 2014, quando Petro Poroshenko assumiu o cargo (PUTIN, 2017; GÖTZ, 2015; DIAS, 2015; BARATA, 2014; TSYGANKOV, 2015).

Putin (2017) considera que Yanukovich teria passado alguns dias na Crimeia, aguardando a intervenção daqueles que assinaram o termo junto com ele em 21 de fevereiro,

mas a espera foi em vão. Dessa maneira, pediu refúgio à Rússia com medo de ser assassinado caso voltasse à Kiev.

As medidas tomadas pelo novo governo interino em fevereiro de 2014 foram, segundo o ponto de vista dos russos, drásticas: cancelaram a lei implementada por Yanukovych em 2012, que assegurava a língua russa como regional, podendo, assim, ser usada em escolas e locais públicos, e em quaisquer lugares que os russos somassem pelo menos 10% da população total; propuseram prisão àqueles que tivessem segunda cidadania russa; restringiram a atuação da mídia russa no país, e; implementaram um governo com políticos nacionalistas (TSYGANKOV, 2015).

### 3.2.2 *A intervenção militar russa no leste e sudeste da Ucrânia*

Conforme atesta Costa (2015), o território ucraniano conta com a presença expressiva de cerca de 7 milhões de russos. Para muitos deles, o cenário político pós-*impeachment* não era favorável, o que os levou para as ruas da Crimeia, no leste ucraniano e da região de Donbass, a sudeste (Mapa 2) (SLOBODA, 2014).

Mapa 2 – Donbass e Crimeia



Fonte: RGloucester (2015).

Portanto, a partir do dia 25 de fevereiro de 2014, as movimentações no Parlamento da Crimeia passaram a ocorrer. O primeiro feito foi a eleição do russo Alexei Charly, como novo prefeito de Sevastopol. Ao mesmo tempo em que essa decisão era tomada, manifestantes pró-Rússia foram para as ruas pedindo maior autonomia e aproximação com a Rússia. Dias depois, o Parlamento local anunciou a independência da península, e definiu que no dia 25 de maio seria realizado um referendo a fim de impedir um possível desmembramento da Crimeia do território ucraniano. A decisão foi fortemente criticada por Kiev (ALLISON, 2014; MCDERMOTT, 2015).

Poucos dias depois a Rússia já ocupava militarmente a península da Crimeia, e já pressionava o novo governo de Kiev a fazer mudanças constitucionais para dar mais autonomia às regiões que executavam manifestações contra o governo interino, a fim de descentralizar as cidades da região sudeste ucraniana. Além disso, cobra deles proteção dos russófonos habitantes em território ucraniano, e muda as condições para concessão de gás natural (TSYGANKOV, 2015; GÖTZ, 2015; COSTA, 2015; BARTLES; MCDERMOTT, 2014; MCDERMOTT, 2015).

No dia 27 de fevereiro, homens armados sem identificação, com uniformes militares e armas de alta tecnologia, foram notados no território crimeu. Neste dia, assumiram o controle do aeroporto de Simferopol, de um aeroporto militar em Sevastopol, da sede da companhia de televisão estatal Krym e da rede de telefonia e internet da região (WALKER; SALEM; MACASKILL, 2014; BABIAK, 2014; MCDERMOTT, 2015).

Em 1 de março, o presidente russo Vladimir Putin solicitou a aprovação do direito de Moscou em intervir militarmente, caso necessário, para resguardar a integridade e segurança de cidadãos russos, ainda que estes figurassem fora de seu território. Dois dias após o pedido de Putin, o Parlamento da Crimeia antecipou a data do referendo para dia 16 de março (MCDERMOTT, 2015).

Após vários protestos pró-Rússia na Crimeia, e inúmeros embargos à Rússia expedidos pela comunidade internacional, os crimeus foram às urnas e 96,8% escolheram juntar-se à Rússia. Para Putin (2017), além da aprovação da população da Crimeia, foi realizada uma pesquisa na Rússia em que mais de 80% dos russos preferiram reunificar a Crimeia com a Rússia, mesmo sabendo que sofreriam sanções ocidentais. Putin (2017) questiona, ainda, a política de “dois pesos, duas medidas” do Ocidente, quando não reconheceram a anexação da Crimeia à Rússia, mas consideraram legal o caso de Kosovo.

A Rússia contou com algumas vantagens operacionais que garantiram posterior sucesso de seu objetivo na Crimeia. Pode-se citar: a presença consolidada da Rússia no Mar Negro, devido à base militar de Sevastopol, o que certamente influencia na percepção dos russos como amigáveis pelos cidadãos locais; os russos compartilham a mesma língua-mãe com a grande maioria de crimeus, e; o fato de a inteligência russa ter conseguido infiltrar-se nos aparatos de inteligência da Ucrânia, obtendo informações extremamente importantes para guiar as ações russas contra seus adversários; maturação e modernização dos mecanismos de defesa da Federação Russa (MCDERMOTT, 2015).

A mídia descreditou as forças ucranianas, criticando sua inação militar à intervenção russa na península da Crimeia. Por isso, McDermott (2015) buscou listar alguns pontos que justificam este fato: o governo interino da Ucrânia ainda estava entendendo e discutindo os planos de seus novos líderes; as tropas russas estavam altamente alinhadas e ordenadas a não abrirem fogo, a menos que as atacassem; a ocupação de zonas importante de comunicação e locomoção por militantes pró-Rússia.

Apesar de algumas negações de que oficiais russos estavam alocados na Crimeia, no dia 4 de março do mesmo ano o embaixador russo nas Nações Unidas, Vitaly Churkin, apresentou uma carta assinada por Yanukovych, em que o presidente ucraniano teria pedido socorro a Moscou (BRYANT, 2014).

Donbass, por sua vez, foi palco de diversas manifestações de protestantes pró-Rússia, e sua situação se mostra tão complicada como a da Crimeia. A região conta com uma porcentagem considerável de russos em cidades como Donetsk, Lugansk, Nikolayev, Kharkiv, Odessa, entre outras, que figuram entre os principais palcos do conflito (TSYGANKOV, 2015).

As manifestações na região sudeste iniciaram em março de 2014, logo após o início dos processos para anexação da Crimeia à Rússia. O presidente interino da Ucrânia decidiu então decretar a imposição de operações antiterroristas na região, como forma de controlar os ataques dos militantes pró-Rússia; a parcela ocidental, por sua vez, implementou sanções à Rússia, e apelou para que suas tropas fossem retiradas da região e que cessassem a assistências aos manifestantes. Por outro lado, o Estado russo não tardou em implementar mais pressões políticas e econômicas à Ucrânia e ao Ocidente, pois negava fortemente estar envolvida no conflito no sudeste ucraniano (TSYGANKOV, 2015; SUTYAGIN, 2015).

Em 17 de abril de 2014, foi negociado o Acordo de Genebra, com o objetivo de desarmar unidades ilegais. No entanto, assim como outras tentativas de pacificação que viriam a ocorrer nos meses seguintes, não obteve sucesso (TSYGANKOV, 2015).

Apesar de a Rússia negar envolvimento, há evidências da presença de oficiais russos não uniformizados entre os manifestantes, o que torna a situação ainda mais drástica. Putin (2017) não nega o apoio russo às milícias da região, e afirma veementemente que, por diversas vezes, insistiu que o governo ucraniano não enfrentasse a situação com forças militares, pois certamente levaria a um conflito civil – e levou.

Segundo Sutyagin (2015), forças de reconhecimento e operações especiais já estariam em solo russo desde 14 de julho, definidas em formar combates, comandá-los e operar equipamentos. Dias (2015), por outro lado, afirma que a Rússia não havia se envolvido no conflito até a assinatura do Acordo de Associação da Ucrânia com a União Europeia, no mês de junho. Porém, em contraposição à assinatura, a Rússia teria então iniciado seu envolvimento em apoio aos separatistas. O apoio russo estaria objetivado a instabilizar o governo interino, na tentativa de condicionar suas decisões a favor de Moscou.

No entanto, outros autores que reconhecem a instalação russa não-oficial em Donbass afirmam que a presença de oficiais russos só se deu a partir da primeira quinzena do mês de agosto, com intervenção direta das tropas russas regulares e conjuntos substanciais de forças (TSYGANKOV, 2015; DIAS, 2015; GÖTZ, 2015; SUTYAGIN, 2015; MCDERMOTT, 2015; COSTA, 2015). No final de agosto, Putin e o novo presidente ucraniano, Poroshenko, se encontraram em Minsk, a fim de acordarem um cessar-fogo, em uma tentativa sem sucesso (COSTA, 2015).

McDermott (2015) reconhece que os russos estiveram presentes em Donbass, mas critica autores que afirmam que um grande contingente teria participado dos conflitos. Assevera, assim, que as vantagens operacionais que a Rússia tinha sobre a Ucrânia permitia a utilização de meios indiretos para participar do conflito, como, por exemplo, por meio do apoio material aos manifestantes pró-Rússia. Entre os voluntários que militavam a favor da Rússia, havia mercenários estrangeiros, chechenos e ossetas:

Apesar das negações oficiais, havia fortes evidências de participação militar russa direta na zona de conflito, bem como apoio material de sistemas de armas e equipamentos que só poderiam vir do inventário militar russo, assistência logística incluindo combustível e a provisão de reparos e manutenção, para ativos das operações (MCDERMOTT, 2015, p. 25, tradução nossa).

Uma nova tentativa de cessar-fogo foi acordada no dia 11 de fevereiro de 2015, com a presença de Rússia, Ucrânia, União Europeia e Estados Unidos, em Minsk. O acordo, que ficou conhecido como “Minsk II” previa, além do cessar-fogo no dia 15 de fevereiro, a entrega do controle da fronteira ucraniana para a Ucrânia até dezembro do mesmo ano; a retirada de artilharia pesada dos combatentes e; a criação de uma zona de segurança (DIAS, 2015).

Mesmo com a tentativa, menos de um dia depois houve uma ofensiva dos militantes pró-Rússia, e foi constatada a presença de novos equipamentos russos na região. Pontua McDermott (2015, p. 21, tradução nossa) que “ambos os cessar-fogo provaram ser frágeis, com ceticismo entre os especialistas russos de que o Minsk II poderia ser implementado na íntegra”. Posteriormente, em setembro de 2015, o Parlamento ucraniano aprovou uma lei que garantia um “*status* especial” às cidades no leste ucraniano, dando a elas maior autonomia pelo período de 3 anos (COSTA, 2015).

### 3.2.3 *Motivações russas para intervir na Ucrânia*

Na tentativa de explicar a conduta russa na Crimeia e na região de Donbass, Allison (2014) afirma que as ações russas se deram devido aos objetivos geopolíticos e estratégicos que o país já vinha mostrando desde meados dos anos 2000. A necessidade de reafirmação da primazia russa no Exterior Próximo, que configura a sua área de influência, faria com que os propósitos internacionais fossem traçados a fim de levá-los ao sucesso. Assim, entende-se que a Crimeia faz parte de uma região singularmente importante para a política, economia e mercado russo.

Para Allison (2014), a Rússia se utilizou de alguns argumentos para anexar a Crimeia ao seu território: Moscou afirmou que o governo pós-*impeachment* de Yanukovich era ilegítimo, tendo sido implementado após um golpe de Estado; que países ocidentais estariam violando a soberania do Estado ucraniano ao apoiar o novo governo; alegou que etnias russas residentes na Ucrânia estariam sob grande ameaça de um programa ultranacionalista que o governo ucraniano pretendia implementar; que estava combatendo uma crise de refugiados que estariam cruzando as fronteiras russas amedrontados com a situação do país; que estava obedecendo o artigo 61 da Constituição da Rússia, que prevê a defesa de seus cidadãos, além dos limites fronteiriços estabelecidos; que foi enviado um pedido de socorro do presidente Yanukovich ao presidente Putin, requerendo assistência militar para estabilizar e proteger o Estado ucraniano.

Além disso, a Rússia bem sabe que Estados em conflito não podem fazer parte da OTAN, como o próprio estatuto da organização afirma, o que demarcaria a Ucrânia como uma “zona proibida” (ALLISON, 2014; GÖTZ, 2015; MCDERMOTT, 2015). Para suportar este argumento, se faz importante lembrar a afirmação do ex-presidente russo Medvedev, ainda em 2011, de que a ação russa na Geórgia se deu a partir da ameaça da inclusão do país na OTAN, e o que isso significaria para a geopolítica russa (WITHMORE, 2011).

Sem ignorar os motivos históricos que levam a aproximação da Rússia com a península da Crimeia, Barata (2014) e Costa (2015) lembram que à época de Catarina, a Grande, a Crimeia passou a fazer parte da Rússia a partir de um movimento expansionista a oeste. Com isso, a estadia russa na região buscava a manutenção russa no Mar Negro com o intuito de manter seguras as fronteiras no sul da Rússia. Essa justificativa não deixou de ser citada por Tsygankov (2015) e Götz (2015), ao certificarem a importância geopolítica da região da Crimeia como um cinturão de proteção ao território russo.

Dias (2015) afirma que a anexação da Crimeia à Rússia resolveria o “problema” de cessão da base de Sevastopol, além de a Rússia não ter que pagar à Ucrânia para que seu gás passasse pelo território crimeu. Götz (2015) advoga sobre a importância da proteção da base militar russa e sobre a ampliação de seu controle no Mar Negro, em especial no Estreito de Kerch e no Mar de Azov. Costa (2015) contribui com a informação de que a base naval de Sevastopol dá acesso tanto ao Mar Negro como conta com uma passagem para o Mar Mediterrâneo.

Importante destacar, por fim, a relevância do Memorando de Budapeste, assinado no ano de 1993 por Estados Unidos, Rússia, Ucrânia e Reino Unido, tendo a França e a China assinado posteriormente. Segundo o Acordo, os países signatários estariam obrigados a proteger o Estado ucraniano caso abandonassem suas capacidades nucleares. Em contrapartida, a Ucrânia, que herdou grande parte da capacidade armamentista da antiga URSS, renunciaria seu arsenal de armas nucleares. Gardner (2015) enfatiza que a partir do momento em que esforços ocidentais e orientais passaram a ser feitos para a inserção da Ucrânia na OTAN e na Organização do Tratado de Segurança Coletiva (CSTO), as partes responsáveis minaram o conflito, pois ambas são alianças nucleares.

### 3.3 **Síria (2015)**

O terceiro e último conflito que contou com a inserção russa foi o da Síria. Este é especial, pois configurou o primeiro envolvimento militar da Rússia neste século, fora de seu entorno estratégico.

#### 3.3.1 *As relações internacionais de Rússia e Síria*

A história das relações Síria e Rússia tem início ainda na década de 1940, antes mesmo de a Síria tornar-se independente da França, e da Rússia se tornar independente da União Soviética. Assim, URSS e Síria assinam um acordo secreto em 1946, responsabilizando os soviéticos a darem suporte aos sírios quando estes se tornassem independentes (PICOLLI; MACHADO; MONTEIRO, 2016).

No ano de 1970, Hafez al-Assad, pai do atual presidente sírio, subiu ao poder na Síria. Com ele, o país ganharia mais proximidade à União Soviética, a qual via o Estado sírio como uma oportunidade de ter um “país-satélite” na região do Médio Oriente. A oportunidade de se aproximar da Síria presentearia a Rússia com a base naval de Tartus no ano seguinte, concedendo aos soviéticos acesso ao Mar Mediterrâneo (PICOLLI; MACHADO; MONTEIRO, 2016).

À guerra civil libanesa serviu o papel de hiato nas relações sírio-soviéticas, já que Síria e URSS lutaram em lados opostos. O envolvimento na guerra logo cessou, e em 1978 houve a reaproximação, confirmada dois anos depois por meio do avanço nas relações tanto militares quanto econômicas, a partir do Tratado de Amizade e Cooperação, que garantia proteção recíproca em caso de ameaça à segurança de qualquer uma das duas partes (PICOLLI; MACHADO; MONTEIRO, 2016).

Após um vácuo na relação entre Síria e Rússia (e a antiga URS), houve um marco no início do século XXI. Sendo a Rússia herdeira da política soviética, as boas memórias das relações foram lembradas por Vladimir Putin e Bashar al-Assad, quando assumiram a presidência da Rússia e da Síria, respectivamente (PICOLLI; MACHADO; MONTEIRO, 2016). Prova da aproximação foi o fato que Assad figurou entre os primeiros chefes de Estado a prestar apoio político à Rússia quando desapontou o Conflito na Geórgia (MORGADO, 2018).

### 3.3.2 *Intervenção militar russa na Síria*

A partir de 2010, eclodiu no Oriente Médio um movimento que ficou conhecido como “Primavera Árabe”. A onda revolucionária fundada na Tunísia chegou à Síria no ano seguinte. Os militantes sírios clamavam pacificamente por reformas políticas no governo de Bashar al-Assad, mas a reação violenta do governo, com o pretexto que a responsabilidade dos protestos, estava sob as mãos de terroristas, e fez com que aumentasse o número de envolvidos em todo o país. Destarte, as ações e reações deram início a uma guerra civil entre as forças governamentais e a oposição (PAIVA; FERNANDES, 2012; MORGADO, 2018).

A proporção do conflito aumentava a cada dia. A formação do *Free Syrian Army* (FSA), grupo de soldados sírios que saíram do exército para defender civis foi um dos passos de evolução. Além disso, em 2012 houve a formação do *Jabhat al-Nusra*, afiliado à *Al Qaeda*. Uma maior intensificação do conflito se deu a partir do surgimento do movimento fundamentalista islâmico, conhecido popularmente como “Estado Islâmico do Iraque e da Síria” (ISIS). Além dele, rebeldes da oposição se somaram às milícias curdas, ambos apoiados militar e economicamente pelos Estados Unidos para lutar contra o governo de Assad, desde o final do ano de 2013 (MORGADO, 2018).

O envolvimento russo na guerra foi além das fronteiras do Estado ao cativar os países da região do Oriente Médio, dividindo os vizinhos sírios em dois blocos regionais: um formado por Turquia, Catar e Arábia Saudita, com o objetivo de derrubar Bashar al-Assad, financiando a militância dele opositora; outro formado pelo Irã e Hezbollah (milícia aliada libanesa), a fim de defender o regime instaurado e recuperar o que vinha sido conquistado pela oposição (MORGADO, 2018).

Posteriormente, a “internacionalização” do conflito atingiria países mais distantes. Os Estados Unidos foram um dos primeiros grandes Estados a agir na Síria, com a alegação de que estariam lutando pela democracia daqueles que pediam a queda do governo. A forma de agir dos EUA era basicamente por meio do fornecimento de armamentos pesados para os “rebeldes moderados”, além de treinar e capacitar as FSA para defender seus interesses. O problema desse tipo de fomento caiu no fato de que muitos militantes do FSA se uniram, subsequentemente, ao ISIS (MORGADO, 2018; NOTTE, 2016; FAIRFAX, 2015; TRENIN, 2018).

A Rússia, por sua vez, se envolveu primeiramente de maneira diplomática, com vetos significativos às resoluções apresentadas ao Conselho de Segurança da ONU, sob a justificativa

de que meios diplomáticos deveriam ser instaurados, pois a derrubada do regime de Assad se mostrava precoce e altamente perigosa.

É consentido por muitos autores que uma intervenção autorizada pelo Conselho seria o pretexto perfeito para autorizar a presença de países que não eram bem-vindos para o governo de Assad (PICOLLI; MACHADO; MONTEIRO, 2016; TRENIN, 2018; PAIVA; FERNANDES, 2012; FAIRFAX, 2015; MORGADO, 2018):

Moscou rejeita pedidos para a saída de Assad como mais um caso da comunidade ocidental impondo padrões de legitimidade política a um Estado soberano para impor a mudança de regime, com possíveis implicações para a Rússia ou outros membros da Comunidade de Estados Independentes (NOTTE, 2016, p. 65, tradução nossa).

De acordo com Trenin (2018), paralelo às questões diplomáticas, a Rússia fornecia armamento ao exército de Assad. Putin confessou: “estávamos apenas fornecendo assistência financeira, médica, técnica e militar” (PUTIN, 2017, p. 320).

Para Obama, a “linha vermelha” do conflito sírio seria a utilização de armas de destruição em massa. Com os ataques químicos consolidados em agosto de 2013 próximos a Damasco, mais especificamente em Ghouta, Putin utilizou seu poder de persuasão para convencer o presidente estadunidense a não intervir em território sírio. Em troca, a Rússia agiu como mediadora de um acordo que previa a destruição das armas químicas sírias, neutralizadas no ano de 2014 (TRENIN, 2018; MORGADO, 2018).

Putin (2017, p. 318) confirma: “na reunião de cúpula do G-20 [grupo dos vinte], que ocorreu em São Petersburgo, o presidente Obama e eu conversamos sobre esse tópico. Concordamos em tentar tomar medidas para eliminar o restante de armas químicas na Síria”. O fato de ter conseguido agir como mediadora do conflito encheu o ego dos russos. Pela primeira vez a Rússia sentia que os Estados Unidos estavam dispostos a considerá-la “de igual para igual” em termos políticos, tornando benéfico o diálogo bilateral entre as partes (TRENIN, 2018; NOTTE, 2016).

Das reuniões no âmbito da ONU nasceu a proposta de realizar reuniões periódicas entre as partes, a fim de aproximarem-se cada vez mais do fim do conflito, conhecidas como “Genebra II”. A primeira destas reuniões aconteceu em janeiro de 2014, em Montreux, na Suíça, e a última no mês de novembro de 2017, em Genebra, quando colapsou (TRENIN, 2018).

Paralelas às reuniões acima citadas, aconteciam encontros em Astana, comandados principalmente pela Rússia. Segundo Trenin (2018), com o colapso de Genebra II, a ONU teria iniciado sua participação nas reuniões em Astana, por entender que as negociações ali realizadas favoreciam o Estado sírio a consolidar maiores ganhos militares no conflito. Por outro lado, não deixa de afirmar que os acordos realizados na cidade do Cazaquistão evitaram maiores catástrofes, apesar de não terem dado fim ao conflito, e de ainda não terem chegado ao objetivo de estabelecer uma nova Constituição na Síria (RUSSEL, 2018):

Assad está pronto para concordar que eleições presidenciais antecipadas sejam postas sob supervisão internacional bastante rígida [...] Em primeiro lugar, é preciso chegar a um acordo a respeito da nova Constituição. E essa Constituição deve ser adotada. É uma tarefa muito difícil e um processo muito complicado, mas, se tiverem sucesso nisso, então, após certo período, serão capazes de promover eleições antecipadas. Acho que essa é a melhor solução. Uma forma democrática de solucionar questões litigiosas e também de construir autoridade (PUTIN, 2017, p. 183).

Assim, Trenin (2018) compreende que a inserção russa na Síria é motivada intrinsecamente para limitar a ação ocidental, principalmente dos Estados Unidos, no Oriente Médio. Como consequência disso, a Rússia passaria o recado de que só se incluiria no conflito aqueles que o Estado sírio permitisse intervir, além de que discussões no âmbito do CNSU eram indispensáveis neste caso, respeitando a autoridade do Conselho.

Russel (2018) defende que a Rússia não se sentiu afetada com as ondas da Primavera Árabe que atingiram países como Egito e Tunísia, mas que quando chegaram à Síria, se sentiu ameaçada tanto econômica como politicamente, haja vista o fato de a Síria ser uma grande parceira na região do Oriente Médio. A inserção russa foi, portanto, parte de um plano para intervir na ordem global que há anos vinha sendo imposta pelo Ocidente em várias regiões do globo (TRENIN, 2018).

A intervenção militar russa na Síria configura, além do primeiro envolvimento russo no mundo árabe da história da Federação, a primeira inferência militar em assuntos internacionais fora de seu entorno geográfico após a Guerra Fria, com início em meados de setembro de 2015, após um pedido de socorro de Assad (TRENIN, 2018).

Aos poucos, a Rússia ampliou sua ajuda militar ao Estado sírio. Ao contrário do que alguns esperavam (inclusive o próprio presidente sírio), a inserção russa contou com a força aérea e com a marinha, evitando o envolvimento de forças terrestres (PICOLLI; MACHADO; MONTEIRO, 2016; TRENIN, 2018). De acordo com Fairfax (2015), no início da operação a

Rússia dispôs de 50 aeronaves e 2 mil fuzileiros navais. Putin (2017, p. 319) cita as tecnologias utilizadas pela Rússia na Síria:

Neste momento, temos um sistema muito bem organizado e muito bem preparado de defesa aérea implantado na Síria. [...] Temos os mísseis antiaéreos S - 400, com um alcance de mais de 300 quilômetros; os S - 3000, também com um alcance de mais de 300 quilômetros; e o sistema DEBO, com um alcance de 60 quilômetros. Há outros sistemas, mais eficientes, com um alcance menor. Assim, temos um plano multicamada de defesa aérea. Também temos navios ao largo da costa, equipados com esse sistema de defesa aérea. [...] E os sistemas de defesa aérea mais sofisticados, com um alcance de 300 quilômetros.

O que os russos defendiam é que estariam adentrando o conflito para combater os terroristas do Estado Islâmico. Porém, Trenin (2018) advoga que Moscou agiu, a princípio, com o objetivo de estabilizar o regime do presidente sírio. Apesar disso, não se deve enxergar a questão do terrorismo como mero pretexto russo, afinal, a ameaça do ISIS aos russos era real (NOTTE, 2016), como atesta Putin (2017, p. 314): “nosso objetivo é apoiar as autoridades legítimas e impedir a desintegração do Estado sírio. Caso contrário, esse território vai virar outra Líbia, ou coisa pior. Ou outra Somália. Em segundo lugar, nosso objetivo é combater o terrorismo. Isso não é menos importante para nós”.

Independente dos motivos que de fato levaram a Rússia a agir na Síria, os ex-soviéticos foram responsáveis não só pela permanência de Assad no regime político local, mas também por reconquistar territórios estratégicos que já haviam sido tomados por grupos terroristas (TRENIN, 2018; NOTTE, 2016).

Um ponto de atenção é colocado em pauta por Trenin (2018): apesar de a Rússia não ter pensado duas vezes antes de responder ao pedido de Assad, Moscou não concordava com alguns atos do presidente sírio. Enxergava o governo de Assad como inflexível e repressivo, além de ignorar vários conselhos de Moscou, como ocorreu várias vezes quando a Rússia se esforçou para conversar com a oposição, mas teve seus planos frustrados por Damasco.

Após diálogos e esforços diplomáticos entre muitas partes, consolidou-se a criação do Grupo de Apoio Internacional da Síria, que reuniu aliados consideravelmente importantes para a diminuição da violência no conflito. Como objetivo, o grupo negociou a cessação de hostilidades entre o governo sírio e a oposição, deixando de fora o Estado Islâmico e o *Jabhat al-Nusra*. O grupo significava, portanto, a reunião de países importantes em uma frente única contra o ISIS (FAIRFAX, 2015).

O grupo conseguiu aprovar um cessar-fogo no âmbito do CNSU por meio da resolução 2268, a qual responsabilizava os Estados Unidos e a Rússia pelo monitoramento do conflito. Porém, até o mês de agosto de 2016 o acordo não havia sido, de fato, cumprido. O insucesso do cessar-fogo levou as partes a novas negociações, agora em Genebra. Infelizmente, a tentativa também não obteve êxito, pois a força aérea dos Estados Unidos teria atacado forças sírias por engano (TRENIN, 2018).

O que viria pela frente seriam novas tentativas de negociações, desta feita com um grupo mais numeroso e variado de envolvidos, que deram suporte à reintegração da cidade de Aleppo ao território sírio e à expulsão dos rebeldes de Lakatia. Conforme Zisser (2016), o sucesso da estratégia aconteceu, e além de fortalecer o regime de Bashar al-Assad, interrompeu o dinamismo dos rebeldes por meio do reforço tanto da Rússia quanto do Irã e do Hezbollah.

Turquia e Israel entraram na parceria com a Rússia e participaram da negociação de um novo cessar-fogo mediado por Rússia, Turquia, Cazaquistão, e com os Estados Unidos como observadores (TRENIN, 2018). Essa foi a forma utilizada pelos novos aliados de reconhecer a liderança russa no embate, que teria tido seu valor não apenas por suas ações acertadas, como pelas diversas falhas ocidentais (RUSSEL, 2018).

Em outubro de 2015, a Rússia foi pessoalmente atingida com a explosão de um avião comercial russo na Península de Sinai, acometendo 224 civis a bordo. A autoria do ataque foi admitida pelo Estado Islâmico e teve como resposta a intensificação de ataques aéreos às bases terroristas (TRENIN, 2018; NOTTE, 2016).

Por fim, a retirada da Rússia se deu em meados de março de 2016, e foi recebida com muita surpresa, principalmente pela Síria e pelo Irã. Segundo Zisser (2016), diferente do Irã, a Rússia não se prendeu à pessoa de Assad, mas sim com a ideia de que a substituição do regime, no momento da crise, não seria benéfica para os próximos capítulos do conflito.

Apesar de se retirar do território, os esforços diplomáticos e o apoio da Rússia à Síria não cessaram. Depois de todo esse histórico, algumas outras resoluções foram aprovadas no Conselho de Segurança da ONU, ou seja, não obtiveram o veto da Rússia, pois a questão de intervenção para mudança de regime já havia sido superada. A última resolução expedida pelo CNSU é a nº 2401, de 24 de fevereiro de 2018, onde os relatores imploram que o Estado sírio cessasse os ataques, apesar de confessarem que a resolução não se aplica aos grupos terroristas (SECURITY COUNCIL, 2018).

### 3.3.3 *Motivações russas para intervir na Síria*

Muitos foram os motivos russos para intervir no conflito sírio. Alguns fazem referência a vários dos que foram filtrados para aqui serem colocados, outros citam os que acham mais relevantes. Não cabe aqui julgar (ir)relevâncias dos motivos, mas sim expor todos os que podem, de alguma maneira, ser considerados no caso da intervenção russa.

Assim, Picolli, Machado e Monteiro (2016) consideram que, inicialmente, o presidente russo afirmava que o objetivo do auxílio à Síria visava apenas estabilizar o regime de Bashar al-Assad e promover acordos entre as partes conflitantes (PICOLLI; MACHADO; MONTEIRO, 2016). Essa afirmação figura em um dos depoimentos cedidos por Putin:

Vemos o que aconteceu em certos países da região. Em particular, refiro-me ao Iraque e à Líbia. [...] Isso se deu devido à destituição violenta dos regimes correntes. Esses regimes foram destruídos. Eles não foram simplesmente destituídos do poder. A própria liderança foi eliminada. Não queremos que a mesma coisa aconteça na Síria. Caso contrário, toda a região vai mergulhar no caos. Além disso, se o que aconteceu na Líbia acontecer na Síria, a posição das organizações radicais e das organizações terroristas vai se consolidar em grande medida. Neste momento, eles são muito fortes, porque controlam grande parte do petróleo que está sendo extraído naquela região (PUTIN, 2017, p. 182).

No decorrer da campanha russa, alguns outros motivos foram levantados por especialistas. De uma maneira geral, pode-se listar quatro grandes áreas de interesses que motivaram a campanha russa: história, economia, estratégia e política (PICOLLI; MACHADO; MONTEIRO, 2016; PAIVA; FERNANDES, 2012; MORGADO, 2018).

Apesar de Trenin (2018) negar relevância da história das relações siro-russas para a inserção russa no conflito, todos os outros autores consultados não deixam de reconhecer sua importância. Por isso, entende-se que a questão histórica é sim um dos fatores-chave para a investida russa.

O segundo fator relaciona-se aos laços econômicos entre eles. Apesar de não ser o maior parceiro econômico russo, os sírios consomem os hidrocarbonetos russos e possuem projetos juntos, os quais resultam tanto em investimentos, quanto em *know-how* (PICOLLI; MACHADO; MONTEIRO, 2016). Além disso, são clientes da indústria armamentista da Rússia.

A terceira é a motivação como principal fator para a inclusão russa, pois em seu interior estão inseridos subfatores muito relevantes. O primeiro deles é a base naval de Tartus. De

acordo com Trenin (2018), ela é a única instalação russa desse porte no Mediterrâneo, e uma mudança de regime na Síria poderia fazer com que fossem interrompidas as concessões das bases (MORGADO, 2018), embora Tartus estivesse com instalações muito degradadas devido à falta de investimentos estruturais, e a quantidade de recursos humanos que a Rússia dedicava à base era o mínimo possível – cerca de 50 pessoas (TRENIN, 2018).

Além disso, deve-se considerar o argumento da grande maioria dos autores de que a Rússia estaria em busca de demonstrar suas capacidades militares e diplomáticas ao Ocidente, assim como impedir que a influência ocidental se perpetuasse na região, ganhando ainda mais força política (PICOLLI; MACHADO; MONTEIRO, 2016; PAIVA; FERNANDES, 2012), como corrobora:

Neste sentido, a intervenção de Moscovo na Guerra na Síria é também uma clara mensagem para os EUA de que a Rússia está disposta a usar a força militar para salvaguardar os seus interesses estratégicos e contrariar atuações conducentes a mudanças de regime nos territórios dos seus tradicionais aliados, como sucedeu na Líbia (MORGADO, 2018. p. 90).

Inserida na questão estratégica está o caso delicado do terrorismo. A Rússia entende que a expansão da área de influência do ISIS ameaçaria o envolvimento do grupo terrorista com cidadãos do Cáucaso do Norte que, segundo Trenin (2018), tinham envolvimento fortes e visíveis com os terroristas. Assim, o envolvimento russo no conflito mostraria ao Estado Islâmico que estão atentos à movimentação terrorista, assim como ser uma possibilidade de pelo menos enfraquecê-los antes que pudessem atingir o território russo (PICOLLI; MACHADO; MONTEIRO, 2016; MORGADO, 2018):

[Os] terroristas [...] ficaram muito poderosos. Devemos impedir que se tornem ainda mais fortes, porque estão tentando criar um califado que vai desde a Europa Meridional até a Ásia Central [...]. Há milhares de militantes originários das ex-repúblicas soviéticas e da Rússia que estão lutando na região. E eles podem voltar à Rússia. Devemos impedir que isso aconteça (PUTIN, 2017, p. 182).

Por último, mas não menos importante, está a questão política. A intervenção russa possibilitaria uma relevante diminuição no número de imigrantes e refugiados que têm buscado abrigo em diversos países da Europa (NOTTE, 2016; FAIRFAX, 2015; MORGADO, 2018). Este ponto em específico possibilitaria maior flexibilização das sanções aplicadas pelo Ocidente à Rússia devido aos acontecimentos no território ucraniano (PICOLLI; MACHADO; MONTEIRO, 2016; FAIRFAX, 2015; VALENTA; VALENTA, 2016; NOTTE, 2016).

Isso ocasionaria uma mudança da posição russa na comunidade internacional, por meio de uma grande barganha com o lado ocidental (NOTTE, 2016). Aparentemente, a campanha teve sucesso, já que até mesmo Angela Merkel consentiu com o posicionamento russo de que a retirada de Assad do poder poderia ser favorável para uma maior escalada do conflito. Ademais, muitos entendiam que, apesar de o governo de Assad configurar algo ruim para o território sírio, a instauração de um possível governo controlado por um grupo terrorista seria muito pior (FAIRFAX, 2015).

Mapa 3 – Bases russas na Síria



Fonte: autoria própria, 2019.

Em 2018, os sírios presentearam a Rússia com a instalação da base aérea em Latakia, além do prolongamento do contrato que autoriza a utilização do espaço da base naval de Tartus por mais 49 anos (Mapa 3) (TRENIN, 2018):

Em janeiro de 2018, a Rússia assinou um **acordo de cooperação energética**, concedendo-lhe **direitos exclusivos para a reconstrução do setor de petróleo e gás da Síria**, com **enormes lucros potenciais** para as empresas russas envolvidas. Do ponto de vista militar, a Rússia consegue **manter sua base naval de Tartus** e, mais recentemente, **a base aérea de Latakia**, sua única instalação militar fora da antiga União Soviética. Tartus é de importância estratégica, pois permite que os navios russos permaneçam no Mediterrâneo sem ter que retornar à Rússia para manutenção. Ataques aéreos e ataques com mísseis proporcionaram às forças armadas russas uma **valiosa experiência de combate e demonstraram as proezas militares russas**. No entanto, os maiores ganhos para a Rússia são geopolíticos. **Moscou conseguiu impor sua visão do futuro da Síria, ignorando as exigências ocidentais para que Assad renunciasse**. Os EUA foram marginalizados das negociações de paz de Astana, das quais saíram em maio de 2018. [...] **O status da Rússia como o jogador dominante na Síria é um enorme impulso para a sua influência, não só na vizinhança da**

**Síria, mas também na região do Oriente Médio / Norte da África** (RUSSEL, 2018, p. 5, tradução nossa, grifo nosso).

Em suma, a Rússia estaria buscando uma maneira de demonstrar que se reergueu e merece o reestabelecimento de seu *status* de grande potência do sistema internacional de Estados, além de lutar contra a dominação da ordem internacional pelos Estados Unidos. Sua inserção no conflito sírio veio em momento oportuno e de uma maneira que favoreceu o novo posicionamento da Rússia na comunidade internacional, sendo a principal mediadora do conflito e assegurando o equilíbrio de poder na região do Oriente Médio (PICOLLI; MACHADO; MONTEIRO, 2016; TRENIN, 2018).

#### 4 **ENTRE ATAQUE E DEFESA: O QUE MOTIVA AS INTERVENÇÕES MILITARES RUSSAS PÓS-GUERRA FRIA?**

Com o andamento da pesquisa, notou-se a necessidade de incluir, ainda que de maneira breve, o cenário vivenciado pelo exército russo nas duas últimas décadas, com vias de ter uma visão paralela entre a fase pela qual o exército passava e a intervenção que propunha fazer, o que se entende ser imprescindível para a análise realizada.

Ademais, foi realizada a análise dos casos utilizando as teorias realista defensiva e realista ofensiva como base, na intenção de descobrir se a intenção do ataque ou da defesa prevalece nas intervenções militares russas.

##### 4.1 **O aparato militar da Rússia pós Guerra Fria**

Após o fim da União Soviética, a Rússia passou por incontáveis reformas. Inegavelmente, uma das mais complexas foi a reforma militar que, na verdade, sofreu com várias tentativas. Durante o governo de Boris Iéltsin (1991-1999), a crise nas forças armadas se tornou ainda mais evidente, haja vista o baixo orçamento reservado ao setor militar, além do fato de o dinheiro, por muitas vezes, não ser repassado integralmente (RENZ; THORTON, 2012; HESPRING, 2008).

Renz e Thornton (2012) adicionam que no governo de Iéltsin muito foi cobrado e pouco foi investido, o que maximizou a sensação de crise claramente vivida. Isso porque, com o fim da União Soviética, o cenário dos conflitos mundiais sofreu considerável mutação, obrigando os exércitos a atualizarem seus armamentos e buscarem novas tecnologias capazes de suprir as deficiências sentidas na mutação.

De início, Iéltsin almejou findar o recrutamento obrigatório a partir do ano de 1996 de maneira progressiva para que a mudança não fosse sentida abruptamente. Apesar de alguns autores não considerarem tal ato puramente estratégico militarmente – pois entendem que Iéltsin o fez para ganhar popularidade –, o presidente iniciava ali uma luta que se estendeu até o governo de Putin. O argumento central para tal ação era de que o modelo de guerra que se tinha antes do fim da Guerra Fria era compatível com exércitos de massa, onde quantidade era mais importante que qualidade. No entanto, o qualitativo se tornou muito mais importante que

o quantitativo no modelo de conflitos enfrentados pela Federação a partir da metade da década de 1990 (RENZ; THORTON, 2012).

Somado a isso, entende-se que dificilmente os recrutas servem tempo suficiente para acumular conhecimento relevante sobre os equipamentos e as práticas do exército, que os levem a ser, verdadeiramente, destaque. Por isso, substituí-los por pessoal contratado profissionalizado pareceu ser uma boa ideia.

Novos ares viriam a partir da presidência de Vladimir Putin, com o incremento de lideranças que se responsabilizariam por grandes mudanças estruturais. Suas primeiras reformas, a partir de sua posse nos anos 2000, foram mais sentidas do que as de seu antecessor, pois Putin buscou não só prosseguir muitas das reformas implementadas por Iéltsin, mas cuidou em expandi-las, ainda que para isso passasse por críticas ainda mais duras dos militares tradicionais (RENZ; THORTON, 2012; GILES, 2014).

A essa época ainda não estavam claros todos os impedimentos que sofria o campo militar da Federação Russa. Apesar de entender o problema como estrutural, imaginava-se que o aumento do orçamento militar somado à restauração dos ambientes militares seriam suficientes para reformar o exército russo, aliados à retomada de treinamentos e tentativas de modernização das armas (HESPRING, 2008).

O novo presidente se ateu em reestabelecer a cadeia de comando militar, assim como trocar a liderança do Ministério da Defesa. Por isso, nomeou como ministro da defesa o ex-general do Comitê de Segurança do Estado (KGB), Sergei Ivanov, que permaneceu no cargo até o ano de 2007 (HESPRING, 2008).

Tendo isso em vista, Renz e Thorton (2012) afirmam que existem duas maneiras de reformar exércitos. A primeira ocorre de maneira externa, “de fora pra dentro”, e parte de civis; a segunda, “de dentro pra fora”, ocorre após o Estado sofrer alguma derrota. A partir daí entende-se que os três que presidiram a Rússia após o desmantelamento da União Soviética, Iéltsin, Putin e Medvedev, encontraram na primeira maneira o método essencial, o que os fez ser duramente criticados por militares conservadores.

Sergei Ivanov contribuiu com o exército em números: quase triplicou o orçamento das Forças Armadas (com foco na aquisição de novos armamentos), aumentou o tempo de treinamento dos oficiais das três áreas (Marinha, Força Aérea e Força Terrestre) e revigorou o

setor responsável pela compra de armamentos, mudando inclusive sua composição de oficiais militares para civis (HESPRING, 2008).

Seu mandato findou no ano de 2007, após 2 anos à frente não só do Ministério, mas sendo também vice primeiro-ministro. Este último cargo foi por ele acumulado, pois Putin entendeu que isso tornaria suas funções mais propensas ao sucesso. Os números aumentaram e as críticas também. Analistas entenderam que, em 6 anos de mandato, Ivanov pouco fez, o que soa contraditório. Como pode ter conseguido aumentar tanto o orçamento e não ser capaz de fazer melhorias observáveis? A resposta está nos casos de corrupção. Ainda como ministro da defesa, Ivanov constatou, por meio de auditoria, que mais de 164 milhões de rublos foram desviados por meio de fraudes e roubos (HESPRING, 2008).

Com isso, as ações do ministro da defesa, apesar de muito criticadas, fizeram com que ainda em 2007 mais de 500 militares, sendo 16 generais, fossem criminalizados por corrupção. Além disso, o plano orçamentário prometia dobrar o montante reservado ao exército nos próximos quatro anos (HESPRING, 2008).

Sai Ivanov, entra Anatoly Serdyukov e a oposição dos tradicionais militares russos se torna ainda mais dura, afinal, o novo ministro era um civil que trabalhava há alguns anos com controle fiscal. Por este fato, se concentrou em controlar o orçamento militar a fim de controlar a corrupção, tornando o sistema mais transparente; Serdyukov ainda lidava com a fama de forçar os generais a agirem de maneira mais assertiva. Aqui entra uma das dualidades sofridas durante as reformas: a atenção do ministro se voltava para os gastos e, enquanto isso, a tecnologia armamentista russa continuava ultrapassada, deixando visível que lutar contra a corrupção não era suficiente (HESPRING, 2008).

Pode-se afirmar que redução era a palavra-chave das ações do novo ministro. Primeiramente, Serdyukov reduziu ainda mais o número de espaços pertencentes ao exército russo que, segundo Herspring (2008), era o segundo maior proprietário imobiliário do país. O ministro também vendeu muitos dos equipamentos da Era Soviética que já não teriam mais utilidade: 140 elementos aéreos entre helicópteros e aviões, e 6 navios. A redução de gastos também atingiu os oficiais: muitas vagas antes ocupadas por eles agora seriam ocupadas por civis. Assim, o objetivo de Serdyukov era fazer com que a composição do exército fosse de pelo menos 1/4 de civis.

Renz e Thorton (2012) enumeram os principais problemas das forças russas: recrutamento; mobilização militar; forças terrestres; forças aéreas; marinha; indústria de defesa. São esses os principais pontos citados em todos os textos lidos, o que demonstra o alinhamento dos gargalos do exército russo entre os autores.

A tentativa de findar o recrutamento também buscou passar para a população certo desligamento da ideia de que a Rússia viveria mobilizações militares. Assim, após o conflito georgiano, o então Ministro da Defesa Anatoly Serdyukov se esforçou para findar o sistema de mobilização militar, o que traria enormes reduções no número de oficiais. Porém, no ano seguinte viu-se que tal ação aprofundou problemas nas forças armadas, o que fez com que reservistas fossem recolhidos (RENZ; THORTON, 2012).

No âmbito das forças aéreas, é afirmado que a Rússia é o segundo maior Estado em termos numéricos. Porém, retorna-se à afirmação de que quantidade não necessariamente significa qualidade, tendo sua capacidade atingida, também, pela falta de tecnologia suficiente para lidar com os novos conflitos enfrentados: mais de 90% de seu *hardware* e armas não podem ser classificados como modernos. Além desse problema, as forças aéreas são as que mais sofrem em termos de recursos humanos, já que para ser um profissional deste setor é necessário muitas horas de treinamento (RENZ; THORTON, 2012).

Na Marinha russa, a situação não era muito diferente das outras. Navios sucateados definhavam em portos por anos sem manutenção. Por isso, atentou-se em reformá-los além de construir novos navios capazes de fazer jus à intenção russa de retornar ao *status* de grande potência.

Todos os problemas de tecnologia armamentista e estrutural da Federação podem ser creditados à incapacidade de atualização de sua indústria de defesa. A indústria armamentista russa é amplamente conhecida, responsável por boa porcentagem do PIB do país, alcançado por meio das exportações, principalmente para países próximos. A dualidade está no fato de que o tipo de armamento que a indústria russa é especializada não abrange tecnologia de ponta, mas sim categorias como jatos de combate, sistemas de defesa aérea e blindados de transporte pessoal. Isso porque a indústria armamentista russa é praticamente toda remanescente do que havia na época soviética (RENZ; THORTON, 2012).

Apesar de ser aparentemente bem intencionada, a reforma não foi bem sucedida como esperado: muitos jovens renunciavam após o término do mandato mínimo, afirmando que as

promessas feitas a eles não eram cumpridas. Isso deu aos reformistas a experiência inesperada: agora, o exército não é de massa absoluta como à época soviética, nem possui pessoas qualificadas capazes de agir como um exército moderno (RENZ; THORTON, 2012; RENZ, 2014).

Os responsáveis pelas Forças Armadas não podiam fechar os olhos e fingirem não ver o sucateamento que as forças armadas sofriam: aos submarinos enferrujados e às armas muito maltratadas era reservada a função de denunciar a emergência da necessidade de modernização (RENZ; THORTON, 2012).

A preocupação dos militares conservadores não se dava apenas devido ao fato de terem que lidar com um civil liderando-os, devendo a reação ser enxergada muito mais além: ter um civil no mais alto escalão militar significava que os desejos políticos se tornariam mais importantes que os militares (RENZ; THORTON, 2012).

Por isso, em 2008, o então presidente Medvedev noticiou a criação de um novo programa que visava reformar as forças terrestres por meio da substituição das divisões por brigadas de prontidão, além da imposição da meta de renovação de, pelo menos, 70% dos equipamentos das Forças Armadas até o ano de 2020. Porém, Renz e Thorton (2012) não temem em afirmar que as substituições ainda não eram suficientes para a reforma que a Rússia necessitava passar.

A guerra com a Geórgia em 2008 serviu como catalisador para a segunda grande mudança nas Forças Armadas. Após críticas responsáveis por acentuar os gargalos da intervenção realizada, como a lentidão das forças terrestres e o desaparecimento das forças aéreas e navais, ficou ainda mais claro que os esforços feitos nos últimos anos não foram suficientes para a modernização carecida. Além disso, não foram criticados apenas fatores de modernização, mas também falhas de comando, controle e coordenação das tropas (RENZ; THORTON, 2012).

Logo, o investimento na dissuasão nuclear sofreu uma grande virada no ano de 2008, quando Putin lançou uma nova reforma militar, apresentando um programa de defesa ambicioso que buscava tanto a modernização quanto a reestruturação militar. Para tal, foi orçado que até o ano de 2020 seria gasto cerca de 700 bilhões de dólares para transformar a força maciça que tinha o exército russo em uma força móvel, leve, que finalmente estaria adequada aos conflitos enfrentados (TRENIN, 2016).

Segundo Giles (2014), a “terapia de choque” que sofreu o exército russo em 2008 marcou a extinção das forças armadas soviéticas. Visando uma nova fase, desta vez mais suave e estável, ocorreu uma nova transformação em 2011, tendendo remodelar todas as forças russas. Assim, implementou-se um ambicioso programa de rearmamento, incluindo, agora, o consentimento em comprar equipamentos provenientes do exterior, sem a exigência de serem novos.

No ano de 2012, Vladimir Putin demitiu Serdyukov após escândalo de corrupção no Ministério da Defesa, no qual o ministro supostamente estava envolvido de maneira direta. A ação foi realizada, segundo o porta-voz de Putin, Dmitri Peskov, para que pudesse ser feita uma investigação mais profunda sem a interferência de Serdyukov. Vale pontuar que o real motivo da demissão de Serdyukov é considerado impreciso até os dias de hoje. Em seu lugar, o presidente nomeou Sergei Shoigu, ex-ministro de situações de emergência e aliado político de Putin de longa data (GILES, 2014).

Apesar de Shoigu somar quase 7 anos à frente do Ministério da Defesa russo, pouco é escrito sobre seu desenvolvimento no cargo. A fonte mais confiável que foi encontrada é de responsabilidade de Gorenburg (2013), ao questionar se a reforma proposta antes de sua posse seria por ele conservada. No breve texto em formato de memorando, o autor analisa as reformas praticadas por Serdyukov e os desafios a serem enfrentados pelo novo ministro.

De boa reputação, Shoigu contou com o apoio de oficiais do exército, inclusive aqueles que criticavam abertamente seu antecessor. Ainda que com um problema a menos, não pôde fechar os olhos para a urgência do problema da falta de soldados. O envelhecimento populacional e o pouco encorajamento dos russos para servir o exército levaram à escassez de recursos humanos nas Forças Armadas, adversidade aqui comentada anteriormente, que continuava. Logo, entende-se que nem mesmo a contratação de soldados colocada em prática entre o fim do mandato de Iéltsin e o início do mandato de Putin se mostrou eficiente. O segundo grande desafio enfrentado por Shoigu dizia respeito ao já citado programa armamentista ambicioso (GORENBURG, 2013). Como ministro, Shoigu mostrou ser mais cauteloso que seu antecessor:

Muitas das mudanças foram principalmente simbólicas, em consonância com o objetivo de Shoigu de reconstruir a confiança entre o Ministro da Defesa e oficiais superiores, cancelando as decisões que mais perturbavam os generais do topo. Ações como a restauração das divisões Tamanskaia e Kantemirovskaja (que haviam sido transformadas em brigadas sob o comando de Serdyukov) e a decisão de Shoigu de usar um uniforme militar e dragonas foram calculadas para agradar os oficiais seniores

sem minar as mudanças promulgadas sob Serdyukov. Os aspectos práticos do esforço de revogação concentraram-se em grande parte questões periféricas, como educação militar e medicina (GORENBURG, 2013, tradução nossa).

Apesar de muitos pontos positivos referentes ao relacionamento de Shoigu com as Forças Armadas, e mudanças importantes realizadas no âmbito da educação militar e do controle sobre os treinamentos, o ministro não conseguiu fugir das críticas ao apresentar algumas tendências negativas. A aquisição de equipamentos militares se mostrava como ponto fraco da política por ele implementada, já que Shoigu buscou, inicialmente, sanar as importações de tecnologias militares provenientes do exterior (GORENBURG, 2013).

A nova projeção iniciada em 2011 permitiu aos russos a apresentação de um exército equipado e, conseqüentemente, mais forte. Ainda segundo Trenin (2016), o novo modelo de conflito<sup>8</sup>, em que a Rússia investira na Ucrânia, foi caracterizado pela atuação russa em providenciar armamento, inteligência e controle aos separatistas em 2014 na Ucrânia, assim como ordenar forças navais e aéreas a favor de Assad em 2015, na Síria. Ante esse cenário, Trenin (2016) vai mais além ao afirmar que:

A Rússia é mais uma vez capaz de dissuadir qualquer outra grande potência, defendendo-se, se necessário, e projetando efetivamente a força ao longo de sua periferia e além dela. Após um quarto de século de fraqueza militar, a Rússia está de volta como uma força militar séria na Eurásia (TRENIN, 2016, tradução nossa).

Nesse sentido, Renz (2014) consente com Trenin (2016), superando escritos críticos muito enfáticos:

Apesar dos problemas da indústria de defesa, a facilidade com que as forças russas agiram na Crimeia indica que a falta de equipamentos avançados não é um obstáculo tão significativo para as ambições estratégicas da Rússia [...] E, ao contrário de muitas avaliações, isso tem sido reconhecido pelos pensadores militares russos conservadores que rejeitaram a ideia de que a tecnologia intrinsecamente revolucionaria a guerra e pode servir como um substituto para as operações militares tradicionais (RENTZ, 2014, p. 65, tradução nossa).

Ainda, corroboram Norberg e Westlund (2016):

De 2014-2016, as forças russas ocuparam a Crimeia, travaram guerra no leste da Ucrânia e intervieram no conflito da Síria, com importantes ramificações regionais. Exercícios militares russos aumentaram em alcance e frequência. Aeronaves militares russas e navios exibiram comportamento mais imprudente ou agressivo, não menos

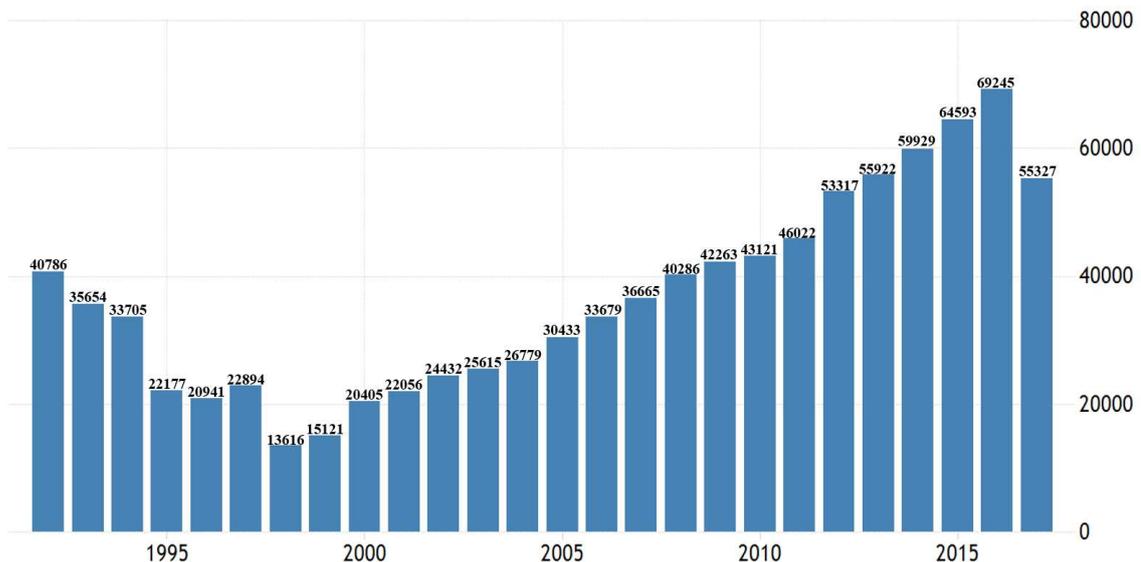
---

<sup>8</sup> A este modelo é dado o nome de guerra híbrida (TRENIN, 2016).

importante na área do Mar Báltico. A probabilidade de um conflito com a Rússia envolvendo forças militares aumentou [...] (NORBERG; WESTLUND, 2016, p. 26).

Sabe-se que analistas se voltam para o crescimento das despesas militares como forma de medir o desenvolvimento da capacidade militar dos Estados. Tendo isso em vista, considera-se que a Rússia executou índices crescentes de investimento neste âmbito na primeira década dos anos 2000, época na qual a economia estava desenvolvendo-se em larga escala. A partir do ano de 2011, a economia russa passou a dar sinais de crise decorrentes da crise econômica de 2009, responsável por influenciar diretamente no preço do barril de petróleo. Além disso, deve-se considerar as sanções aplicadas à Rússia pelo Ocidente após a crise ucraniana (OXENSTIERNA, 2016; SUSHENTSOV, 2019). Porém, isso não afetou os ambiciosos gastos militares, como pode ser visto no gráfico 1, o qual apresenta queda nos investimentos apenas a partir de 2017.

Gráfico 1 – Investimento militar da Rússia em milhões de dólares 1992-2017



Fonte: Trading, [2019]; SIPRI (2018). Adaptado.

Ao analisar o gráfico, fica notável a queda de investimento de 2016 para 2017, quando houve o corte de 5% dos gastos do Ministério da Defesa (SUSHENTSOV, 2019). Complementarmente, tem-se que no ano de 2016 a Federação Russa fez o mais alto investimento, considerando a proporção de 5,5% do PIB do mesmo ano (SIPRI, 2018).

Para 2019, a projeção é que sejam gastos 21,5 bilhões de dólares na intenção de ampliar o programa de modernização de equipamentos militares. Vale lembrar que o programa

instituído em 2008 visava a renovação de 70% da frota militar russa até o ano de 2020. No entanto, esse número não será alcançado devido aos cortes anteriormente citados, atingindo, no máximo, 67%. As Forças Aéreas atingiram sua meta individual com 74% de renovação, ao passo que as navais e terrestres tiveram 55% e 46%, respectivamente. Por outro lado, a priorização do setor nuclear é notável: 82% das forças nucleares foram renovadas (SUSHENTSOV, 2019).

#### 4.2 **O que predomina nas ações militares russas: defesa ou ataque?**

Antes de adentrar à análise propriamente dita, é importante deixar claro algo que Teixeira Junior (2018) e Bock, Hennenberg e Plank (2014) fizeram questão de pontuar em suas análises. Há percepções diferentes de cada caso, que dependem do viés utilizado para analisá-los. O viés varia principalmente a depender do lado originário da análise, ou seja, se parte do lado ocidental ou do oriental.

Apesar de escolher as lentes russas para guiar a análise, não se busca julgar quaisquer atos que tenham sido realizados tanto pela Rússia quanto pelos Estados, onde se estabeleceram os conflitos – Ucrânia, Geórgia e Síria –, assim como os demais envolvidos, representados principalmente pelos Estados da União Europeia e da OTAN.

Primeiramente, é importante relembrar o significado das instituições internacionais de acordo com as lentes realistas, para que posteriormente se possa compreender as reações russas nos três estudos de caso. Como já explicitado, a corrente realista não reconhece as instituições internacionais como autônomas. Waltz (2000a, 2000b) e Mearsheimer (1994) explicam que instituições internacionais só existem devido aos tratados realizados de acordo com a vontade dos Estados, para atender aos seus interesses de poder. Desta maneira, as instituições são vistas como “arenas para encenar relações de poder” (MEARSHEIMER, 1994, p. 13, tradução nossa).

Um bom exemplo disso foram os vetos de Rússia e China em casos como o da Síria no âmbito do Conselho de Segurança da ONU. Nestas ocasiões, prevaleceu a vontade dos dois Estados, demonstrando, assim, a força de seu poder (AMARAEGBU, 2015).

Desta maneira, compreende-se que a presença da OTAN é equivalente à presença dos Estados Unidos. Desde seu início, os EUA são os maiores contribuidores da política da organização e, como se sabe, quanto maior a contribuição, mais poder de voz um Estado possui dentro de uma instituição. Assim, Mearsheimer (2001) e Waltz (2000b) defendem que a OTAN

nada mais é do que um alongamento das políticas nacionais dos Estados Unidos, na intenção de controlar recursos políticos na Europa:

A sobrevivência e expansão da OTAN nos dizem muito sobre o poder e influência americanos e pouco sobre instituições como entidades multilaterais. A capacidade dos Estados Unidos de prolongar a vida de uma instituição moribunda ilustra bem como as instituições internacionais são criadas e mantidas por estados mais fortes para atender a seus interesses percebidos ou mal percebidos (WALTZ, 2000b, p. 20, tradução nossa).

Waltz (2000b) ainda defende que a readequação da figura da OTAN pós-Guerra Fria, após findado seu objetivo inicial de combater a União Soviética, prova a fraqueza das instituições de se mostrarem autônomas aos interesses e desejos dos Estados. Ademais, advoga que as razões para se opor à OTAN são muito mais fortes do que as que buscam defender sua expansão:

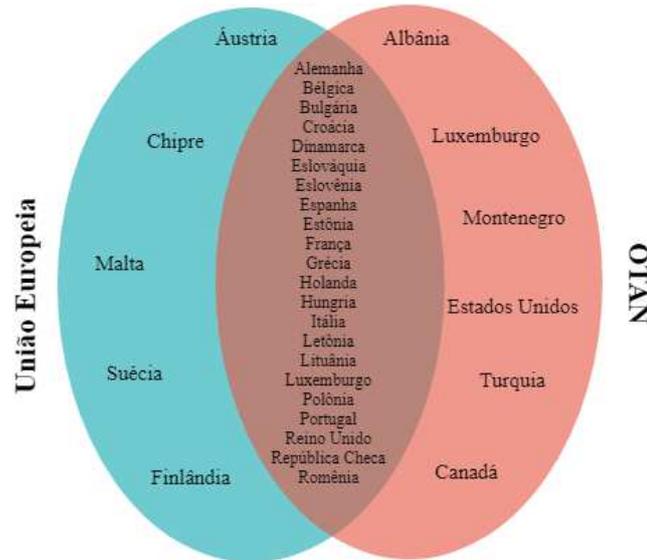
Ela atrai novas linhas de divisão na Europa, afasta os que ficaram de fora e não consegue encontrar nenhum ponto de parada lógico a oeste da Rússia. Ela enfraquece os russos inclinados à democracia liberal e a um mercado econômico. Isso fortalece os russos de inclinação oposta. Reduz a esperança de novas reduções de armas nucleares. Ela empurra a Rússia para a China em vez de atrair a Rússia para a Europa e a América (WALTZ, 2000b, p. 22, tradução nossa).

Para deixar a implicação teórica realista no caso das instituições ainda mais factível, Jensen (2018) afirma que a Rússia enxerga a OTAN e a União Europeia como instituições que andam de mãos dadas, no objetivo de ameaçar os interesses russos. Logo, a lente interpretativa do Estado ex-soviético não reconhece diferença nas ações das duas instituições, afinal, as enxerga como resultado das ações ocidentais como um todo.

A Figura 1 deixa a interpretação russa ainda mais clara, haja vista o fato de as duas instituições terem praticamente os mesmos Estados-membros e que, dentre esses Estados, 13 foram parte da União Soviética. À vista disso, vale pontuar a importância do Tratado de Lisboa, consolidado em 2007, com o objetivo de reformular o funcionamento da União Europeia, que versa:

A política da União, na acepção da presente secção, não afectará o carácter específico da política de segurança e de defesa de determinados Estados-Membros, respeitará as obrigações decorrentes do Tratado do Atlântico Norte para certos Estados-Membros que vêm a sua política de defesa comum realizada no quadro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e será compatível com a política de segurança e de defesa comum adoptada nesse âmbito (COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, 2007, p. 46-47).

Figura 1 – Membros da OTAN e União Europeia



Fonte: EUROPEAN UNION (2019); NATO ([21--]). Adaptado.

Assim, a ameaça ocidental no leste europeu é tida pela Rússia como invariavelmente grave. Götz (2016) complementa que a declaração de cooperação entre a OTAN e a União Europeia em assuntos militares e matéria de segurança ameaça a segurança russa, além de suas ambições geopolíticas. Outros autores não deixam de citar esse ponto como chave para as reações russas, creditando ao Ocidente a ameaça e à Rússia, a defesa (PICOLLI, 2012; TEIXEIRA JUNIOR, 2018; MEARSHEIMER, 2014a, 2014b; EICHELER, 2007; AMARAEGBU, 2015; BOCK; HENNENBERG; PLANK, 2014; WALT, 2014; PAKPARVAR, 2018; CASTLE, 2015). Sobre a sensação de ameaça, Putin (2017, p. 104) afirma:

Por que estamos reagindo de forma tão aguda à expansão da OTAN? Bem, de fato, sabemos do valor - ou da falta dele - e da ameaça dessa organização. Sei que essa organização é frouxa e inviável, apesar do artigo 5 da OTAN. Nossa preocupação é com a maneira como as decisões são tomadas na organização. [...] Quando um país se torna membro da OTAN, as conversas bilaterais são realizadas nesse país, o que torna muito fácil lidar com esse país numa base bilateral, incluindo a colocação de sistemas de armamento que estão ameaçando nossa segurança. Depois que o país se torna membro da OTAN, é difícil resistir à pressão de uma presença tão esmagadora quanto a dos Estados Unidos. Então, de repente, quaisquer sistemas de armamento podem ser instalados nesse país, como um sistema de mísseis antibalísticos, novas bases militares e, se for necessário, novos sistemas ofensivos. O que devemos fazer nesse caso? Adotar contramedidas.

Em segundo lugar, há de se reconhecer os esforços internos e externos da Rússia para se reestabelecer no sistema internacional após o fim da União Soviética. Como visto no tópico anterior, por muitos anos o Estado russo investiu, mudou a estratégia e buscou o sucesso de projetos de restauração de seu contingente militar. Além disso, a recomposição de sua economia

e a popularidade conquistada pelo presidente Vladimir Putin foram grandes pontos influentes. Esses três pontos de mudança na política interna russa podem ser entendidos como esforços internos de balanceamento, baseando o caso em parte da análise de Waltz (1979).

Quanto aos esforços externos, nota-se, primeiramente, a tentativa de alinhamento da política ex-soviética com o Ocidente, principalmente na época de governo de Boris Yeltsin, assim como os primeiros anos do governo de Putin. Porém, há de se notar que a virada nas relações entre a Rússia e o Ocidente se deu, de maneira pública, a partir do famoso pronunciamento do presidente Putin na Conferência de Segurança de Munique, ocorrida no ano de 2007, em que criticou duramente os Estados Unidos e a OTAN, assim como defendeu a instauração de uma ordem multipolar (EFE, 2007).

A partir de então, Moscou passou a realizar esforços externos de balanceamento, entendido, por exemplo, pelo aumento da atenção e interação na Organização para Cooperação de Xangai (SCO), criada ainda em 2001 por China e Rússia, com posterior aquisição por Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão. Apesar de a aliança não se mostrar inteiramente voltada para questões militares de segurança e defesa, muitos a enxergam como uma aliança para balanceamento de poder com o lado ocidental. Assim, entende-se a união desses Estados em aliança, a fim de confrontar a ameaça que as alianças ocidentais significam para eles (MAZAT; SERRANO, 2012).

Renz (2016) garante que o desenvolvimento da política de defesa russa trouxe tons de insegurança ao Ocidente devido à temerosidade de uma Rússia ressurgente, o que motivou instituições como a OTAN a enfrentarem tal desenvolvimento de maneira reativa, a ponto de expandir suas relações com países geograficamente próximos à Rússia. A visão ocidental de uma Rússia ofensiva, no entanto, é contestada por Renz (2016, p. 24, tradução nossa), ao considerar que:

A restauração do poder convencional militar da Rússia era apenas uma questão de tempo e dinheiro e é, em muitos aspectos, menos surpreendente do que a longa negligência dessas capacidades. Além disso, a suposição de que a preparação para a ação ofensiva e a busca de políticas expansionistas é a única motivação por trás do renascimento do poder militar convencional da Rússia desconsidera o fato de que a utilidade da força militar não se limita ao combate de guerras e à derrota dos oponentes. Em vez disso, o poder militar convencional é rotineiramente exercido para dissuadir, forçar, convencer ou tranquilizar.

A partir deste entendimento, considera-se que a investida em poder militar, após a Guerra Fria, se fez ainda mais necessário. Apesar de a Rússia ser um Estado com armas

nucleares, Renz (2016) intercede considerando que o poder militar convencional ainda é a chave-mestra deste âmbito, o que certamente lembra da importância do poder terrestre de Mearsheimer (2001). Por isso, seria irracional esperar que, tendo o reconhecimento da nova configuração do sistema internacional pós-1991, a Rússia se negaria a desenvolver seu poderio militar.

Se faz claro, ainda, que com o alto volume de sanções ocidentais à indústria armamentista russa, a evolução do programa de modernização, que visava findar em 2020, foi seriamente atingida, o que fez com que seu limite fosse adiado para 2025. Segundo Renz (2016), a projeção para modernização aconteceu sob o pressuposto de crescimento econômico russo, que levaria os russos a gastarem menos de 3% do PIB no setor militar. No entanto, o insucesso da economia fez com que a realidade se mostrasse quase o dobro da projeção, tendo a Rússia gasto 5,4% do PIB.

À vista disso, compreende-se que mesmo com o investimento maciço no âmbito militar dos últimos anos, o poder militar dos membros da OTAN ainda é indiscutivelmente mais alto e tecnológico do que o contingente russo. Por isso, é considerado que a Rússia não agiria de maneira ofensiva contra países que se mostram muito superiores militarmente, já que uma decisão como esta levaria invariavelmente a cenários hostis e, possivelmente, a uma guerra nuclear.

Outro ponto importante de ser considerado é que “as melhorias nas capacidades militares convencionais da Rússia não mudaram substancialmente o relativo equilíbrio de poder militar nessa região” (RENZ, 2016, p. 29, tradução nossa). Em suma, o fortalecimento da capacidade militar que a Rússia realizou nos últimos anos pode ser entendido como um “sinal errado na hora errada” (BOCK; HENNENBERG; PLANK, 2014, p. 8, tradução nossa).

Nesta altura, entende-se a importância da análise do investimento militar dos Estados. Sabe-se que, com a anarquia e as noções do dilema de segurança, dificilmente se terá a ideia exata e confiável das intenções de um Estado ao prover evolução tecnológica e material às suas Forças Armadas. Isso ocorre devido à impossibilidade da certeza se tais intenções são tidas como ofensivas ou defensivas.

Teixeira Junior (2018) pondera que a Rússia reconhece formalmente a segurança desequilibrada existente no sistema internacional, e a credita à sua arquitetura, ou seja, à

anarquia. Mearsheimer (2014a, 2014b) corrobora com esta ideia ao conectar as ações russas ao princípio de autodefesa.

A dicotomia está exatamente neste ponto. Um Estado pode se armar para se sentir suficientemente seguro, sabendo que a anarquia do sistema não o deixa ter certeza se pode contar com ajuda de terceiros, apostando, assim, na autoajuda. Por outro lado, o que é suficiente para um Estado pode parecer ofensivo para o outro. Conforme Posen (1993), o problema se agrava quando dois pontos são reconhecidos: as forças defensivas e ofensivas de um Estado são semelhantes, dificultando, dessa forma, a distinção das intenções, ou quando há a comprovação da efetividade de ação ofensiva sobre uma ação defensiva, podendo resultar em uma ofensiva, caso o Estado entenda que o ato seja essencial para sua sobrevivência.

Entende-se que os documentos que ditam questões de segurança da Federação Russa são objetivados a deixar claro que a proteção dos interesses da Rússia estão em primeiro lugar, assim como que a sua posição defensiva será preservada diante das ameaças a ela estabelecidas. Os enfrentamentos dessas ameaças seriam realizados primeiramente por meios não-violentos. No entanto, uma vez esgotadas as tentativas não-diplomáticas de resolução, outros meios, como, por exemplo, o militar, poderiam vir a ser usados (TEIXEIRA JUNIOR, 2018). Sushentsov (2015) contribui com este argumento, ao destacar que a principal missão de Moscou é dissuadir e prevenir conflitos.

Como se pôde notar, os casos que viriam a ocorrer nos próximos anos envolvendo a tentativa de expansão da influência ocidental e a Rússia não surpreenderam os realistas. As intervenções ocidentais da OTAN, União Europeia e Estados Unidos podem ser notadas particularmente no caso da Geórgia, Ucrânia e Síria, respectivamente. Em verdade, isso significa que nas três vezes o Ocidente fez com que Moscou se sentisse atingida politicamente.

O comportamento da Rússia, nos três casos a serem analisados, tem alguns pontos em comum, e que se mostraram preponderantes: a ideia russa da anarquia do sistema internacional; a insegurança em ter seu poder de influência fortemente ameaçado; os elevados ganhos relativos do Ocidente, e; a grande variação na balança de ameaças, resultando na luta para a conservação do *status quo* em prol de sua segurança e sobrevivência.

Dentre os três casos, os da Geórgia e da Ucrânia são os mais semelhantes. Ambas têm forte ligação histórica com a Rússia, tendo feito parte da União Soviética. De grande proximidade geográfica, são vistas por Moscou como uma zona de amortecimento, dada a

geografia desfavorável da Federação. Portanto, fazem parte de um perímetro de segurança do entorno geográfico russo, onde não são aceitas quaisquer representações de forças nucleares e/ou convencionais ocidentais (GÖTZ, 2016).

Logo, a Rússia tem na Geórgia e na Ucrânia parte de seus interesses vitais, abrangendo vários âmbitos, desde questões culturais, passando pelas questões militares e econômicas (PICOLLI, 2012; BOCK, HENNENBERG; PLANK, 2014; PAKPARVAR, 2018). Waltz (2000b) afirma que a política de um Estado vem a se tornar “esporádica e autônoma” quando não há ameaça a seus interesses vitais. No entanto, nota-se que as duas características não podem ser detectadas nas ações russas em 2008 e em 2014.

Sobre isso, Mearsheimer (2014a) e Walt (2014) pontuam que quando se ameaça os interesses vitais de um Estado, ele se dispõe a sofrer altas retaliações a fim de garantir sua segurança. Por isso, Estados ameaçados tendem a absorver grandes quantias de punições na intenção de proteger seus interesses estratégicos. O presidente Putin deu uma boa razão para se acreditar na realidade desta afirmação teórica. Ao ser questionado sobre um possível arrependimento devido às reações ocidentais que geraram altos custos à Rússia, ele negou e complementou:

Eu esperava por esse tipo de reação [de ser excomungado pela comunidade europeia por causa da anexação]. Porém, antes de tomarmos tal decisão, realizamos uma pesquisa social muito profunda na Rússia, e a maioria esmagadora de cidadãos - cerca de 80% ou mais -, quando perguntada se era possível reunificar a Crimeia com a Rússia, **ainda que isso significasse uma deterioração das relações com o Ocidente e outros países do mundo**, respondeu que sim, que achava possível. Assim, ao tomar essa decisão, não fui guiado pelas preferências de meus correspondentes de outros países. Respondi ao sentimento do povo russo (PUTIN, 2017, p. 268, grifo nosso).

Apesar de sua contribuição ter como foco principal a situação ucraniana, Walt (2014) constata que os interesses vitais russos, tanto no caso da Geórgia quanto da Ucrânia, foram ameaçados. Assim, credita à teoria realista o papel de arguir sobre a importância dos interesses vitais do Estado, principalmente quando tal ameaça está configurada próximo de seu entorno geográfico.

Para auxiliar a construção de seu argumento, Walt (2014) cita seis pontos que, em seu entendimento, foram significativos para a tomada de decisão russa. Primeiramente, advoga que a Rússia é consideravelmente mais fraca do que os Estados Unidos, o que geraria uma automática ação de defesa e não de ataque; os laços profundos e históricos que envolvem os vizinhos ex-soviéticos; o alto contingente nacional russo que habita a Crimeia; a base de

Sevastopol, de grande importância estratégica para as forças russas; a expansão dos interesses ocidentais, realizada desde o fim da Guerra Fria, ainda que a Rússia se mostrasse insatisfeita e externasse a obstrução de seus interesses pelo lado ocidental, e; a desvantagem de ter em seu “quintal” um regime que a ela faz oposição.

Mearsheimer (2014a, 2014b) corrobora com Walt (2014) em alguns pontos importantes. Afirma que a retirada de Yanukovych do poder em fevereiro de 2014 foi um golpe de Estado, e que a anexação da Crimeia foi a maneira encontrada pela Rússia de responder ao que estava acontecendo em Kiev. Credita a reação russa à ideia da *realpolitik* e ao que chama de “Geopolítica 101”, ou seja, o princípio básico da geopolítica entendido pela sensibilidade das ameaças feitas às grandes potências no seu entorno geográfico, tal como ocorreu tanto na Geórgia quanto na Ucrânia. Contribui, além disso, com um exemplo ilustrativo muito simples:

Os Estados Unidos não toleram que grandes potências distantes mobilizem forças militares em qualquer parte do Hemisfério Ocidental, muito menos em suas fronteiras. Imagine a indignação em Washington se a China construísse uma impressionante aliança militar e tentasse incluir o Canadá e o México nela. Deixando de lado a lógica, os líderes russos disseram às suas contrapartes ocidentais em muitas ocasiões que consideram a expansão da OTAN na Geórgia e na Ucrânia inaceitável, juntamente com qualquer esforço para colocar esses países contra a Rússia – uma mensagem que a guerra russa-georgiana de 2008 também deixou bem clara (MEARSHEIMER, 2014b, p. 6, tradução nossa).

Logo, Mearsheimer (2014b) advoga que a expansão da OTAN ao Leste Europeu, somado à Parceria Oriental da UE proposta nos anos anteriores no mesmo entorno, são a verdadeira raiz do problema. Ademais, não omite o apoio dos Estados Unidos às Revoluções Coloridas que tomaram alguns países do Leste Europeu na década anterior.

Maitra (2014) corrobora com as ideias de Mearsheimer (2014a, 2014b) e Walt (2014), ao numerar três consequências sofridas pela Rússia referentes tanto à ampliação da influência da OTAN, quanto ao apoio ocidental às Revoluções Coloridas ocorridas de 2003 a 2005. Destarte, afirma que as decisões ocidentais transformaram a situação geopolítica do leste europeu, alterando a esfera de influência da Federação Russa e, claro, as relações de Moscou com os membros da União Europeia e da OTAN, em especial o próprio Estados Unidos.

Beom-Shik (2009), ao analisar a percepção que a Rússia tem da política internacional, assevera que a política de segurança de Moscou está baseada na manutenção de aprimoramento de sua influência e de seu prestígio regional, somado a uma postura defensiva e protetora de seus interesses estratégicos. Teixeira Junior (2018) buscou explorar documentos estatais

recentes, e ponderou uma visão que pode ser vista como uma continuidade da compreensão de Beom-Shik (2009), haja vista sua ponderação sobre o interesse russo de manter seu *status* global e ser reconhecida como grande potência. Apresentado este argumento, evidencia-se o significado de ameaça para a Rússia a partir da Doutrina Militar de 2014, ao apresentar a OTAN como uma das principais ameaças militares externas à Federação, quando versa que:

A construção do potencial de poder da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a atribuição de funções globais à OTAN, violando as regras do direito internacional, aproximando as infraestruturas militares dos países membros da OTAN das fronteiras da Federação Russa, inclusive por expansão adicional da aliança (RUSSIA FEDERATION, 2015, tradução nossa).

Em outros trechos são abordados riscos como a inserção de contingentes militares em Estados fronteiriços à Federação, bem como a formação de regimes que ameaçam os objetivos estratégicos de Moscou, como se pode notar:

O desdobramento (formação) de contingentes militares de Estados estrangeiros (grupos de Estados) nos territórios dos estados contíguos com a Federação Russa e seus aliados, bem como em águas adjacentes, inclusive por exercer pressão política e militar sobre a região da Federação Russa; [...] o estabelecimento de regimes, cujas políticas ameaçam os interesses da Federação Russa nos estados contíguos com a Federação Russa, inclusive derrubando órgãos legítimos da administração do Estado; [...] as operações subversivas de serviços especiais e organizações de estados estrangeiros e suas coalizões contra a Federação Russa (RÚSSIA FEDERATION, 2015, tradução nossa).

Tendo definido o que é ameaça para a Rússia, entende-se que as intervenções militares por ela realizadas na Geórgia e na Ucrânia foram parte de uma tentativa de equilibrar a balança de ameaça que, na concepção de Moscou, pendia para o lado ocidental, ameaçando seus interesses estratégicos e vitais. Por isso, o advento da anexação Crimeia não deve ser visto como um caso imperialista, mas sim como uma tentativa de diminuir a ameaça do lado ocidental equilibrando, assim, a balança (BOCK; HENNENBERG; PLANK, 2014; CASTLE, 2015; MORGADO, 2018).

Percebida a reação russa, os membros da União Europeia, assim como os Estados Unidos, implementaram diversas sanções ao Estado russo, além de investirem no reforço da postura da OTAN como forma de reduzir a ameaça promovida pela Rússia com a anexação: “o balanceamento exacerba a dinâmica do dilema de segurança e torna a ameaça percebida real, tornando o balanceador uma ameaça ainda maior que antes” (BOCK; HENNENBERG; PLANK, 2014, p. 3, tradução nossa).

Ademais, Bock, Hennenberg e Plank (2014) contrariam a importância igualitária que Walt (1985) designa às quatro variáveis capazes de medir o nível de ameaça dos Estados, dando maior importância às “intenções agressivas”, sustentando que esta variável é proeminente na percepção da ameaça. Logo, entende-se que a Rússia, na sua perspectiva da tentativa ocidental de dominar o sistema para moldá-lo à sua maneira, se viu obrigada a intervir militarmente na Geórgia e na Ucrânia, na intenção de defender-se da implantação de um possível inimigo na sua fronteira próxima.

Ademais, a ideia de expansão de objetivos de guerra de Labs (1997) faz com que se entenda de maneira mais clara a inserção da intervenção russa na Ucrânia, ainda que com o advento da anexação da Crimeia, em um contexto defensivo. Primeiramente, o autor entende que Estados que buscam a sobrevivência são expansores automáticos<sup>9</sup>. Em segundo lugar, adota a percepção da balança de ameaça de Walt (1985):

Quando os formuladores de políticas expandem seus objetivos de guerra exigindo uma fatia adicional de terra, uma nova concessão política ou até mesmo a destruição da infraestrutura ou regime militar do inimigo, eles o fazem porque acreditam que a segurança futura de seu próprio estado está em jogo. A percepção de um estado da ameaça representada por um inimigo em tempo de guerra pode se intensificar pelas mesmas razões que os estados formam alianças em tempos de paz. O inimigo pode se fortalecer com novas conquistas, técnicas inovadoras de mobilização ou desenvolvimento de novas tecnologias. Uma ameaça pode se tornar mais próxima como resultado das conquistas de um inimigo ou de alianças recém-formadas. Um inimigo pode buscar uma doutrina ofensiva que é vista como muito mais ameaçadora do que uma estratégia defensiva. As intenções de um inimigo podem parecer mais ameaçadoras como resultado de seu comportamento em tempo de guerra. **Quanto maior, mais forte, mais próximo e mais ameaçador for um inimigo, mais um estado temerá por sua segurança e maior será a probabilidade de expandir os objetivos de guerra para se assegurar melhor em um mundo pós-guerra** (LABS, 1997, p. 18, tradução nossa, grifo nosso).

Com isso, entende-se que um fator como o de anexação territorial não está intrinsecamente relacionado à posição ofensiva do Estado, tendo que se analisar a fundo o contexto e, principalmente, as ameaças por ele sofridas. No caso da Rússia e da Ucrânia, a primeira se sentiu fortemente ameaçada pelo Ocidente, e, por isso, anexou a Crimeia na intenção de sentir-se mais segura.

Na tentativa de uma perspectiva complementar à ideia colocada em pauta até então, há a concepção de uma Rússia voltada para o realismo e de um Ocidente voltado para o

---

<sup>9</sup> “Expansão manual refere-se aos estados que estão fazendo uma oferta consciente de hegemonia. A expansão automática é o resultado de esforços incrementais, repetidos e localizados para expandir o poder quando tais oportunidades surgem” (LABS, 1997, p. 12).

liberalismo. Waltz (2000a) contribui de maneira teórica ao alegar que a periculosidade de se deter alto poder relativo está justamente na questão de ser temido pelos Estados mais fracos. Assim, afirma que, mesmo que um poder dominante tenha controle máximo do seu poder, os demais Estados tendem a se preocupar com suas intenções reais e futuras.

Posen (1993) corrobora ao confirmar que Estados acumuladores de uma alta quantidade de poder relativo tonam-se ameaças para os demais. Por isso, ainda que os Estados Unidos se enxerguem como pacificadores na luta pela paz e democracia, amedrontam outros Estados e os obriga, assim, a se equilibrarem contra essa ameaça (WALTZ, 2000b; BOCK, HENNENERG, PLANK, 2014).

A respeito disso, autores como Mearsheimer (2014b), Bock, Hennenberg e Plank (2014), Jensen (2018) e Castle (2015) afirmam que Moscou tem agido sob o prisma realista, enquanto o Ocidente tentou firmar um regime liberal em outras partes do mundo. Essa afirmativa faz com que se supere a ideia que tenta ligar a figura russa à tentativa de reerguer o império soviético. Assim, mais uma vez o argumento imperialista cai por terra, e é substituído pela compreensão de que as respostas das intervenções militares russas têm sido inteiramente defensivas.

Apesar da constatação teórica de defesa por parte da Rússia nos casos supracitados, é imprescindível pontuar que alguns autores discordam deste ponto de vista, tendo argumentado que o posicionamento da Rússia teria sido ofensivo. Karagiannis (2013) tem esse ponto de vista ao entender o posicionamento dos Estados Unidos como balanceador externo. Uma vez dada essa característica às ações dos Estados Unidos nestes casos, conseqüentemente entende-se que a Rússia seria uma hegemonia regional ou uma hegêmona potencial, o que não procede segundo a teoria realista ofensiva. O autor não se atenta que a área de influência regional russa é pequena, não englobando, por exemplo, países como China e Índia, ambos de grande influência local.

McFaul (2014), por sua vez, acusa Mearsheimer (2014b) diretamente ao lembrar da percepção da teoria realista sobre as instituições, questionando a validade do posicionamento de Mearsheimer (2014b), dada a importância facultada à expansão da OTAN como única variável responsável pelo caso da Ucrânia. Garante que a explanação de Mearsheimer (2014b) revela os limites da *realpolitik* e culpabiliza a Rússia, na figura do presidente Putin, pelo agravamento das relações com os Estados Unidos nos últimos anos. Ainda segundo McFaul (2014), Moscou teria manipulado questões na intenção de colocar os EUA como seu inimigo e,

por isso, travaram uma contínua competição em termos de soma zero a partir do momento que fantasiaram que os estadunidenses tinham uma “força sinistra” em assuntos mundiais.

Sestanovich (2014) segue o argumento de McFaul (2014) e adiciona que a reação russa foi baseada simplesmente na sensação de ressentimento, dado que as movimentações expansionistas da OTAN praticamente desapareceram após 2008 e, ainda, que a possível adesão da Ucrânia à organização era um mero “projeto de estimação”. Ademais, alega que a relação a ser firmada no final de 2013 entre Ucrânia e União Europeia era apenas de livre comércio, não tendo a Rússia que se preocupar.

Em resposta oportuna, Mearsheimer (2014c) afirma que já esperava as retaliações de McFaul (2014) e Sestanovich (2014), principalmente porque quando ambos estavam inseridos no governo estadunidense, fizeram parte de políticas liberais que contribuíram para o conflito ucraniano. Acrescenta que os argumentos de ambos são invalidados a partir de pontos importantes, como: a expansão da OTAN não foi apontada como variável única da crise, mas sim como parte de um pacote triplo de políticas ocidentais que contaram também com a expansão da UE e com a promoção da democracia; contesta o argumento de ambos de que a expansão da OTAN tenha findado após o ano de 2008; desmente que as relações implementadas pelo acordo da União Europeia com a Ucrânia seriam meramente de livre comércio, a partir de trechos que comprovam que o acordo expandia-se para a dimensão de segurança, e; discorda que a reação russa tenha sido dotada de ressentimentos, haja vista o temor russo de ter a Ucrânia como “bastião ocidental em sua fronteira” (MEARSHEIMER, 2014c, p. 176, tradução nossa).

O caso da Síria converge com os dois analisados acima, mas diverge em pequenos pontos importantes que merecem mais atenção. Por ser um caso muito recente, poucos autores se ocuparam de escrever sobre a intervenção militar, tendo, dessa maneira, poucas pistas relativas ao julgamento de ataque ou defesa. No entanto, o esforço realizado fez com que as interpretações de Teixeira Junior (2018) e Trenin (2018) fossem utilizadas no intuito de deixar a análise mais próxima da realidade teórica.

Trenin (2018) entende a conjuntura russa na Síria como um caso isolado da política de segurança de Moscou no século XXI. Alega que a política de segurança internacional da Rússia é formada principalmente de cenários geograficamente próximos ao seu entorno, além de que as relações entre os dois Estados, nas duas últimas décadas, não eram assim tão importantes como os demais autores costumam sustentar.

Desta maneira, a ação na Síria foi o ponto de partida visto por Moscou para impor limites às políticas ocidentais para o Oriente Médio. A Rússia quis se mostrar capaz de intervir em casos complexos, tendo provado aptidão para tal ao se esforçar em convencer os Estados Unidos a não atacarem a Síria após a constatação do uso de armas químicas, tendo feito um acordo de reclusão dessas armas. Além disso, o “posicionamento heroico” da Rússia diminuiria o contingente de refugiados que tentava adentrar países europeus e proporcionaria a Moscou o aumento da confiança ocidental e a superação de casos passados, como o da anexação da Crimeia (TRENIN, 2018).

O posicionamento militar russo na Síria não foi, portanto, sobre a preocupação com a segurança internacional, nem mesmo sobre questões estratégicas como o Porto de Tartus, mas sim em relação com a ordem global imposta de maneira crescente, principalmente pelos Estados Unidos, o que o configuraria como um posicionamento de ataque (TRENIN, 2018).

Teixeira Junior (2018), por sua vez, advoga que a ação russa na Síria foi um dos casos de dissuasão por ela executada nos últimos anos, na intenção de assegurar seus objetivos estratégicos geopolíticos devido à instalação da base de Tartus em território sírio: “o objetivo defensivo, como a manutenção da integridade da sua zona de influência pós-soviética baseia a lógica do uso da força para impedir possíveis perdas geopolíticas” (TEIXEIRA JUNIOR, 2018, p. 10).

Amaraegbu (2015) enfatiza o direito russo de intervir na Síria a fim de controlar os eventos ali instaurados. Assim sendo, a Rússia teria agido como dissuasora da estratégia dos Estados Unidos de maximizar poder e influência na região do Oriente Médio, além de ter protegido seu próprio prestígio e interesses geopolíticos e estratégicos.

Como explicitado no capítulo anterior, a ameaça terrorista de grupos operantes na Síria era real, o que configura um ponto que pende para o argumento de defesa. Sobre isso, a Doutrina Militar de 2014, da Federação Russa, dispõe entre suas ameaças externas o constrangimento crescente representado pelos grupos terroristas, além de se autodeclarar combatente do terrorismo, inclusive fora das fronteiras russas: “combater o terrorismo no território da Federação Russa e suprimir as atividades terroristas internacionais fora da Federação Russa” (RUSSIAN FEDERATION, 2015, tradução nossa).

Por fim, não se pode deixar de notar que a Rússia, desde o início, estava intencionada a manter o regime do presidente Assad, a fim de conservar seu *status quo* na região do Oriente

Médio. Além disso, consideravam a comparação de sua capacidade de influência na região com a capacidade dos Estados Unidos, ponderando que aos ocidentais só faltava a conquista da parceria do Irã e da Síria. Desta maneira, entende-se que a Rússia atuou de maneira conservadora, o que alude ao realismo defensivo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como analisado, a nova configuração do sistema internacional pós-1991 trouxe consigo novos desafios, ameaças e soluções. A sensação de conflito político entre Rússia e Estados Unidos pôde ser notada em vários momentos desde então, apesar de empregarem diversos esforços na intenção de convergir os interesses de ambos, a fim de olhar para a mesma direção.

Porém, não é segredo que a convergência nunca foi, de fato, alcançada. Ainda que os esforços tenham sido perenes, na maioria dos casos se via Rússia e Estados Unidos em lados opostos. A única exceção real é o caso da Guerra ao Terror, implementada após o ataque de 11 de setembro, em que os Estados Unidos convocaram os países da comunidade internacional para combater o terrorismo.

Outros dois casos poderiam ser citados, porém, apesar da inicial aceitação russa da política estadunidense nos casos do Afeganistão e da Líbia, o posterior desagrado de Moscou com as ações dos Estados Unidos nessas regiões ficou muito clara aos olhos dos observadores científicos, o que, inclusive, colaborou para o posicionamento russo nos casos aqui estudados.

A conduta russa, principalmente após o marcante discurso de Putin em Munique, no ano de 2007, pode ser vista, portanto, como direcionada a edificar um sistema internacional multipolar, superando, assim, a ideia do sistema unipolar, tendo como única potência os Estados Unidos. Diversas vezes pôde-se notar, por exemplo, a resistência russa da inserção estadunidense em regimes contrários à concepção ocidental de democracia.

Neste sentido, a anarquia do sistema internacional traz consigo periculosidades que devem ser enfrentadas a partir do princípio da autodefesa. Aqui, muitos conceitos teóricos podem ser incluídos com a finalidade de compreender a real intenção da Rússia em se inserir militarmente nos conflitos da Geórgia, da Ucrânia e da Síria.

A variável independente, entendida pela ação Ocidental de expansão de sua influência para zonas de interesse russo, podem ser vistas como forte ameaça aos interesses vitais de Moscou, além de responsável por grande variação na balança de ameaças na Europa Leste e no Oriente Médio. Para chegar neste entendimento, partiu-se da ideia de que a OTAN é um braço armado da União Europeia, haja vista o compartilhamento de muitos Estados que delas fazem parte, e que os Estados Unidos configuram como um grande ditador de políticas da OTAN.

Além disso, sabe-se que os Estados lutam pela sobrevivência em um ambiente anárquico que os constringe a assegurar sua segurança a partir de instrumentos que podem variar de acordo com a necessidade. Por isso, tem-se as reações russas como variável dependente; ou seja, compreende-se que a Rússia responde com vistas a se defender das investidas ocidentais na sua zona de influência.

Assim, como forma de sobreviver, a Rússia se sentiu obrigada a intervir militarmente nos conflitos da Geórgia, da Ucrânia e da Síria devido às condutas da OTAN, da União Europeia e dos Estados Unidos, respectivamente. A insegurança sentida por Moscou foi, de fato, relativa a questões de influência nessas regiões, levando em consideração que, prevalecendo os objetivos ocidentais nos casos supracitados, os ganhos relativos do Ocidente seriam superiores, de forma que ameaçariam fortemente a segurança do território e dos interesses russos e, por consequência, sua própria sobrevivência.

Diante do quadro apresentado, fica claro que os esforços internos e externos para balancear, realizados pela Rússia, são parte de uma política puramente defensiva: na intenção de manter o *status quo* dos regimes dos três Estados; mantendo sua influência e, conseqüentemente, seus interesses geopolíticos estratégicos, como de suas bases navais a Síria e na Ucrânia; sua forte influência política na região da Ossétia do Sul e Abecásia, e; o importante combate ao terrorismo que logo poderia chegar ao seu território nacional.

Assim, confirma-se a hipótese de que a Rússia buscou se defender das investidas ocidentais em sua zona de influência, tendo cumprido os objetivos de apresentar as abordagens realistas imprescindíveis para guiar e limitar a pesquisa, de assimilar a carga histórica dos três conflitos apresentados com máximos esforços de alcançar a versão verdadeira dos fatos, e de analisar quais características prevaleceram nas intervenções militares russas no século XXI.

Este trabalho se deu como forma de evidenciar que a visão ocidental dos fatos por vezes pode ser questionada, mesmo que para isso se encontre altas barreiras na pesquisa, como, por exemplo, o idioma russo. Assim, deixam-se abertas as intenções de continuidade da pesquisa, sendo possível se aprofundar ainda mais na utilização tanto de outras vertentes teóricas quanto de informações que tiveram que ser filtradas para que se fosse cumprido um escopo teórico.

## REFERÊNCIAS

- ALLISON, R. Russian ‘deniable’ intervention in Ukraine: how and why Russia broke the rules. **International Affairs**, Oxford, v. 90, n. 6, p. 1255-1297, 2014. DOI 10.1111/1468-2346.12170. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1468-2346.12170>. Acesso em: 16 mar. 2019.
- AMARAEGBU, D. A. Contextualising the Syrian Crisis against Realism and Security: Competition in the 21st Century. **Journal of Social Sciences**, [s.l.], v. 4, n. 2, p. 795-811, 2015. DOI 10.17632/8h5gg8mvjy.1. Disponível em: [https://www.academia.edu/19592406/Contextualising\\_the\\_Syrian\\_Crisis\\_against\\_Realism\\_and\\_Security\\_Competition\\_in\\_the\\_21st\\_Century](https://www.academia.edu/19592406/Contextualising_the_Syrian_Crisis_against_Realism_and_Security_Competition_in_the_21st_Century). Acesso em: 8 maio 2019.
- ASMUS, R. D. **A little war that shook the world**: Georgia, Russia and the future of the West. Nova York: Palgrave Macmillan, 2010. 250 p. Disponível em: <http://www.gmfus.org/publications/little-war-shook-world-georgia-russia-and-future-west>. Acesso em: 23 abr. 2019.
- BABIAK, M. Sevastopol & Simferopol Airports Under Russian Military Occupation. **Ukrainian Policy**, 2014. Disponível em: <http://ukrainianpolicy.com/sevastopol-airport-under-military-occupation/>. Acesso em: 3 maio 2019.
- BARATA, P. A Ucrânia, a UE e a Rússia: softpower versus realpolitik?. **Observare**, Lisboa, v. 5, n. 1, 2014, p. 33-50. Disponível em: <https://observare.autonoma.pt/janus.net/pt/n%C3%BAmeros-anteriores/83-portugues-pt/v-5,-n-1-2014-maio-outubro/artigos/255-a-ucr%C3%A2nia,-a-ue-e-a-r%C3%BAssia-softpower-versus-realpolitik>. Acesso em: 2 maio 2019.
- BARTLES, C. K.; MCDERMOTT, R. N. Russia’s military operation in Crimea: road-testing rapid reaction capabilities. **Problems of post-communism**, [s.l.], v. 61, n. 6, 2014. p. 45-63. DOI 10.2753/PPC1075-8216610604. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/279032662\\_Russia's\\_Military\\_Operation\\_in\\_Crimea\\_a\\_Road-Testing\\_Rapid\\_Reaction\\_Capabilities](https://www.researchgate.net/publication/279032662_Russia's_Military_Operation_in_Crimea_a_Road-Testing_Rapid_Reaction_Capabilities). Acesso em: 6 maio 2019.
- BEOM-SHIK, S. Russia’s Perspectives on International Politics: A Comparison of Liberalist, Realist and Geopolitical Paradigms. **Acta Slavica Iaponica**, [s.l.], v. 26, p. 1-24, 2009. Disponível em: <http://src-h.slav.hokudai.ac.jp/publictn/acta/26/01Shin.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2019.
- BERTONHA, J. F. Geórgia e Rússia: conflito no Cáucaso ou entre Oriente e Ocidente?. **Meridiano 47**, [s.l.], n. 99, 2008. p. 3-5. Disponível em: <http://www.ibri-rbpi.org/?p=414>. Acesso em: 5 dez. 2018.
- BOCK, A. M.; HENNENBERG, I.; PLANK, F. “If you compress the spring, it will snap back hard”: The Ukrainian crisis and the balance of threat theory. **International Journal**, [s.l.], v. 0, n. 0, p. 1-9, 2014. DOI 10.1177/0020702014562593. Disponível em: [sagepub.co.uk/journalsPermissions.nav](http://sagepub.co.uk/journalsPermissions.nav). Acesso em: 3 maio 2019.

BRYANT, N. Ukraine's Yanukovich asked for troops, Russia tells UN. **BBC**, 2014. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-26427848>. Acesso em: 1 maio 2019.

CASTLE, D. Can Neorealism Explain the Ukraine Crisis?. **Academia**, 2015. Manuscrito. Disponível em: [https://www.academia.edu/22040732/Can\\_Neorealism\\_Explain\\_the\\_Ukraine\\_Crisis](https://www.academia.edu/22040732/Can_Neorealism_Explain_the_Ukraine_Crisis). Acesso em: 8 maio 2019.

CEPIK, M.; SCHNEIDER, L. Kenneth Waltz. In: MEDEIROS, A. M. *et al.* (org.). **Clássico das Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA. Tratado de Lisboa. **Ministério dos Negócios Estrangeiros**, Lisboa, 2007. Disponível em: [https://www.parlamento.pt/europa/Documents/Tratado\\_Versao\\_Consolidada.pdf](https://www.parlamento.pt/europa/Documents/Tratado_Versao_Consolidada.pdf). Acesso em: 21 maio 2019.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Parceria Oriental. **Consilium**, 2018. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/eastern-partnership/>. Acesso em: 6 abr. 2019.

COSTA, W. M. O reerguimento da Rússia, os EUA/OTAN e a crise da Ucrânia: a Geopolítica da nova Ordem Mundial. **Confins**, [s.l.], v. 25, n. 25, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/10551>. Acesso em: 5 abr. 2019.

DIAS, V. A. As dimensões interna e internacional da crise na Ucrânia. **Relações Internacionais**, [s.l.], n. 45, 2015. p. 45-55. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992015000100003](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992015000100003). Acesso em: 2 abr. 2019.

DINIZ, E. **Política Internacional**: guia de estudos das abordagens realistas. Belo Horizonte: Editora Puc Minas, 2007.

DONNELLY, J. **Realism and International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

EFE. Discurso de Putin em Munique foi o acontecimento do ano, afirma Governo russo. **G1**, 2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL242430-5602,00-DISCURSO+DE+PUTIN+EM+MUNIQUE+FOI+O+ACONTECIMENTO+DO+ANO+AFIRMA+GOVERNO+RUSS.html>. Acesso em: 19 maio 2017.

EICHELER, J. **War, peace and international security**: from Sarajevo to Crimea. República Checa: Palgrave Macmillan, 2007.

ENGLUND, W. In Ukraine, Sens. McCain, Murphy address protesters, promise support. **Washington Post**, 2013. Disponível em: [https://www.washingtonpost.com/world/in-ukraine-us-sens-mccain-murphy-address-protesters/2013/12/15/be72cffe-65b0-11e3-997b-9213b17dac97\\_story.html?noredirect=on&utm\\_term=.172f5b6bf3e0](https://www.washingtonpost.com/world/in-ukraine-us-sens-mccain-murphy-address-protesters/2013/12/15/be72cffe-65b0-11e3-997b-9213b17dac97_story.html?noredirect=on&utm_term=.172f5b6bf3e0). Acesso em: 2 abr. 2019.

EUROPEAN UNION. Consolidated version of the Treaty on European Union. **Official Journal of the European Union**, [s.l.], C 326, 2012. Disponível em: [https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:2bf140bf-a3f8-4ab2-b506-fd71826e6da6.0023.02/DOC\\_1&format=PDF](https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:2bf140bf-a3f8-4ab2-b506-fd71826e6da6.0023.02/DOC_1&format=PDF). Acesso em: 26 abr. 2019.

EUROPEAN UNION. Countries. **Europa**, 2019. Disponível em: [https://europa.eu/european-union/about-eu/countries\\_en](https://europa.eu/european-union/about-eu/countries_en). Acesso em: 21 maio 2019.

FAIRFAX, M. N. Russian intervention in the Syrian Civil War. **Russian analytical digest**, [s.l.], n. 175, 2015. DOI 10.1080/00358533.2016.1128630. Disponível em: <http://top-center.org/analytics/293-russian-interests-in-syrian-civil-war.html>. Acesso em: 7 maio 2019.

FARIAS FILHO, M. C.; ARRUDA FILHO, E. J. M. **Planejamento da Pesquisa Científica**. São Paulo: Atlas, 2013.

GARDNER, H. **Crimea, global rivalry, and the vengeance of history**. Nova York: Palgrave MACMILLAN, 2015.

GILES, K. A New Phase in Russian Military Transformation, **The Journal of Slavic Military Studies**, [s.l.], v. 27, n. 1, p. 147-162, 2014. DOI 10.1080/13518046.2014.874850. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13518046.2014.874850>. Acesso em: 2 abr. 2019.

GLASER, C. The Security Dilemma Revisited. **World Politics**, [s.l.], v. 50, n. 1, p. 171-201, 1997. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/world-politics/article/the-security-dilemma-revisited/0174D23352D9303257AAAC18911F3AB7>. Acesso em: 5 nov. 2018.

GORENBURG, D. The Russian Military under Sergei Shoigu: Will the Reform Continue?. **Ponars Eurasia**, 2013. Disponível em: <http://www.ponarseurasia.org/memo/russian-military-under-sergei-shoigu-will-reform-continue>. Acesso em: 23 abr. 2019.

GÖTZ, E. It's geopolitics, stupid: explaining Russia's Ukraine policy. **Global Affairs**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 3-10, 2015. DOI 10.1080/23340460.2015.960184. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/loi/rgaf20>. Acesso em: 25 abr. 2019.

GÖTZ, E. Neorealism and Russia's Ukraine policy, 1991–present. **Contemporary Politics**, [s.l.], v. 22, n. 3, p. 301-323, 2016. DOI 10.1080/13569775.2016.1201312. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13569775.2016.1201312?journalCode=ccpo20>. Acesso em: 4 abr. 2019.

GUIMARÃES, B. G. Aspectos normativos, securitários e geopolíticos da grande estratégia da Rússia (2000–2016) e o lugar das Nações Unidas. **Rev. Carta Inter.**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, 2017, p. 30-54. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.emnuvens.com.br/Carta/article/view/629/351>. Acesso em: 27 abr. 2019.

HERSPRING, D. Russian Military Reform and Anatoly Serdyukov. **Problems of Post-Communism**, [s.l.], v. 55, n. 6, p. 20-32, 2008. DOI 10.2753/PPC1075-8216550602. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.2753/PPC1075-8216550602>. Acesso em: 16 mar. 2019.

HERZ, J. Idealist Internationalism and the Security Dillema. **World Politics**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 157-180, 1950. DOI 10.2307/2009187. Disponível em: <http://moodle.stoa.usp.br/mod/resource/view.php?id=28231>. Acesso em: 2 maio 2019.

HUNGTINGTON, S. P. **O Choque de Civilizações: a Recomposição da Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997. 455 p.

IIFMCG. Report. **Mpil**, 2009a. 1 v. Disponível em: [http://www.mpil.de/en/pub/publications/archive/independent\\_international\\_fact.cfm](http://www.mpil.de/en/pub/publications/archive/independent_international_fact.cfm). Acesso em: 26 abr. 2019.

IIFMCG. Report. **Mpil**, 2009b. 2 v. Disponível em: [http://www.mpil.de/en/pub/publications/archive/independent\\_international\\_fact.cfm](http://www.mpil.de/en/pub/publications/archive/independent_international_fact.cfm). Acesso em: 26 abr. 2019.

JENSEN, D. **The Russian Military Intervention in Ukraine: A Theoretical Discussion on the Ukrainian Crisis**. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos Europeus) – Aalborg University, [s.l.], 2018. Disponível em: [https://projekter.aau.dk/projekter/files/272463281/Master\\_thesis\\_1.0\\_pdf.pdf](https://projekter.aau.dk/projekter/files/272463281/Master_thesis_1.0_pdf.pdf). Acesso em: 8 maio 2019.

KARAGIANNIS, E. The 2008 Russian-Georgian war via the lens of Offensive Realism, **European Security**, [s.l.], v. 22, n. 1, p. 74-93, 2013. DOI: 10.1080/09662839.2012.698265. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09662839.2012.698265>. Acesso em: 2 abr. 2019.

LABS, E. J. Beyond victory: Offensive realism and the expansion of war aims. **Security Studies**, [s.l.], v. 6, n. 4, p. 1-49, 1997. DOI 10.1080/09636419708429321. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09636419708429321>. Acesso em: 10 maio 2019.

LUAN. Caucasus political. **Wikipedia**, 2012. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%A1lucaso#/media/File:Caucasus-political\\_pt.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%A1lucaso#/media/File:Caucasus-political_pt.svg). Acesso em: 20 maio 2019.

MACASKILL, E. Ukraine crisis: bugged call reveals conspiracy theory about Kiev snipers. **The guardian**, 2014. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2014/mar/05/ukraine-bugged-call-catherine-ashton-urmas-paet>. Acesso em: 18 abr. 2019.

MAITRA, S. Realism in Russian Foreign Policy: The Crimean Case. **CLAWS Journal**, [s.l.], 2014. Disponível em: [https://www.claws.in/images/journals\\_doc/267144158\\_SumantraMaitra.pdf](https://www.claws.in/images/journals_doc/267144158_SumantraMaitra.pdf). Acesso em: 8 maio 2019.

MARCONI, M.; LAKATOS, M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAZAT, N.; SERRANO, F. A Geopolítica da Federação Russa em relação aos Estados Unidos e à Europa: Vulnerabilidade, Cooperação e Conflito. *In*: ALVES, A. G. M. P. **O Renascimento de uma potência? A Rússia no século XXI**. Brasília: Ipea, 2012. p. 9-50. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17334](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=17334). Acesso em: 11 set. 2016.

MCDERMOTT, R. N. Brothers Disunited: Russia's use of military power in Ukraine. **FMSO**, Reino Unido, 2015. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/309166229\\_Military\\_Means\\_for\\_Non-Military\\_Measures\\_The\\_Russian\\_Approach\\_to\\_the\\_Use\\_of\\_Armed\\_Force\\_as\\_Seen\\_in\\_Ukraine](https://www.researchgate.net/publication/309166229_Military_Means_for_Non-Military_Measures_The_Russian_Approach_to_the_Use_of_Armed_Force_as_Seen_in_Ukraine). Acesso em: 29 dez. 2018.

MCFAUL, M. Faulty Powers: Who Started the Ukraine Crisis?. **Foreign Affairs**, [s.l.], p. 167-171, 2014. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/eastern-europe-caucasus/2014-10-17/faulty-powers>. Acesso em: 8 maio 2019.

MEARSHEIMER, J. J. Getting Ukraine Wrong, **International New York Times**, 2014a. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2014/03/14/opinion/getting-ukraine-wrong.html>. Acesso em: 25 ago. 2018.

MEARSHEIMER, J. J. Mearsheimer replies. **Foreign Affairs**, [s.l.], p. 175-178, 2014c. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/eastern-europe-caucasus/2014-10-17/faulty-powers>. Acesso em: 8 maio 2019.

MEARSHEIMER, J. J. Structural Realism. In: DUNNE, T.; KURKI, M.; SMITH, S. (ed.). **International Relations Theories: Discipline and Diversity**. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 71-88.

MEARSHEIMER, J. J. The False Promise of International Institutions. **International Security**, [s.l.], v. 19, n. 3, p. 5-49, 1994. DOI 10.2307/2539078. Disponível em: [https://www.jstor.org/stable/2539078?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/2539078?seq=1#page_scan_tab_contents). Acesso em: 2 mar. 2019.

MEARSHEIMER, J. J. **The Tragedy of Great Power Politics**. Nova Iorque: Norton, 2001.

MEARSHEIMER, J. J. Why the Ukraine Crisis Is the West's Fault. **Foreign Affairs**, [s.l.], v. 93, n. 5, p. 1-12, 2014b.

MENDES, F. P. **Lakatos, o Realismo Ofensivo e o Programa de Pesquisa Científico do Realismo Estrutural**. 2012. 183 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://bit.ly/2rt9M0X>. Acesso em: 10 maio 2017.

MIELNICZUK, F. O Conflito entre Rússia e Geórgia: uma revisão histórica. **Estudos Internacionais**, [s.l.], v. 1 n. 2, p. 157-166, 2013. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/6311>. Acesso em: 22 mar. 2019.

MORGADO, N. A. P. V. C. **A política externa da Rússia e as suas implicações na rivalidade geopolítica com os EUA: o caso da Síria**. 2018. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais: Estudos da Paz, Segurança e Desenvolvimento) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2018. 140 p.

MORGENTHAU, H. **Politics among nations: the struggle for power and peace**. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1948.

NATO. Membros da NATO. **NATO**, [21--]. Disponível em: [https://www.nato.int/nato-welcome/index\\_pt.html#members](https://www.nato.int/nato-welcome/index_pt.html#members). Acesso em: 21 maio 2019.

NORBERG, J.; WESTLUND, F. Russia's Armed Forces in 2016. *In*: PERSSON, G. (ed.). **Russian Military Capability in a Ten-Year Perspective** – 2016. Suécia: FOI, 2016. p. 23-66.

NOTTE, H. Russia in Chechnya and Syria: pursuit of strategic goals. **Middle East policy**, [s.l.], v. 23, n. 1, p. 59-74, 2019. DOI: 10.1111/mepo.12174. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/mepo.12174>. Acesso em: 25 mar. 2019.

NULAND, V. Remarks by Victoria Nuland at the U.S.-Ukraine Foundation Conference. **Voltaire Net**, 2013. Disponível em: <https://www.voltairenet.org/article182080.html>. Acesso em: 3 maio 2019.

OXENSTIERNA, S. Russian Military Expenditure. *In*: PERSSON, G. (ed.). **Russian Military Capability in a Ten-Year Perspective** – 2016. Suécia: FOI, 2016. p. 133-150.

PAIVA, L. L. R.; FERNANDES, M. P. Os vetos de China e Rússia no caso da Síria: interesses humanitários ou políticos?. **Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte, n. 3, p. 1-5, 2012.

PAKPARVAR, M. Russia-Ukraine Conflict from A Neorealist Perspective. **Medium**, 2018. Disponível em: <https://medium.com/mohammad-pakparvar/world-intellectual-property-organization-wipo-an-introduction-ad5c27f75f50>. Acesso em: 15 maio 2019.

PICOLLI, L. **Europa enquanto condicionante da política externa e de segurança da Rússia: o papel da defesa antimíssil**. (2012). Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

PICOLLI, L.; MACHADO, L.; MONTEIRO, V. F. A Guerra híbrida o papel da Rússia no conflito sírio. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, [s.l.], v. 5, n. 1, p. 189-203, 2016. DOI 10.26792/rbed.v3n1.2016.63960. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26792/rbed.v3n1.2016.63960>. Acesso em: 2 maio 2019.

POSEN, B. R. The security dilemma and ethnic conflict. **Survival**, [s.l.], v. 35, n. 1, p. 27-47, 1993. DOI 10.1080/00396339308442672. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00396339308442672>. Acesso em: 5 abr. 2019.

PUTIN, V. **As entrevistas de Putin**. [Entrevista concedida a] Oliver Stone. Rio de Janeiro: Bestseller, 2017.

QUADROS, M. P. R.; MACHADO, L. Rússia E O Exterior Próximo: Potencialidades E Entraves Para Um Projeto De Grande Potência. **BJIR**, Marília, v. 4, n. 3, p. 582-607, 2015.

RENZ, B. Russian Military Capabilities after 20 Years of Reform Survival. **Global Politics and Strategy**, [s.l.], v. 56, n. 3, p. 61-84, 2014. DOI 10.1080/00396338.2014.920145. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00396338.2014.920145>. Acesso em: 5 abr. 2019.

RENZ, B. Why Russia is Reviving Its Conventional Military Power. **Parameters**, [s.l.], v. 46, n. 2, p. 23-36, 2016.

RENZ, B.; THORNTON, R. Russian Military Modernization. **Problems of Post-Communism**, [s.l.], v. 59, n. 1, p. 44-54, 2012. DOI 10.2753/PPC1075-8216590104. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2753/PPC1075-8216590104>. Acesso em: 16 mar. 2019.

REZENDE, F. C. Razões emergentes para a validade dos estudos de caso em ciência política comparada. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 6, p. 297-337, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-33522011000200012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000200012). Acesso em: 20 maio 2019.

RGLOUCESTER. Mapa de Donbass. **Wikipedia**, 2015. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/File:Map\\_of\\_the\\_Donbass.png](https://en.wikipedia.org/wiki/File:Map_of_the_Donbass.png). Acesso em: 20 maio 2019.

ROSE, G. Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. **World Politics**, v. 51, p. 144-172, 1998.

RUSSEL, M. Russia in the Middle East From sidelines to centre stage. **European Parliamentary Research Service**, [s.l.], 2018.

RUSSIA; GEÓRGIA. Agreement on Principles of Settlement of the Georgian – Ossetian Conflict. **Peacemaker**, Sochi, 1992. Disponível em: [https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/GE%20RU\\_920624\\_AgreemenOnPrinciplesOfSettlementGeorgianOssetianConflict.pdf](https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/GE%20RU_920624_AgreemenOnPrinciplesOfSettlementGeorgianOssetianConflict.pdf). Acesso em: 1 maio 2019.

RUSSIAN FEDERATION. The Military Doctrine of the Russian Federation. **Russemby**, 2015. Disponível em: <https://rusemb.org.uk/press/2029>. Acesso em: 27 ago. 2018.

SCHWELLER, R. L. Bandwagoning For Profit: Bringing the Revisionist State Back. **International Security**, [s.l.], v. 19, n. 1, 1994.

SCHWELLER, R. L. The Progressiveness of Neoclassical Realism. *In*: ELMAN, C.; Elman, M. F. (ed.). **Progress in International Relations Theory: Appraising the Field**. Cambridge: MIT Press, 2003. p. 311-348.

SECURITY COUNCIL. Resolução nº 2401, de 24 fev. 2018. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/2401>. Acesso em: 17 dez. 2018.

SESTANOCVICH, S. How the West has won. **Foreign Affairs**, [s.l.], p. 171-175, 2014. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/eastern-europe-caucasus/2014-10-7/faulty-powers>. Acesso em: 8 maio 2019.

SIPRI. Military expenditure by country, in constant (2016) US\$ m., 1988-1997. **SIPRI**, 2018. Disponível em: [https://www.sipri.org/sites/default/files/1\\_Data%20for%20all%20countries%20from%201988%E2%80%932017%20in%20constant%20%282016%29%20USD.pdf](https://www.sipri.org/sites/default/files/1_Data%20for%20all%20countries%20from%201988%E2%80%932017%20in%20constant%20%282016%29%20USD.pdf). Acesso em: 22 abr. 2019.

SLOBODA, P. M. P. A anexação da Crimeia pela Rússia: uma análise jurídica. **Revista Eletrônica de Direito Internacional**, Belo Horizonte, v. 13, p. 1-22, 2014. Disponível em: <http://bit.ly/2qNgWfQ>. Acesso em: 2 mar. 2017.

SNYDER, J. **Myths of Empire: Domestic Politics and International Ambition**. [s.l.]: Cornell University Press, 1991.

SOBRAL, J. A Geórgia e o complexo contexto do Cáucaso?. **Política Internacional**, [s.l.], n 28, 2005.

SUSHENTSOV, A. The Russian Response to the RMA: Military Strategy towards Modern Security Threats. In: COLLINS, J.; FUTTER, A. (ed.). **Reassessing the Revolution in military affairs: transformation, Evolution and lessons learnt** Stratfor. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2019.

SUTYAGIN, I. Russian Forces in Ukraine. **Rusi**, 2015. Disponível em: <https://rusi.org/publication/briefing-papers/russian-forces-ukraine>. Acesso em: 2 abr. 2019.

TEIXEIRA JUNIOR, A. W. M. Postura Estratégica da Rússia e Uso da Força no Século XXI **Análise Estratégica**, [s.l.], v. 10, n. 4, 2018.

TRADING Economics. Russia government budget. **Trading economics**, [2019]. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/russia/government-budget>. Acesso em: 22 abr. 2019.

TRENIN, D. Putin's plans for Syria: how Russia wants to end the war. **Foreign Affairs**, 2016. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/syria/2017-12-13/putins-plan-syria>. Acesso em: 7 maio 2019.

TRENIN, M. Russia in the Middle East: from sidelines to centre stage. **European Parliamentary Research Service**, [s.l.], 2018.

TSYGANKOV, A. Vladimir Putin's last stand: the sources of Russia's Ukraine policy. **Post-soviet affairs**, [s.l.], v. 31, n. 4, p. 279-303, 2015. DOI 10.1080/1060586X.2015.1005903. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/action/showCitFormats?doi=10.1080%2F1060586X.2015.1005903>. Acesso em: 2 abr. 2019.

UKRAINE on fire. Direção: Igor Lopatonok. Produção: Oliver Stone, Claire M. Stein. Estados Unidos: [s.n.], 2017. Color. Disponível em: <https://vimeo.com/252426896>. Acesso em: 30 abr. 2019.

VALENTA, J.; VALENTA, L. F. Why Putin wants Syria. **Middle East Quarterly**, [s.l.], v. 23, n. 2, 2016. Disponível em: <https://www.meforum.org/5876/why-putin-wants-syria>. Acesso em: 3 maio 2019.

VASQUEZ, J. A. The realist paradigm and degenerative versus progressive research programs: na appraisal of neotraditional research on Waltz's balancing proposition. **The American Political Science Review**, [s.l.], v. 91, n. 4, p. 899-912, 1997. DOI 10.2307/2952172. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2952172>. Acesso em: 3 abr. 2019.

VENTURA, M. M. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. **Rev SOCERJ**, [s.l.], 2007, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007.

WALKER, S.; SALEM, H.; MACASKILL, E. Russian 'invasion' of Crimea fuels fear of Ukraine conflict. **The Guardian**, 2014. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2014/feb/28/russia-crimea-white-house>. Acesso em: 5 maio 2019.

WALT, S. **International security**, [s.l.], v. 9, n. 4, 1985. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2538540>. Acesso em: 2 maio 2019.

WALT, S. No contest. **Foreign Policy**, 2014. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2014/03/04/no-contest/>. Acesso em: 15 maio 2019.

WALT, S. The progressive power of realism. **American political Science review**, [s.l.], v. 91, n. 4, 1997. DOI 10.2307/2952177. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2952177>. Acesso em: 2 abr. 2019.

WALTZ, K. **Man, the State, and War**. New York: Columbia University Press, 1959.

WALTZ, K. NATO expansion: A realist's view. **Contemporary Security Policy**, [s.l.] v. 21, n. 2, p. 23-38, 2000b. DOI 10.1080/13523260008404253. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13523260008404253>. Acesso em: 2 abr. 2019.

WALTZ, K. Structural realism after the Cold War. **International Security**, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 5-41, 2000a. DOI 10.1162/016228800560372. Disponível em: <https://www.mitpressjournals.org/doi/abs/10.1162/016228800560372>. Acesso em: 2 abr. 2019.

WALTZ, K. **Theory of International Politics**. Nova York: McGraw-Hill, 1979.

WITHMORE, B. Medvedev Gets Caught Telling The Truth. **Rferl**, 2011. Disponível em: [https://www.rferl.org/a/medvedev\\_gets\\_caught\\_telling\\_the\\_truth/24399004.html](https://www.rferl.org/a/medvedev_gets_caught_telling_the_truth/24399004.html). Acesso em: 4 maio 2019.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZISSER, E. Russia's War in Syria. **Strategic Assessment**, [s.l.], v. 19, n. 1, 2016.